

**PROJETO
7 MUNICÍPIOS
PROCESSOS HISTÓRICOS
DIFERENCIADOS QUE
GERARAM MENOR POBREZA**

Aline Virgílio, Enézio de Deus Silva Júnior, Liliane Soares Pagliarini (orgs.)

SEI

106

Série Estudos e Pesquisas

PROJETO 7 MUNICÍPIOS PROCESSOS HISTÓRICOS DIFERENCIADOS QUE GERARAM MENOR POBREZA



SALVADOR
2023

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA**

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Armando Afonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Jonatas Silva do Espírito Santo

Ficha Técnica

Diretoria Responsável

Diretoria de Estudos

Coordenação de Estudos Socioeconômicos

Eletice Rangel Santos

Organizadores

Aline Virgílio (SEI)

Enézio de Deus Silva Júnior (SEI)

Liliane Soares Pagliarini (SEI)

Elaboração de Textos

Aline Virgílio

Célia Sganzerla

Edgard Porto

Edmundo Figueiróa

Eletice Rangel

Enézio de Deus Silva Júnior

Gabriel Oliveira Barbosa

Liliane Pagliarini

Lucinéa Souza Neves

Márcia da Silva Pedreira

Viviane Vergueiro Simakawa

Estagiários: Amanda Campos Nascimento, Anderson Silva

Santos, Julia Natália R. Brito, Kelly Cristina R. Silva, Marcos

José dos Santos de Oliveira, Michele Paiva Pereira, Moaci

Silva Brito Junior, Norma Cristina C. Gomes, Ticiania Dorea

Ribeiro Santos

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

Luzia Luna Pamponet

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Produção Editorial e Editoria de Arte

Ludmila Nagamatsu

Revisão de Linguagem

EGBA

Projeto Gráfico

Elisabete Cristina Barretto Guanais, Julio Vilela

Ilustração – folha de rosto

Julio Vilela, Vinicius Luz

Editoração

EGBA

Colaboradores do Projeto 7 Municípios

Agripino Souza Coelho Neto (Uneb)

Anete Ivo (UFBA/UCSal)

Antônio Almerico Biondi Lima (URFB)

Cesar Vaz de Carvalho Junior (Equipe Técnica SEIColab –

Colaborador individual)

Deivisson dos Santos Dias (Equipe Técnica SEIColab – SEI)

Dirvan Teixeira (Colaborador individual)

Edinusia Moreira Carneiro Santos (UEFS)

Fernanda de Oliveira Matos (Uneb)

Gildásio Santana Júnior (UESB)

Hamilton de Moura Ferreira Júnior (UFBA)

Haroldo Borges Rodrigues Lima (*In memoriam*)

Humberto Miranda do Nascimento (Unicamp)

Igor Roberto Campos Brandão (Equipe Informática – SEI)

Ingrid Souza Pinheiro (Equipe Informática – SEI)

Ismael Ferreira de Oliveira (APAEB)

Jaci Maria Ferraz de Menezes (Uneb)

Jorge Antônio Santos Silva (UFRB)

Jorge Luiz Nery de Santana (MOC)

José Alberto de Almeida (DNOCS)

Julio Marques Vilela Junior (Equipe Design – SEI)

Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus (Uneb)

Luís Contreiras (*In memoriam*)

Maria Auxiliadora Ribeiro Ledo (Casa Anísio Teixeira)

Maria Rita Alves (Colaboradora individual)

Nadia Hage Fialho (Uneb)

Naidson de Quintela Baptista (ASA Brasil)

Palmira Guanais Aguiar Fausto (*In memoriam*)

Ranúcio Cunha (Sicoob Coopere)

Ricardo Carvalho Pires (Equipe Informática – SEI)

Roberto Paulo Machado Lopes (UESB)

Vinicius Luz Assunção (Equipe Design – SEI)

Weslei Gusmão Piau Santana (UESB)

Projeto 7 Municípios : processos históricos diferenciados que geraram menor pobreza / Aline Virgílio, Enézio de Deus Silva Júnior, Liliane Soares Pagliarini (organizadores). – Salvador : SEI, 2023.

168 p. (Série estudos e pesquisas, 106).

ISBN 978-65-990754-9-0

1. Pobreza - Bahia. 2. Desenvolvimento regional. 3. Políticas públicas. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. II. Série.

CDU 241.537 (813.8)

Impressão: EGBA

Tiragem: 100 exemplares

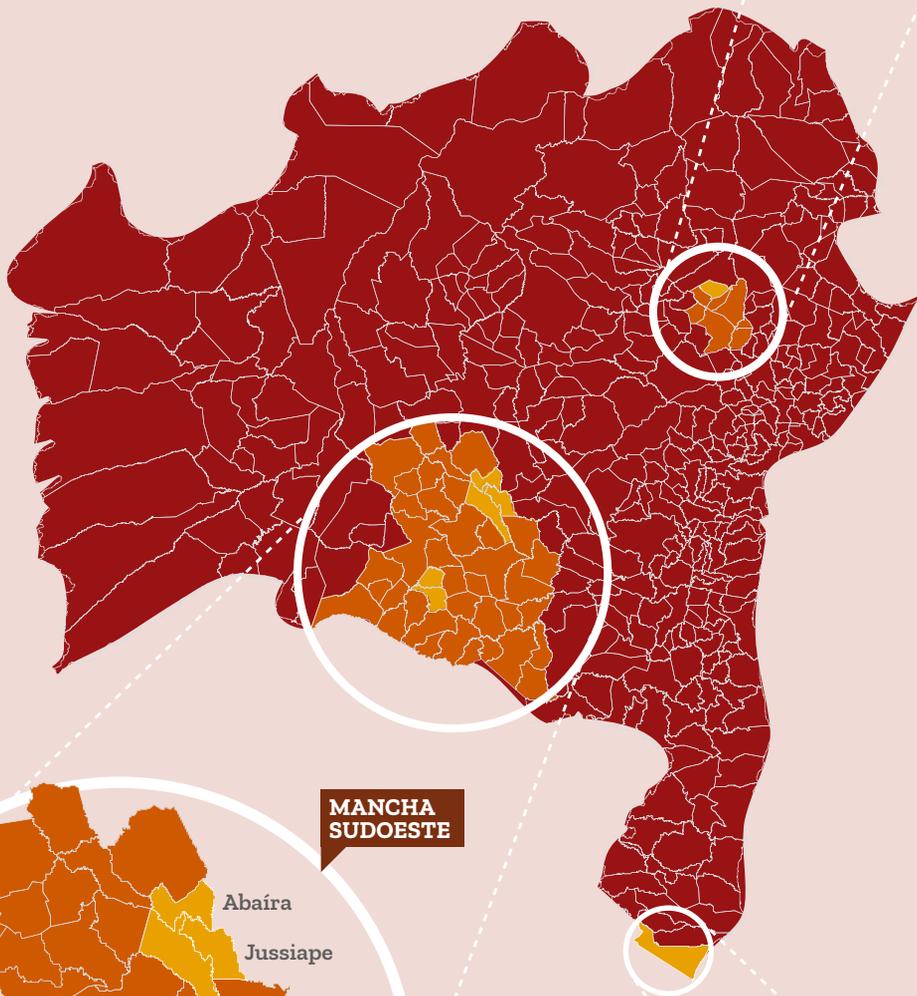
Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar – CAB – CEP 41750-002 – Salvador – Bahia

Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707

www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

**MANCHA
VALENTE**

Valente



**MANCHA
SUDOESTE**

Abaira

Jussiape

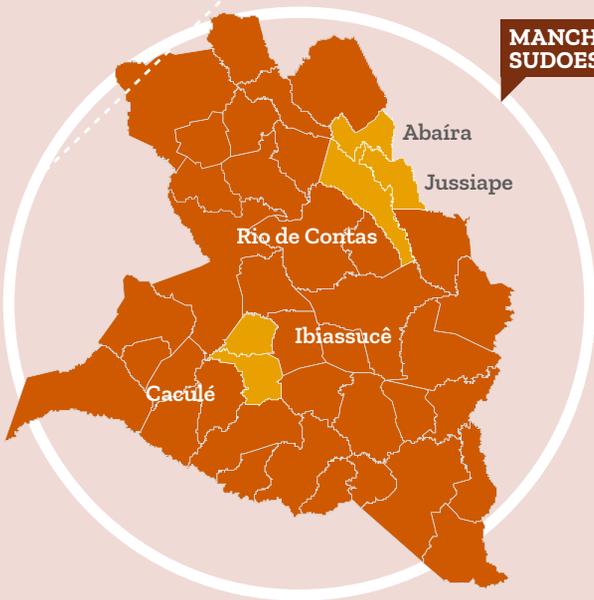
Rio de Contas

Ibiassucê

Caetulé

MUCURI

Mucuri



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1. Distribuição espacial dos grupos, segundo os cinco fatores de pobreza – Bahia – 2010
2. Grupo A: 46 municípios com menor pobreza relativa
3. Sete municípios diferenciados
4. Aglomerações espaciais do fator demográfico, Moran local – Municípios da Bahia – 2010
5. Plano geral de viação nacional – 1934
6. Rodovias implantadas nas décadas de 1930 e 1940 – Bahia
7. Principais rodovias, cidades e maiores PIBs – Bahia
8. Ciclos da rede urbana da Mancha Sudoeste e imediações
 1. Fase da mineração – até o século XVIII
 2. Fase da transição mineração/agropecuária – século XIX
 3. Fase do avanço na agropecuária e da expansão da rede urbana – até meados do século XX
 4. Fase da diversificação com concentração espacial da agropecuária, indústria, comércio e serviços – segunda metade do século XX até a atualidade
9. Plantios irrigados – Bacia do Rio de Contas – 1968
10. Árvore genealógica das principais famílias de Caetité entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX
11. Delimitação da Mancha Valente
12. Delimitações da região sisaleira, território do sisal e Mancha Valente
13. Municípios de atuação do MOC e delimitação da Mancha Valente
14. Representação esquemática do processo produtivo do sisal
15. Diagrama da cadeia produtiva de produtos florestais
16. Rede de influência da cidade de Teixeira de Freitas
17. Território da Suzano Papel e Celulose – Unidade Mucuri – Produção de eucalipto 2000/2011

GRÁFICOS

1. Participação (%) do valor da produção dos cinco principais produtos da lavoura permanente nos municípios da Mancha Sudoeste (destaques: Manga e Maracujá) – Bahia – 1990-2015
2. Representatividade do valor da produção da manga e maracujá no total de iguais produtos do estado – Municípios da Mancha Sudoeste – Bahia – 1990-2015
3. Tendência da produção de sisal – Estado da Bahia e Mancha Valente – 1974/2016
4. Participação (%) dos municípios nos empregos da indústria de transformação – Extremo Sul – 2000/2017

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição das áreas irrigadas por estratos de área municípios selecionados – Bahia – 2020
2. Participação dos cinco principais produtos no valor da produção das lavouras - Mancha Sudoeste e cinco principais municípios, Bahia – 2013
3. Distribuição setorial da ocupação nos cinco municípios selecionados – Mancha Sudoeste – 2010
4. Maiores municípios produtores de sisal do estado – Bahia – 2016
5. Maiores municípios produtores de sisal – Mancha Valente – Bahia – 2016
6. Pessoal ocupado de dez anos ou mais por setor de ocupação – Municípios da Mancha Valente – 2010
7. Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade – Município da Mancha Valente – 2010
8. Relação beneficiário do Bolsa Família por população – Bahia – 2010
9. Taxa de analfabetismo – Municípios da Mancha Valente/Bahia – 2010
10. Agricultura familiar associada a cooperativas – Municípios da Mancha Valente/Bahia – 2006
11. Grau de especialização da produção – Municípios da Mancha Valente/Bahia – 2006
12. População residente e taxas de crescimento populacional – Bahia, TI Extremo Sul e municípios – 1991/2018
13. Valor adicionado, PIB e PIB per capita a preços correntes – Bahia/TI Extremo Sul/Municípios – 2016
14. Participação da agricultura familiar e não familiar no total da área dos estabelecimentos – Municípios do Extremo Sul – 2006
15. Número de trabalhadores diretos da Suzano Papel e Celulose – Brasil – 2018
16. População residente e taxa de crescimento populacional – Extremo Sul /Municípios do TI – 2000/2010
17. Participação (%) dos principais municípios do produto interno bruto – TI Extremo Sul – 2016

18. Participação (%) dos setores da economia no total do valor adicionado – Municípios de Mucuri e Teixeira de Freitas – 2002-2016
19. Evolução da população urbana e rural – Mucuri – 1970/2010
20. Participação (%) dos principais municípios nos empregos da construção civil da região – Extremo Sul – 2000/2017
21. Participação (%) dos principais municípios no total da ocupação dos segmentos de comércio e administração – Extremo Sul – 2017
22. Proporção da população natural e não natural no município de Mucuri – Extremo Sul – 1991/2010

■ SUMÁRIO

11	APRESENTAÇÃO
13	INTRODUÇÃO
25	CAPÍTULO 1: MANCHA SUDOESTE
27	PROCESSOS QUE ESTRUTURARAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NA MANCHA SUDOESTE
27	Os contextos de inserção regional
27	Primeiro período histórico-econômico: até o final do século XIX – Forte presença das atividades de mineração e agropecuária
29	Segundo período histórico-econômico: início do século XX aos anos de 1950 – Os projetos de investimentos em infraestrutura ferroviária e rodoviária
34	Terceiro período histórico-econômico: meados do século XX aos dias atuais
43	Análise e caracterização dos cinco municípios em relação à Mancha Sudoeste
44	Características empíricas que diferenciam os cinco municípios da Mancha Sudoeste
52	PRINCIPAIS LIDERANÇAS ARTICULADORAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA MANCHA SUDOESTE
58	AÇÕES RELIGIOSAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
61	PROCESSOS QUE ESTRUTURARAM O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DA MANCHA SUDOESTE
61	Investimentos em educação entre o início do século XX e os anos de 1950
64	Projetos de educação que se mantiveram constantes e evolutivos entre meados do século XX e os dias atuais
69	CAPÍTULO 2: MANCHA VALENTE
71	MANCHA VALENTE: UM ESPAÇO DE LUTA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA
72	O território do sisal e a delimitação da Mancha Valente
74	Produção sisaleira, forças políticas e mobilização social
77	VALORES POLÍTICO-RELIGIOSOS E SUPERAÇÃO DA POBREZA
78	A chegada dos padres e freiras italianos(as) e seu trabalho comunitário
81	Um método para a superação da pobreza a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)
83	A “pastoral da distração” e o Movimento de Evangelização Rural (MER): educação revolucionária?
86	POLITIZAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES E ASSOCIATIVISMO
87	O Movimento de Organização Comunitária (MOC) e seu papel propulsor da organização dos trabalhadores
92	A formação de uma cultura associativista na Mancha Valente
94	O pioneirismo da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB)
98	Missão da APAEB e mudanças comportamentais na Mancha Valente
101	O cooperativismo e suas repercussões na Mancha Valente
104	Nova forma de pensar/vivenciar as relações socioeconômicas a partir da APAEB
108	DADOS SOCIOECONÔMICOS DA MANCHA VALENTE: ANÁLISES DE PERCEPÇÕES ESTATÍSTICAS
110	Panorama do pessoal ocupado e rendimento
112	Aspectos sociais reforçam positivamente a Mancha e Valente em especial
115	CAPÍTULO 3: MUCURI
117	CICLOS ECONÔMICOS DO EXTREMO SUL E A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE DE PAPEL E CELULOSE
121	COMPLEXO INDUSTRIAL DE PAPEL E CELULOSE: CARACTERÍSTICAS, PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO E REPERCUSSÕES SOCIAIS

126	REDE DE CIDADES E O PAPEL DE TEIXEIRA DE FREITAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL
129	A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE MUCURI E TEIXEIRA DE FREITAS E A SUA CONSEQUENTE DINÂMICA ESPECIAL DA POBREZA
137	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ONDE CHEGAMOS
147	REFERÊNCIAS
157	APÊNDICE A
160	APÊNDICE B

APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) mantém em funcionamento uma Plataforma de Estudos Colaborativos denominada *SEIColab* que abriga estudos e projetos da instituição sobre temas socialmente relevantes e estratégicos para o desenvolvimento da Bahia. Entre tais estudos e projetos, destacam-se: *Projeto 7 Municípios*, o primeiro a ser estruturado e disponibilizado na plataforma; *Projeto Logística de Transportes*; *Evidências e Desafios da Covid-19*; *Projeto Regiões Integradas da Bahia* e *Pensar a Bahia*.

Dos estudos que a SEI desenvolveu sobre a pobreza, a ótica multidimensional dessa problemática social considera as diversas carências da população, e chama atenção o fato de que o *Projeto 7 Municípios*, lastreado por uma investigação de natureza eminentemente qualitativa, consegue identificar os processos estruturantes que fizeram com que municípios baianos de pequeno porte populacional figurassem entre os menos pobres, em termos proporcionais ao total de suas populações, frente a municípios mais importantes. Para tanto, foi preciso imergir nos referidos processos ou formações histórico-culturais sedimentados durante séculos ou décadas nesses municípios de pequeno porte, a fim de compreender e explicar a sua menor pobreza relativa.

Para dar conta de uma investigação complexa dessa natureza, assim como os demais estudos e projetos abrigados na *Plataforma SEIColab*, a SEI contou com uma rede de colaboradores/as voluntários/as de diversas instituições e de atuação independente. A partir suas experiências locais, produções acadêmicas, linhas de pesquisa e atuações no campo cidadão, tais colaboradores/as ofertaram à instituição depoimentos gravados sob a forma de Rodadas de Discussão e outros meios de contribuição livre e gratuita, que foram cruciais para que uma equipe técnica da autarquia escrevesse e fundamentasse toda a base textual do *Projeto 7 Municípios*, disponível na plataforma.

Uma das razões de existência da *SEIColab* é manter a comunicação diária e o intercâmbio contínuo de conhecimentos com essa vasta rede de docentes das universidades públicas da Bahia e de outros estados, pesquisadores/as, técnicos/as, gestores/as e outros/as integrantes que, pelos seus notórios saberes ou experiências em determinadas áreas/temas, estimulam os projetos e estudos da SEI abrigados na plataforma. Um dos canais pelos quais essa comunicação institucional com a rede acontece com devolutiva pública é o instagram @seicolab, além dos grupos de whatsapp de cada projeto, e-mails informativos e outras formas de interação que estimulam a formação de ambientes propícios a novos aprendizados e a valorização do que essa rede colaborativa produz, a exemplo de suas publicações e eventos que guardem correlação com os estudos e projetos da SEI abrigados na plataforma.

A base textual do Projeto 7 Municípios, com outros elementos interativos agora apresentados nesta *Série Estudos e Pesquisas* (SEP) em formato digital e em papel, é, além de uma publicação institucional da SEI, uma forma de consolidar o nosso diálogo com os colaboradores/as atuais da *Plataforma SEIColab*, de atrair novos colaboradores/as e de fazer disseminar por outros meios essa construção técnico-científica a respeito de um tema socialmente relevante, capaz de gerar subsídios a novas políticas públicas para a Bahia.

Ante o exposto, aproveitamos para agradecer aqui, em especial, à rede de colaboradores/as do *Projeto 7 Municípios* e destacar que essa rede, diferenciada para cada projeto, é fundamental para a geração de novos estudos. A participação de cada um/a de vocês, cujos nomes estão referenciados na ficha catalográfica desta publicação, no site da plataforma e em outras partes desta SEP, foi fundamental para que o projeto se tornasse realidade.

INTRODUÇÃO

ALINE VIRGÍLIO¹
ENÉZIO DE DEUS SILVA JUNIOR²
LILIANE PAGLIARINI³

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), por meio da sua Diretoria de Estudos, desenvolve projetos e estudos sobre temas estratégicos que objetivam subsidiar a formulação, a implementação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Bahia. Entre os temas, a pobreza é uma importante linha de investigação.

A temática da pobreza sempre teve presença marcante ao longo da história econômica e social dos países ocidentais e, no final do século XX, o problema do seu enfrentamento emergiu com maior força, visto que ficou evidente que as questões de pobreza não estavam sendo compreendidas, e muito menos equacionadas, exclusivamente no âmbito do crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A partir de então, a questão sobre como lidar com o fenômeno ganhou maior centralidade nos debates acadêmicos e nas pautas dos governos. Atualmente, há uma tendência em se perceber e abordar a pobreza como uma questão multidimensional e complexa, o que significa que parece haver um consenso sobre o fato de que as diversas situações de necessidades humanas não satisfeitas estão relacionadas a diferentes aspectos interligados que contribuem para produzir e reproduzir a situação de pobreza de famílias e indivíduos (CODES, 2008).

Apesar dos avanços na percepção do fenômeno, a questão de sua mensuração ainda suscita muita discussão entre os pesquisadores. Está claro que o problema é intrínseco à própria noção *do que é a pobreza*, já que sua medida sempre depende de uma definição prévia (DINIZ; DINIZ, 2009). No que se refere à abordagem multidimensional, a principal divergência parece estar na forma de agregação das diversas dimensões da vida que estão implicadas no fenômeno para a obtenção de uma medida escalar, ou seja, de um indicador sintético que permita a ordenação de situações sociais alternativas, requisito fundamental não só para se compreender o fenômeno mais profundamente, mas, principalmente, para avaliações de impacto e focalização de programas sociais. Entretanto, a dificuldade em se ordenar situações sociais distintas explica, em parte, a preponderância da insuficiência de renda (abordagem unidimensional) como medida de pobreza. Este parâmetro parece ser uma boa aproximação, principalmente no Brasil onde é comum as famílias acessarem os bens e serviços que determinam o seu bem-estar através de mercados, e para participar deles é preciso que tenham recursos monetários; segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos

¹ Mestra e graduada em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro da equipe técnica da Diretoria de Estudos da SEI. alinevirgilio@sei.ba.gov.br

² Doutor e mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Membro da equipe técnica da Diretoria de Estudos da SEI. eneziodedeus@sei.ba.gov.br

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela SAEB. Membro da equipe técnica da Diretoria de Estudos da SEI. lilianepagliarini@sei.ba.gov.br

principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006).

Por outro lado, o olhar mais amplo e deslocado da privação econômica em si vem revigorando os estudos sobre o tema, que, para além de um fenômeno isolado e restrito a uma parcela desprivilegiada da sociedade, passou a ser encarado em coexistência com a produção de renda e riqueza, no bojo do desenvolvimento capitalista, e que, portanto, afeta o conjunto social como um todo. Com base nesse entendimento, surgem metodologias de estudo e mensuração mais compreensivas, capazes de dar conta desta problemática, e, em apoio a elas, o recurso de técnicas de análise estatística capazes de lidar, simultaneamente, com o elevado número de variáveis envolvidas, e igualmente importantes, para a compreensão do fenômeno da pobreza. As metodologias de análise, portanto, ao incorporarem a multidimensionalidade da questão da pobreza, passam a reconhecer a sua produção, assim como a da riqueza, como processos interdependentes, porém não necessariamente interconectados.

A Bahia tem se destacado pela concentração espacial de suas atividades econômicas mais dinâmicas em determinados pontos de seu território. Alguns “espaços de pobreza”, formados por municípios que apresentam grandes dificuldades para uma integração econômica virtuosa, tendem a persistir ao longo do tempo. Os estudos denotam que a falta de integração de tais espaços aos fluxos de geração de renda e riqueza está relacionada com sua formação social e com a qualidade do acesso de suas populações a serviços básicos.

Nesse sentido, para que os gestores públicos com foco na avaliação, formulação e implementação de políticas públicas possam colher resultados práticos dos estudos realizados, de modo a interferir na realidade, a SEI contemplou a temática da pobreza, cujo combate foi considerado estratégico para o desenvolvimento do estado. Nos últimos anos, suas diretorias têm desenvolvido diversos tipos de pesquisa sobre o tema, e a Direst, especialmente, por meio de uma de suas linhas de trabalho, vem aportando importantes conteúdos informativos e aprimorando o conhecimento sobre a questão da pobreza na Bahia. Dos estudos já publicados nessa linha, tem-se: a *Série Estudos e Pesquisas (SEP) 79*, publicada em 2008, com o estudo *Evolução e Caracterização das Manchas de Pobreza na Bahia, 1991-2000*; a *Série Estudos e Pesquisas (SEP) 97*, publicada em 2014, com o estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*; e a *Série Estudos e Pesquisas (SEP) 101*, publicada em 2017, com base no estudo *Manchas de Pobreza e Desenvolvimento Regional na Bahia*, realizado em 2015 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2008, 2014, 2017).

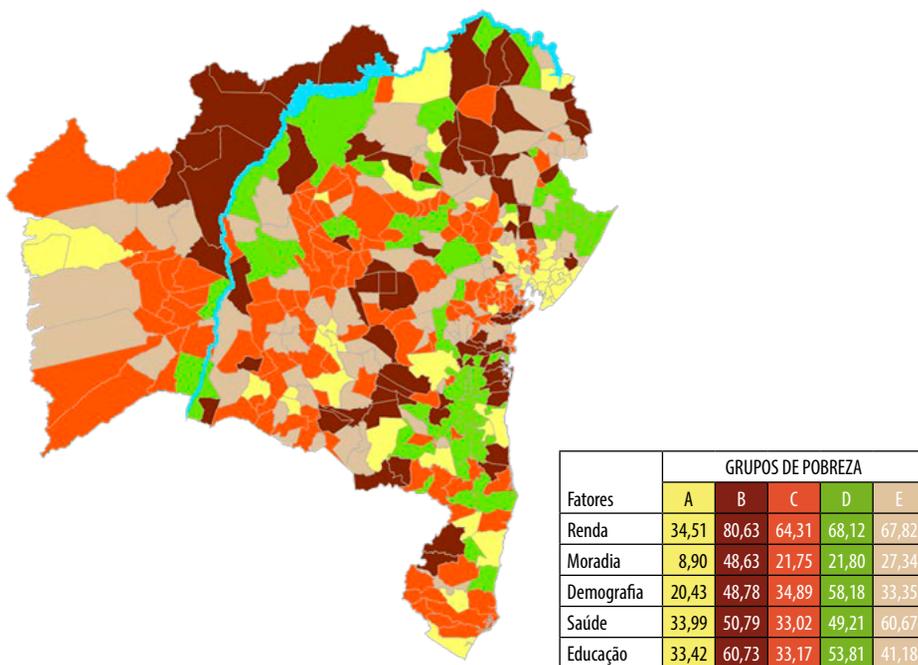
Esses estudos tiveram por base a concepção de pobreza como fenômeno multidimensional e, portanto, buscaram não quantificá-la, mas, qualificá-la tendo em conta aspectos básicos da condição de vida dos indivíduos. No trabalho de 2014, feito principalmente com base nos dados censitários de 2010, utilizaram-se procedimentos metodológicos já incorporados pela equipe da referida diretoria, quando da realização do primeiro trabalho, e ferramentas de análise multivariada, obtendo-se importantes resultados sobre as características e a intensidade de pobreza, bem como sobre a localização das áreas em que ela incide com maior intensidade relativa, na Bahia.

Dentre estes resultados se destacam dois principais construtos que delimitam a análise: em primeiro lugar, o Fator de Pobreza, um indicador sintético que expressa a intensidade de (in)satisfação das necessidades básicas em determinada esfera da vida das famílias e indivíduos nos municípios. Fatores de renda, demografia, saúde, educação e moradia foram originados, então, pela combinação de variáveis correlacionadas dentro de cada uma dessas dimensões, consideradas fundamentais para a compreensão do fenômeno. A intensidade dos Fatores indica o grau de (in)satisfação da população em cada uma das dimensões propostas e foi expressa por variáveis que indicam maiores ou menores proporções de suas populações sujeitas a uma condição de privação ou carência.

Em seguida, e como um segundo importante construto dessa análise, formaram-se Grupos com a finalidade de identificar perfis municipais com semelhantes graus de intensidade nos Fatores, o que significa, na prática, grupos de municípios onde a pobreza apresenta características similares.

Uma leitura da distribuição dos 417 municípios baianos no território, divididos nos cinco Grupos resultantes, indicou a lógica externa do conjunto da análise, o que permite entender a pobreza no estado pela sua diferenciação, segundo o perfil do Grupo e sua localização geográfica. Isso porque cada um dos grupos expressa, internamente, fatores de pobreza que se apresentam com graus de intensidade diferentes (Figura 1). Como se vê, a metodologia utilizada no estudo buscou evidenciar a presença de pobreza na totalidade do território baiano por meio de “manchas” de distintas características, não se preocupando em distinguir pobres de não pobres para efeitos quantitativos.

Figura 1
Distribuição espacial dos grupos, segundo os cinco fatores de pobreza – Bahia – 2010



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).

Vale lembrar que os agrupamentos obtidos por esse procedimento denotam claramente que as dimensões de pobreza assumem importâncias distintas para os municípios da Bahia. Isso não significa que estes elementos, assim como os fatores, e mesmo a abordagem multidimensional, resolvam todos os problemas referentes ao entendimento do fenômeno. Pelo contrário, daí surgem novos dilemas de difícil solução mesmo com os avanços obtidos nessa perspectiva analítica. Quais dimensões são mais importantes? Qual perfil municipal pode ser considerado mais pobre? Esses são exemplos de questões ainda por explorar.

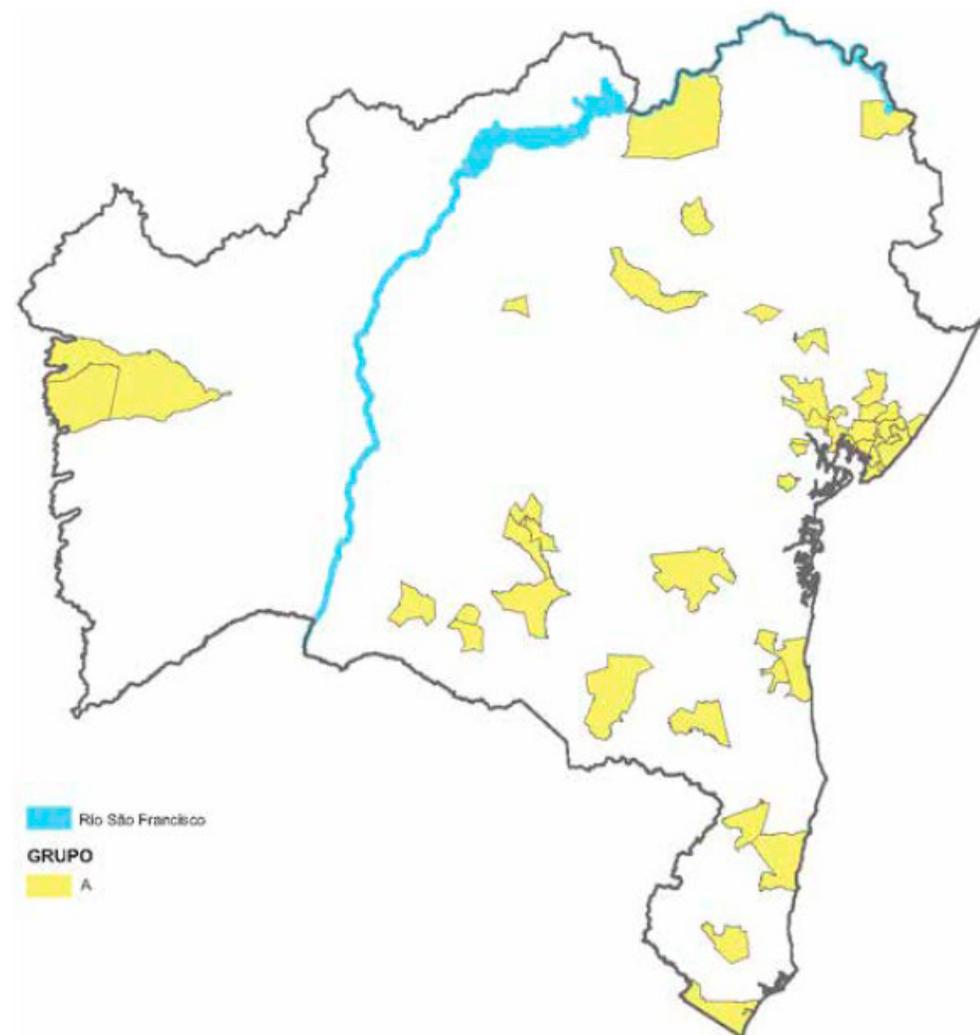
Por definição, os cinco Grupos do estudo de 2014 não continham uma hierarquia entre eles, expressando apenas características próprias, derivadas da maior ou menor intensidade dos fatores de pobreza ali presentes, as quais merecem um olhar mais atento para serem compreendidas em profundidade. O próprio estudo em questão, com base nas constatações mais gerais e com recurso à análise regional, já ofereceu algumas interpretações preliminares.

Não obstante, o arranjo formado pelos agrupamentos sugeriu dois extremos: o Grupo A representava aquele em que a pobreza incidia com menor intensidade, e o Grupo B representava o oposto, constituindo-se os demais grupos (C, D e E) em torno de pequenas diferenciações daqueles dois grupos. Assim, tinha-se, de um lado, os municípios que apresentavam os indicadores mais críticos, relativamente ao conjunto dos 417 municípios baianos, em renda, demografia, saúde, educação e moradia (Grupo B); e, de outro, os municípios que apresentavam indicadores relativamente melhores (Grupo A), em que pese seu número absoluto de pessoas em condições de pobreza superasse, em grande medida, os números dos demais municípios. Consequentemente, a partir de tais resultados, os agrupamentos A e B tornaram-se objeto de maior atenção.

Observando-se especificamente o Grupo A, sua configuração parece ser um reflexo direto da estrutura socioeconômica estabelecida no estado, na medida em que a maioria dos municípios que o compõem desempenham papel significativo, seja pelo porte populacional, seja pelas densidades relativas de suas atividades econômicas, ou por ambas as características. O Grupo, formado por 46 municípios, com algumas poucas exceções, contém os polos regionais do estado e os municípios diretamente articulados a estes. Alguns exemplos de municípios do Grupo A são Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana e, sobretudo, os municípios da Região Metropolitana de Salvador⁴.

⁴ O Grupo B, mais numeroso, é formado por 72 municípios dos quais alguns exemplos são Araci, Cansanção, Coronel João Sá, Itanagra e Pedro Alexandre. Este grupo já foi objeto de análise mais detalhada e o trabalho encontra-se disponível em Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2017).

Figura 2
Grupo A: 46 municípios com menor pobreza relativa



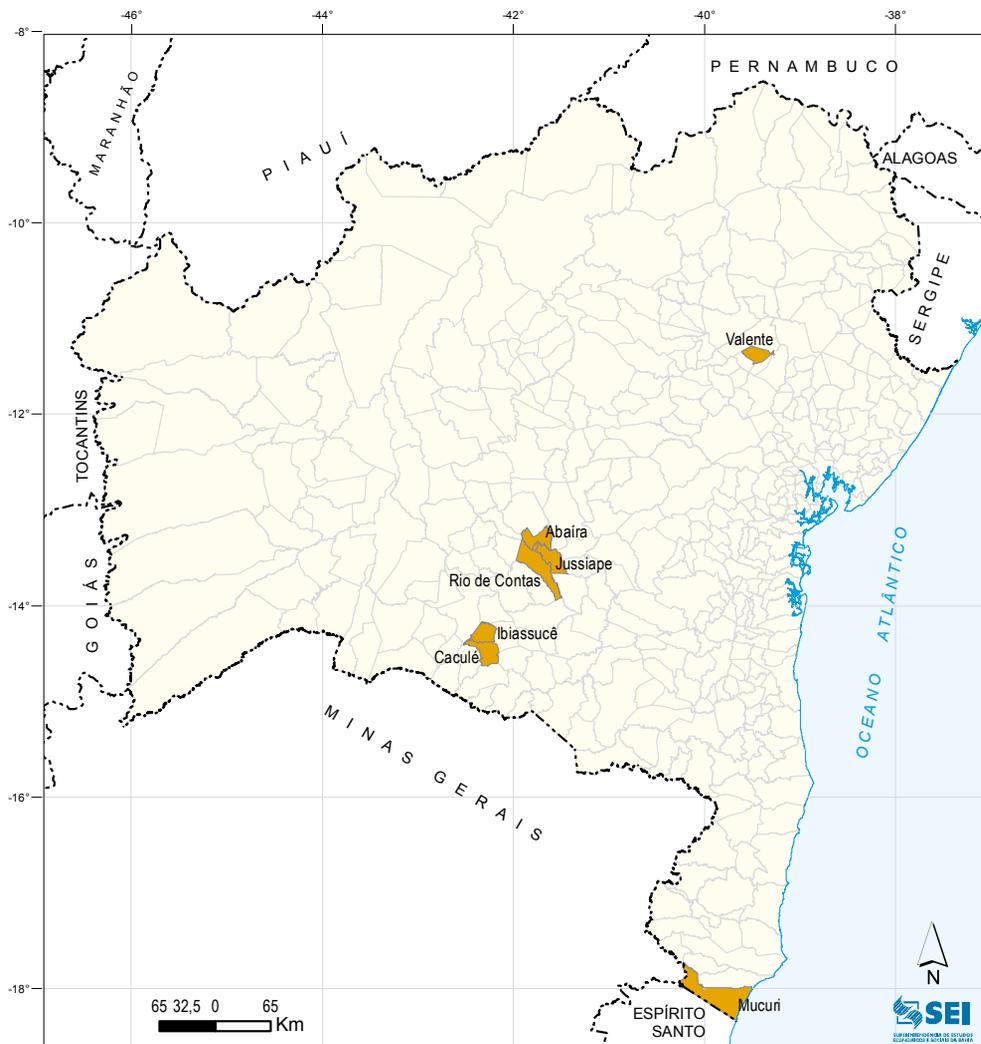
Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).

De um modo geral, não é difícil entender porque os municípios de maior densidade econômica no estado, cujas cidades-sede apresentam centralidades com algum nível de abrangência regional, acabaram se destacando positivamente no estudo, isto é, revelaram uma menor parcela de sua população submetida a condições de pobreza crítica, conforme delimitação já exposta. O que chamou a atenção, entretanto, foram justamente as exceções, ou seja, aqueles municípios que não desempenhavam tal papel, e nem mesmo tinham um perfil compatível com os mais importantes do estado, mas que, ainda assim, faziam parte do Grupo A.

Nesta situação "excepcional", encontravam-se sete dos 46 municípios do Grupo A de pobreza, a saber, **Abaíra, Caculé, Ibiassucê, Jussiape, Mucuri, Rio de Contas e Valente**. Neles, ditos de

pequeno porte populacional e restrita participação na economia estadual, as intensidades relativas do fenômeno da pobreza, captadas pela análise fatorial empreendida anteriormente, foram similares às verificadas, por exemplo, em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro e Barreiras. Tal constatação impôs importante questionamento que se apresenta como o **problema principal** da pesquisa a seguir, motivando a realização deste estudo, em continuidade e/ou complementaridade ao anterior.

Figura 3
Sete municípios diferenciados



Fonte: Elaboração própria.

Nesses termos, o **objetivo central** deste trabalho é explicar porque sete municípios pequenos da Bahia figuravam entre os menos pobres, em termos proporcionais ao total de suas populações e na perspectiva das dimensões analisadas no estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014), e oferecer interpretações para tal resultado.

Estas experiências podem contribuir para ampliar as possibilidades de enfrentamento da pobreza em outros municípios, pois se acredita que o conhecimento de tais processos históricos estimula ações políticas mais estáveis no tempo, capazes de gerar uma ambiência mais favorável/sustentável de desenvolvimento.

Nesse sentido, encontra-se reunido nesta SEP um conjunto de conteúdos que ajudaram a identificar os processos estruturantes que fizeram com que esses pequenos municípios baianos figurassem entre os menos pobres, ao lado dos municípios mais importantes do estado. Buscou-se também analisar se os fatores condicionantes que contribuíram para o desenvolvimento desses sete municípios possibilitariam a identificação da lógica de suas formações sociais e econômicas, bem como avaliar condições passíveis de serem reproduzidas e estimuladas em outras regiões e municípios para a mitigação da pobreza. Esses conteúdos são resultado de um amplo projeto multidisciplinar denominado *Projeto 7 Municípios* que foi desenvolvido pela Diretoria de Estudos da SEI.

Para uma melhor compreensão das possíveis causas de diferenciabilidade da incidência da pobreza nesses municípios, buscou-se compreendê-los dentro de seus contextos regionais. Nesse sentido, o estudo elaborou um processo de identificação de manchas espaciais, as quais corresponderam a espaços compostos por municípios que compartilham de características comuns, tanto do ponto de vista do desempenho em indicadores sociais e econômicos quanto do ponto de vista da formação histórica local.

Com isso, duas manchas foram identificadas. A primeira delas, denominada de Mancha Sudoeste, inclui cinco dos sete municípios objetos das análises (Abaíra, Jussiape, Rio de Contas, Ibiassucê e Caculé). Os municípios dessa mancha encontram-se localizados em um mesmo espaço geográfico, região conhecida como Serra Geral da Bahia, o que os fazem compartilhar de algumas características históricas, geográficas e socioeconômicas comuns. Para além disso, nos estudos anteriormente realizados pela SEI, atestou-se que tal aglomeração de municípios que compõem essa mancha apresentava melhores condições demográficas.

Mancha Valente é o segundo espaço identificado na análise elaborada nesse estudo. Valente, município que dá nome à mancha, também é um dos que compõem os sete municípios objeto da análise. Juntamente com outros municípios localizados nos seus arredores, formou-se a Mancha Valente, a qual, tal como na Mancha Sudoeste, compartilha de elementos semelhantes do ponto de vista da formação histórica e social, além de compartilharem similaridades quanto aos desempenhos em indicadores que abordam temáticas da vulnerabilidade social.

Diante dessas similitudes e identidades regionais, enxergou-se a necessidade de se verificar e buscar compreender possíveis relações entre fatores históricos e estruturantes do desenvolvimento dessas manchas e os fatores que podem ter sido importantes para a inserção dos cinco municípios entre aqueles com melhores condições relativas de pobreza dentro da Mancha Sudoeste, assim como a inserção de um deles na Mancha Valente.

Apenas um dos sete municípios objetos desse estudo não configurou a formação de uma mancha. Denominado de Mucuri, esse município se encontra no Extremo Sul da Bahia e tem seu processo de desenvolvimento econômico diferente dos demais estudados. No seu caso, o processo de formação econômica se deu, em parte, em função da chegada de uma grande empresa agroindustrial em seu território. Tal chegada estimulou diversas transformações não somente em Mucuri, mas no seu entorno. Porém, diferente do que aconteceu em Mancha Sudoeste e Valente, não se conseguiu observar um compartilhamento de características similares do ponto de vista da formação histórica e do desempenho dos indicadores nos municípios que circunvizinham Mucuri. De um modo mais específico, Mucuri se diferencia por, na região do Extremo Sul baiano, apresentar um desempenho positivo significativo na dimensão renda, dentre o conjunto dos fatores que compõem a análise que identificou esses casos.

Para a compreensão das manchas definidas, foi desenvolvido um esforço de levantamentos bibliográficos, nos quais se procurou resgatar a história desses espaços. Buscou-se identificar os aspectos socioeconômicos e culturais estruturantes que puderam ser responsáveis pela criação do ambiente capaz de tornar a condição de pobreza menos crítica, bem como os processos político-institucionais que tenham contribuído para os principais investimentos sociais e econômicos nesses municípios. Com base nisso, esse estudo teve como aporte principal uma abordagem metodológica qualitativa ancorada em produções científicas de especialistas que pesquisaram e escreveram sobre as regiões (teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de graduação e especialização, além de outros trabalhos) e, também, nos conteúdos em vídeo de entrevistas realizadas com pesquisadores/as, ativistas sociais, representantes de ONG e pessoas da comunidade (conteúdos listados no final da obra e disponíveis para assistir). As análises ainda contam com dados quantitativos (indicadores socioeconômicos e demográficos) das regiões para melhor compreender as características destas populações e verificar se há destaques ao longo do tempo que possam ter contribuído para aspectos mais positivos do ponto de vista da redução da pobreza.

Na análise elaborada acerca da Mancha Sudoeste, é importante destacar que a atuação das lideranças político-econômicas na construção de estratégias para o desenvolvimento da região teve importante papel para promover melhores condições de reprodução da existência da população pobre, a princípio composta por pequenos agricultores. Tal ação resultou na atração de investimentos estruturantes que desenvolveram a infraestrutura de transportes e de abastecimento de água na região, beneficiando não somente os grandes agricultores, mas também a agricultura familiar. Esses investimentos foram fundamentais para garantir os cultivos de subsistência à população mais pobre. Arelado a essas ações, aspectos

educacionais e culturais foram elementos que tiveram forte relevância na formação dos hábitos e costumes, de modo que a implementação da educação pode ter contribuído para a conformação diferenciada da região em termos de menor incidência de vulnerabilidade social. Nesse sentido, aspectos pedagógicos e culturais podem ter criado um padrão de conduta que se perpetuou ao longo dos anos, através da manutenção de hábitos e costumes que implicaram benefícios coletivos do ponto de vista da saúde, da formação moral e das relações sociais. Por fim, a participação atuante dos ensinamentos religiosos que estimularam ações de caridade e educativas às populações menos favorecidas também pode ter colaborado para um maior desenvolvimento social na região, influenciando também diretamente na formação da conduta das pessoas.

Já na análise da Mancha Valente, destaca-se como elemento explicativo a influência de agentes religiosos católicos que, a partir do fim da década de 60 do século XX, estimularam pequenos agricultores e suas famílias a compreenderem que as dificuldades materiais nas quais estavam inseridos eram fruto da exploração humana de sua força de trabalho; não decorriam do desígnio divino. A partir da intensificação do senso crítico e da politização orientada por tais padres e freiras italianos(as), a atuação de entidades não governamentais como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e, depois, a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB), houve uma retroalimentação de valores comunitários e um fortalecimento da teia associativista que se desdobraram em formas cooperativadas de produção. Essas contribuíram para uma melhor distribuição da renda decorrente do sisal e, pois, para os achados de uma menor pobreza relativa na Mancha Valente.

Para a análise do caso do município de Mucuri, os destaques dos resultados encontram-se basicamente na natureza da atividade agroindustrial de papel e celulose que foi implantada no seu território. Características como a elevada intensidade tecnológica do processo produtivo e a exigência de apropriação de grandes áreas de cultivo de monocultura do Eucalipto estimularam um deslocamento dos pequenos agricultores rurais para fora dos limites de Mucuri. Com isso, a chegada dessa atividade econômica pode ter resultado numa migração de parte da população mais pobre para outros locais vizinhos, a exemplo do município de Teixeira de Freitas, o qual acabou se desenvolvendo economicamente através da oferta de serviços e comércio, sendo hoje um polo importante para a região do Extremo Sul. Assim, restou a Mucuri residir uma população altamente qualificada, especializada, bem remunerada e voltada para o trabalho na indústria de papel e celulose. Nesse sentido, acredita-se que o fator explicativo para a identificação do município de Mucuri entre os sete casos especiais de menor incidência de pobreza esteja diretamente relacionado com a atividade econômica ali realizada.

Os detalhes dessas análises serão apresentados nos capítulos seguintes, iniciando pela Mancha Sudoeste (Capítulo 1), Mancha Valente (Capítulo 2) e o caso do município de Mucuri (Capítulo 3). Após isso, apresentamos as considerações finais.

É importante destacar que os textos expostos nesse livro são resultado de uma iniciativa colaborativa de construção de estudos da SEI, desenvolvida desde 2017 através da plataforma *SEIColab*⁵, a qual corresponde a uma plataforma virtual colaborativa de estudos desenvolvidos pela SEI. A sua principal proposta é construir análises em parceria com outros pesquisadores, especialistas, políticos, estudantes, empresários e personalidades diversas que estejam interessadas em contribuir para o debate e para a criação do conhecimento dentro dos diversos temas que lá se encontram expostos. O *Projeto 7 Municípios* é uma das análises que se encontram disponíveis nessa plataforma e todo o seu conteúdo será apresentado neste livro em formato adaptado.

A plataforma *SEIColab* foi fundamental para a construção desse estudo, tendo em vista que o mesmo carrega algumas características que devem ser enfatizadas:

- O conjunto de temas tratados para compreender a realidade histórica regional exige uma equipe com visão multidisciplinar que incorpore as mais variadas facetas do conhecimento e crie as condições para, no seu conjunto, dar as respostas mais adequadas;
- Os temas podem enfrentar questões de ordem ideológica, que geralmente não estão contidas em relatórios técnicos especializados e não apresentam respostas objetivas a questões de grande subjetividade nas suas argumentações.

Nesse sentido, através da disponibilidade de um vasto instrumental tecnológico, que oferece grandes possibilidades de trabalhos a distância de forma coordenada e aglutinada por interesses dos diversos grupos sociais nos temas tratados, a equipe técnica da SEI enxergou na plataforma *SEIColab* o meio para construir essas análises de forma ampla e colaborativa, possibilitando se interconectar com especialistas das diversas áreas de conhecimento.

Por meio dessa plataforma, a SEI pretende continuar estimulando a discussão, de forma transparente e colaborativa, sobre temas relativos ao desenvolvimento da Bahia, como exemplifica o conteúdo de mais esta *Série Estudos e Pesquisas*, uma de suas publicações institucionais de relevo.

⁵ Para ter acesso aos seus conteúdos, visite a página <https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/>.

CAPÍTULO I

MANCHA SUDOESTE

SESP

106

Série Estudos e Pesquisas

PROCESSOS QUE ESTRUTURARAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL NA MANCHA SUDOESTE

Este primeiro capítulo trata dos possíveis elementos explicativos para a menor incidência de pobreza em cinco dos sete municípios especiais na Bahia identificados no estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais* (Abaíra, Jussiape, Rio de Contas, Ibiassucê e Caculé) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014). No processo de localização e análise desses elementos, observou-se de antemão, a partir da própria revisão dos conteúdos elaborados sobre o tema pela SEI, que a dimensão Demografia foi um constructo de grande importância para que os sete casos especiais fossem integrados ao grupo dos 46 municípios menos pobres do estado baiano.

A título de contextualização sobre esse constructo, a dinâmica sociodemográfica da Bahia traz como característica marcante uma concentração populacional em poucos municípios, resultado de uma urbanização relativamente atrasada (a partir dos anos 1990), quando comparada com outros estados, e que ocorreu de forma acelerada. Para além disso, a presença de um elevado contingente residente em áreas rurais, uma generalização do envelhecimento da população e uma queda da fecundidade também são elementos característicos dessa dinâmica, embora ela possa ter ocorrido em ritmos distintos para diversos espaços que compõem o seu território (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014).

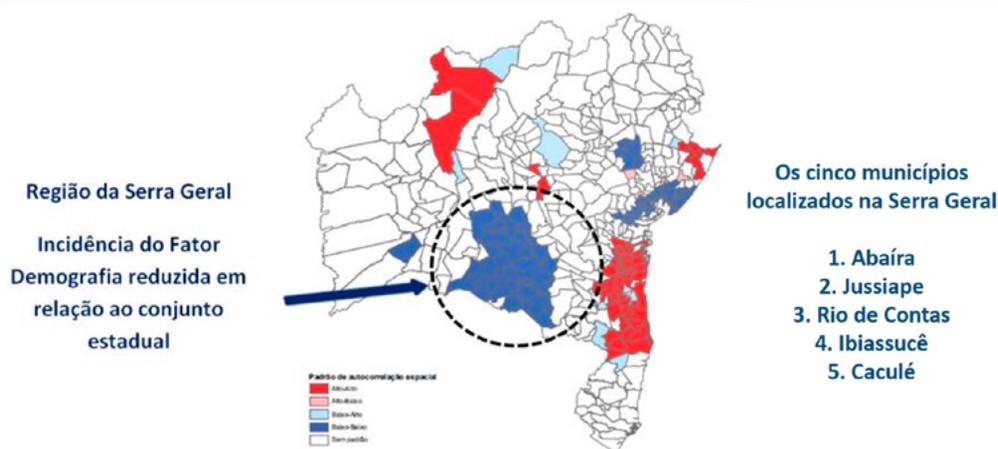
Todas essas nuances tornam-se importantes quando se busca analisar as questões demográficas no estado, especialmente quando relacionadas com a pobreza, visto que se trata de processos em curso que revelam, para cada espaço, especificidades que podem estar relacionadas com as condições de vida das pessoas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014).

No estudo *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*, uma análise de *cluster* sobre a localização de aglomerados em municípios que registraram melhores desempenhos para o Fator Demografia identificou uma grande mancha no Sudoeste do estado, indicando que nesse espaço há incidências menores para as variáveis consideradas no conjunto formador do Fator Demografia quando comparado com o conjunto do estado. Como exemplo, nesse espaço é possível identificar, na maioria dos municípios componentes, uma menor taxa de fecundidade, um menor percentual de gravidez na adolescência e uma menor razão de dependência. Um cartograma com *cluster*, elaborado nos estudos anteriores da SEI sobre a pobreza, resultante do agrupamento de municípios com perfis semelhantes

decorrente de modelos de autocorrelação espacial de Moran¹ (1950) pode ser observado mais a seguir.

Somado a isso, no processo de análise também se notou que esses cinco municípios especiais objetos do estudo estavam inseridos na antiga região da Serra Geral da Bahia, subdivisão administrativa adotada por alguns órgãos da estrutura governamental estadual, reunindo diversos municípios situados na área de identificação onde o acidente geográfico denominado Serra Geral do Espinhaço ocorreu. Essa regionalização reflete bastante o compartilhamento de características históricas, geográficas e socioeconômicas comuns entre os municípios componentes.

Figura 4
Aglomerações espaciais do fator demográfico, Moran Local – Municípios da Bahia – 2010



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014).

Com base nessas percepções, decidiu-se analisar os elementos explicativos para esses cinco especiais casos de municípios menos pobres a partir do conhecimento de sua formação histórica social, econômica e cultural. Por meio da espacialização de *cluster* realizada para o Fator Demografia, definiu-se a delimitação de uma mancha, a qual se denominou de Mancha Sudoeste, tornando-a o espaço regional, o qual buscamos levantar informações que pudessem trazer as explicações necessárias para o estudo. Os municípios componentes da Mancha Sudoeste são: **Abaíra**, Aracatu, Belo Campo, Botuporã, Brumado, **Caculé**, Caetitê, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Caturama, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Érico Cardoso, Guajeru, Guanambi, **Ibiassucê**, Ibipitanga, Ituaçu, Jacaraci, **Jussiape**, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Maetinga, Malhada de Pedras, Paramirim, Piatã,

¹ O índice de Moran Global, como estatística mais difundida com base em Moran (1950) mede a autocorrelação espacial a partir do produto dos desvios em relação à média. O índice é uma medida global da autocorrelação espacial e reflete o nível de associação espacial presente no conjunto de dados. O Índice de Moran Local, usado nos estudos da SEI sobre a pobreza multidimensional, foi proposto por Anselin (1995) para criar uma ferramenta capaz de testar a autocorrelação local e detectar objetos espaciais com influência no índice de Moran Global.

Pindaí, Piripá, Presidente Jânio Quadros, **Rio de Contas**, Rio do Antônio, Rio do Pires, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Tremedal e Urandi.

Nesse sentido, para esse estudo, entende-se que um dos elementos essenciais para o entendimento da atual conformação da pobreza e sua relativa menor incidência nos municípios objetos do estudo está na análise dos processos econômicos ocorridos na região em que os mesmos se inserem. Acredita-se que a compreensão da específica dinâmica socioeconômica regional desenvolvida nos últimos três séculos na área da Mancha Sudoeste pode trazer elementos relevantes para entender a causa desses municípios serem tão diferenciados quanto à pobreza em relação aos seus semelhantes em termos de porte de cidades e PIB.

Com base nisso, buscou-se apresentar os principais aspectos que contextualizam e caracterizam historicamente a região, tentando identificar possíveis processos que ajudem no entendimento de sua atual configuração. Para uma maior organização das informações e melhor compreensão da análise, foram definidos três períodos históricos básicos que nos guiaram durante o estudo, os quais são detalhados ao longo da explanação do texto: 1) até o final do século XIX, 2) entre o início do século XX até os anos de 1950, 3) meados do século XX até os dias atuais. Tais períodos estão diretamente relacionados com os ciclos de desenvolvimento econômico e de infraestrutura da região.

Os contextos de inserção regional

Primeiro período histórico-econômico: até o final do século XIX – Forte presença das atividades de mineração e agropecuária

No primeiro período de análise definido para o estudo, observou-se, primeiramente, que as atividades de mineração, pecuária e agricultura foram os principais elementos formadores da dinâmica econômica da região. Entretanto, apesar de seguirem juntas, tais atividades nem sempre estiveram associadas ou mesmo concentradas nos mesmos municípios. A mineração de ouro e diamante, por exemplo, desenvolveu-se desde o século XVIII, esgotando-se no final do século XIX, com ocorrências mais significativas no entorno do município de Rio de Contas e seguindo ao norte, passando por Mucugê, Lençóis, Morro do Chapéu e Jacobina. É a região que se pode denominar de Chapada Diamantina, com sua parte sul inserida na presente área de análise. Concomitantemente a essa atividade, a agropecuária foi um setor que se desenvolveu em todos os municípios da antiga Região Econômica da Serra Geral (regionalização adotada pelo governo da Bahia entre as décadas de 1980 e 1990), mas com relativa polarização no entorno de Caetitê e nas cidades de Rio de Contas e Livramento do Brumado, onde foram identificadas áreas irrigadas desde meados do século XIX, segundo relato de viagem de Sampaio (1905).

Apesar da menor e limitada dimensão territorial da atividade extrativa mineral na região (especialmente se comparada com a atividade agropecuária, a qual se alastrava por todo espaço), sua dinâmica estava fortemente atrelada ao então centro político do país, o Rio de Janeiro, através da Estrada Real, por onde era possível escoar o ouro e o diamante,

entre os séculos XVIII e XIX. Consequentemente, o processo de transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro elevou de forma significativa a centralidade das atividades comerciais na Região Sudeste e reduziu o papel da cidade soteropolitana e seu Recôncavo nas trocas de mercadorias do Brasil com outros países. Isso reforçou a condição de centro polarizador dos fluxos de pessoas do Rio de Janeiro, o que o tornava um destino atrativo, juntamente com São Paulo, no final do século XIX, para aqueles que buscavam trabalho.

Apesar dessas transformações, o rio São Francisco representava também uma importante ligação entre o Nordeste e o Sudeste, afora o sistema de transporte marítimo, o que proporcionou à cidade de Caetité a condição de centro urbano de crescente importância a partir do século XIX, pela sua localização estratégica para a circulação das boiadas entre o interior da Bahia e outras regiões do Brasil, bem como pelas suas condições edafoclimáticas, o que permitiu atrair importantes fluxos de migrantes europeus e de Minas Gerais.

Quando trata das principais rotas de comércio no século XIX, Pires diz que “[...] Caetité (grande centro distribuidor), Rio de Contas e Minas Novas tornaram-se polos ativos, através da cultura de subsistência e do gado [...]”, especialmente pela demanda de abastecimento dessa região gerada pela exploração de diamantes na Chapada Diamantina nas primeiras décadas daquele século (PIRES, 2003 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 28).

Essas diferentes combinações entre condições físicas e econômicas proporcionaram o surgimento de dois polos de produção nos meados do século XIX, ambos desenvolvidos com base nas atividades de mineração e agropecuária: um em Caetité e outro no município de Rio de Contas, sendo que o primeiro já apresentava sinais de declínio na época, enquanto que o segundo exibiu uma trajetória ascendente. Entretanto, como característica comum, ambos possuíam precárias condições de meios de ligação com o litoral brasileiro, operando com transporte a cavalo e carroças.

É importante também chamar atenção para o fato de que, tal como afirmam Sanches e Sanches (2006), citando outros autores, essa região no século XVIII foi descrita como um ambiente de desordem social, em função das formas de exploração que elevaram os níveis de degradação ambiental, principalmente a poluição de rios por mercúrio, fazendo referência ao processo de exploração mineral na época.

Além de alguns pequenos núcleos dedicados à mineração do ouro, como a vila do Rio de Contas e a comarca de Jacobina, havia outros construídos em áreas planas onde existiam fazendas muito pobres em áreas secas, geralmente em torno de umas poças ou péssimas cisternas. O quadro social era de uma população flutuante e perigosa de homens de aluguel, que vagavam por aqueles sertões para fazer o trabalho sujo dos coronéis. (SILVA, 1997 *apud* SANCHES; SANCHES, 2006, p. 4).

Ao final do século XIX, com o esgotamento das atividades de mineração, restou apenas a esses dois polos econômicos a busca pelo fortalecimento das atividades agropecuárias como forma de permanecer dinamizando sua economia e garantindo a reprodução das condições materiais da população ali residente.

Parte dessa busca pode ser ilustrada no caso da cidade de Caetité, através da identificação de iniciativas de lideranças políticas locais que esboçavam ideias e estratégias voltadas para o direcionamento do desenvolvimento regional durante esse período. Embora muitas vezes não consolidadas, diversas iniciativas foram definidas com base em pensamentos modernistas, focados na instalação de algumas indústrias, na infraestruturação de serviços e na formação de mão de obra qualificada, não restrita às áreas tradicionais, como medicina e direito, mas também de trabalhadores rurais. Somadas a isso, havia preocupações de cunho educativo e de saúde da população, as quais eram vistas como importantes para garantir uma melhor qualidade de vida e evolução social. As repercussões dessas iniciativas são vistas no início do século XX.

Segundo período histórico-econômico: início do século XX aos anos de 1950 – Os projetos de investimentos em infraestrutura ferroviária e rodoviária

O período definido entre do início do século XX até os seus meados ainda apresentou, a rigor, como principal característica da economia baiana a produção da agropecuária tradicional, que naquele momento se fortalecia e avançava especialmente na direção do interior do estado, até a altura do rio São Francisco, o qual se tornaria uma importante via de ligação fluvial entre o norte e o sul do país. Grande parte da produção agropecuária da época circulava em direção aos seus mercados de forma bastante rudimentar, movida a tração animal, e seguia para destinos muitas vezes isolados e dispersos no território. Dentro desse contexto, além da capital, algumas concentrações urbanas assumiam o papel de distribuidores regionais desses produtos e agrupavam atividades comerciais e de serviços como forma de amenizar tais dificuldades. Entre essas concentrações destacavam-se:

- **Salvador:** principal centro das importações e exportações do estado, utilizava Cachoeira e São Félix como centros de distribuição para as regiões Sul, Sudoeste e a área central da Bahia;
- **Juazeiro:** centralizava os fluxos que circulavam pelas áreas lindeiras ao rio São Francisco, desde o norte de Minas Gerais até o interior do Nordeste do Brasil;
- **Barra:** cidade que articulava os fluxos comerciais com o interior do Piauí;
- **Caetité:** articulava fluxos de mercadorias entre as áreas próximas do rio São Francisco e as regiões mais próximas do litoral baiano.

Entretanto, é importante destacar que, apesar do estabelecimento dessas relações comerciais dentro do estado, a economia baiana no final do século XIX estava diante de uma crise produtiva que, em parte, já vinha se desenvolvendo desde o século anterior. “A produção de cana caiana fora atingida por uma peste, o algodão caíra totalmente de demanda e exploração

e a mineração declinou no interior do estado” (ZORZO, 2000, p. 102). Ainda assim, mesmo diante desse contexto de enfraquecimento econômico, investimentos de grande porte foram realizados no estado, durante toda a segunda metade do século XIX e até meados do século XX. Basicamente, esses projetos estavam voltados para o desenvolvimento de infraestrutura de transportes, através da construção de ferrovias. Não apenas a Bahia, mas outras áreas do país também se beneficiaram desse tipo de investimento na época. Como resultado dos esforços de lideranças locais em realizar estratégias voltadas para o desenvolvimento da região, iniciativas relevantes puderam ser pensadas.

Explorando especificamente dentro do conjunto de investimentos em infraestrutura de transporte realizados na Bahia como um todo durante esse contexto, a mais antiga ferrovia construída até então foi a Estrada de Ferro da Bahia, que ligava a capital a Juazeiro, cuja obra iniciou-se em 1856, vindo a ser concluída em 1895. Em seguida vieram a

Estrada de Ferro Central da Bahia, Estrada de Ferro de Nazaré, Estrada de Ferro de S. Amaro, Estrada de Ferro de Bahia a Minas, Ramal Alagoinhas a Timbó e Estrada de Ferro de Sergipe, Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista. A extensão máxima da rede ferroviária baiana ocorreu por volta de 1950, quando atingiu cerca de 2.600 quilômetros em tráfego. (ZORZO, 2000, p 101).

É importante salientar que a Estrada Central da Bahia buscava interligar os fluxos econômicos do Recôncavo baiano com o denominado Altos Sertões, na direção da Chapada Diamantina, voltando-se para a circulação de minerais e produtos da agropecuária. Sua construção foi iniciada em 1865 e somente em 1928 alcançou Contendas do Sincorá (GUIMARÃES, 2013).

A ferrovia prometia, por um lado, o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil, e por outro, a integração política nacional. Ambos processos influenciariam mudanças em hábitos culturais. As noções de tempo, distância e duração seriam profundamente transformadas. (LIMA, 2003, p. 24 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 97).

Seu projeto inicial previa um traçado que interligava o litoral à região do São Francisco, no sentido leste-oeste. Percorria o Vale do Rio Paraguaçu, alcançava a cidade de Rio de Contas, chegaria a Caetitê e alcançaria o Rio São Francisco. Mas, a partir do final do século XIX, surgiram propostas de alteração desse traçado, as quais implicavam mudanças na sua direção, com o objetivo de fazer a ferrovia alcançar o norte de Minas Gerais, modificando as articulações para o sentido norte-sul do Brasil. Inicialmente, discutiu-se a possibilidade de esse novo traçado alcançar a cidade de Caetitê, onde foi criada uma significativa expectativa. Entretanto, posteriormente, em 1923, foi anunciada a decisão de redirecionamento do traçado, da antiga localidade de Bom Jesus dos Meiras, hoje Brumado, para Monte Sudoeste, em Minas Gerais.

O que parece claro é que os projetos de construção dessas ferrovias tinham grande importância para o estabelecimento de articulações entre mercados dentro do estado, durante a segunda metade do século XIX, possibilitando a realização dos fluxos de mercadorias entre o interior e o litoral baiano, principalmente os relacionados com a produção agropecuária. Entretanto, a partir dos anos 1920, com o processo de industrialização na Região Sudeste do Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, as atenções se voltaram para articular a circulação das mercadorias entre o Nordeste e o Sudeste, o que pode ter sido uma das causas das tendências de inflexão da direção leste-oeste da Bahia para o norte-sul do Brasil (Figura 5), enfraquecendo as estratégias de desenvolvimento econômico regional concebidas, em parte, pelos intelectuais e lideranças do polo cultural de Caetité (ZORZO, 2000).

Figura 5
Plano geral de viação nacional – 1934



Fonte: Conselho Nacional de Transportes (1974).

Outro ponto relevante a ser destacado sobre esse contexto de mudanças é que a crescente presença do automóvel no mundo alcançou a Bahia no início do século XX. A primeira

revenda Overland (marca francesa) em Salvador foi instalada em 1910, e em 1928 a fiscalização municipal informava que a cidade já tinha em circulação na área urbana 907 automóveis (LIMA, 2014).

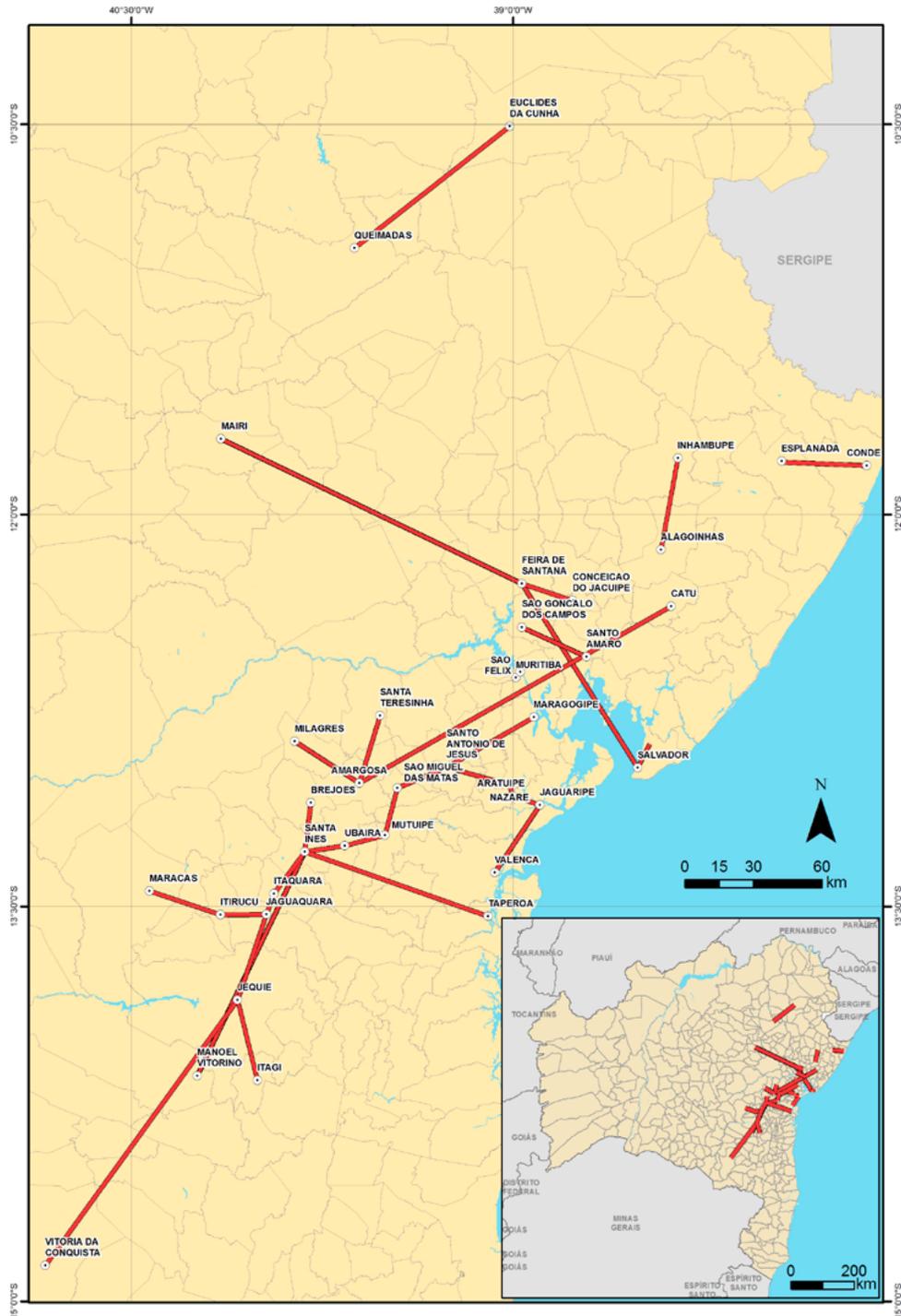
Essa transformação no sistema de transporte, através do automóvel, reforçou a necessidade de ampliação da rede viária na Bahia, o que se iniciou com o “[...] primeiro plano rodoviário, em forma de legislação, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia em 31 de agosto de 1917” (ZORZO, 2000, p. 109).

Estradas de rodagem mais amplas que favorecessem o trânsito de automóveis foram insinuadas no final da década de 1910, mas só vieram a ser pensadas com maior afinco nos anos vinte, e mais efetivamente em fins dessa década com a chegada de agentes da Ford, em Riacho de Santana, e da Chevrolet, em Caetité. (GUIMARÃES, 2012, p. 101).

Entretanto, nas décadas de 1930 e 1940, as novas rodovias tinham a perspectiva de relacionar as cidades do entorno do antigo Recôncavo com a metrópole, seja diretamente, como foi o caso da estrada de ligação de Feira de Santana com Salvador, ou indiretamente, através do transporte fluvial e marítimo. Merece destaque a rodovia que interliga Feira de Santana com Vitória da Conquista, o que sugere o deslocamento dos fluxos comerciais e de pessoas entre o Nordeste e o Sudeste (Figura 6).

Isso insinua que os novos corredores de transporte que passaram a surgir no início do século XX estavam voltados para atender aos novos fluxos comerciais que se estabeleciam entre a Bahia e a Região Sudeste do país, indicando uma tendência de afastamento da Mancha Sudoeste, especialmente Caetité, em relação aos eixos de circulação mais importantes, tanto do ponto de vista das ferrovias quanto da nova fase do rodoviarismo, que teve seguimento a partir da década de 1950.

Figura 6
Rodovias implantadas nas décadas de 1930 e 1940 – Bahia



Fonte: Elaboração própria com base em Zorzo (2000).

Terceiro período histórico-econômico: meados do século XX aos dias atuais

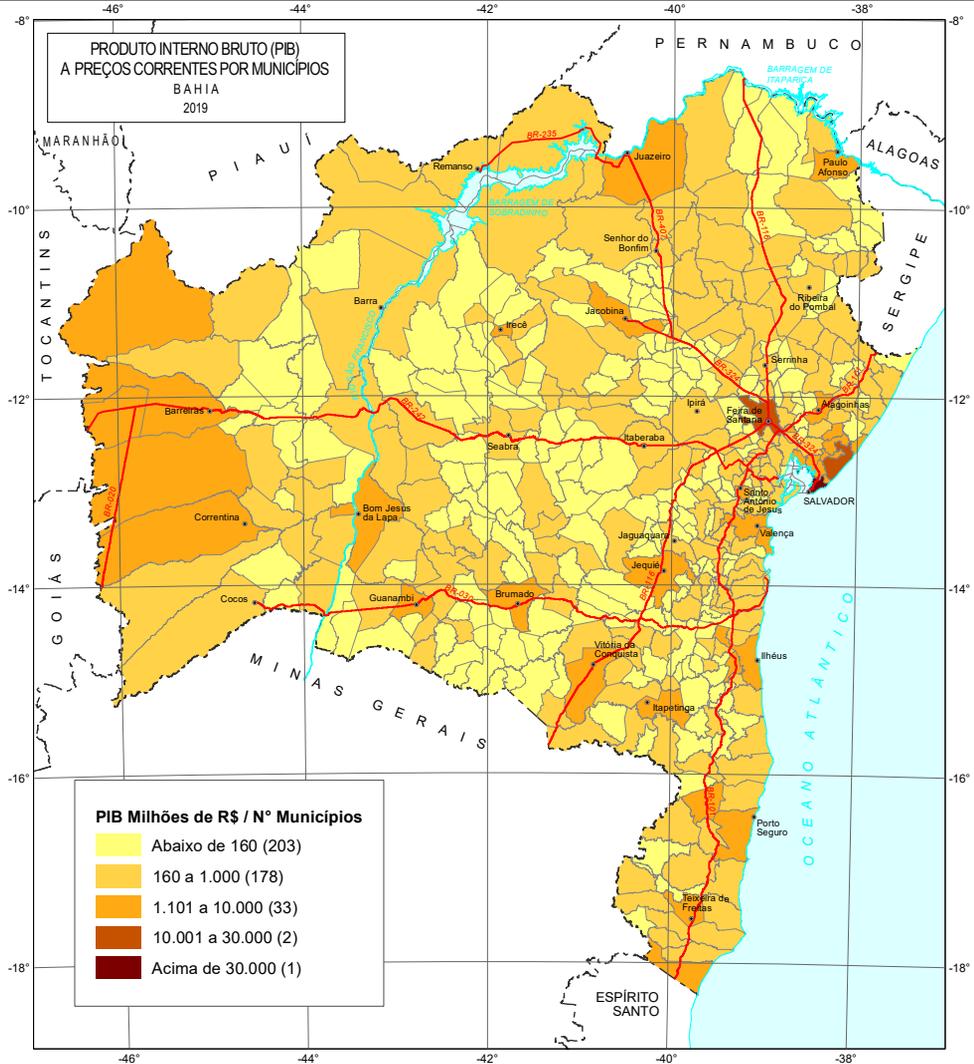
Os anos de 1950 são reconhecidos por vários estudiosos e políticos como expressivos nas definições dos rumos da dinâmica econômica do país. Como exemplo, tem-se o momento marcado pela aplicação das propostas econômicas desenvolvimentistas, em parte expresso, entre os anos de 1956 e 1961, pela liderança política de Juscelino Kubitschek, enquanto foi presidente do Brasil.

Com o processo de industrialização em forte curso de expansão nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o governo JK atraiu expressivos investimentos para a área automobilística, reforçando os polos industriais que se desenvolviam na ocasião. A vinda dessas multinacionais se refletiu em uma reestruturação dos transportes no país, inaugurando o chamado rodoviarismo, o qual implicou a crescente abertura de vias rodoviárias para a circulação de mercadorias e de pessoas para outras regiões do Brasil e o predomínio do transporte rodoviário sobre os demais modais. A partir dessa fase, a Bahia tornou-se um centro de passagem entre os fluxos do Sul-Sudeste e Nordeste brasileiro, principalmente através da abertura da BR-116, o que contribuiu para reforçar o polo urbano de Vitória da Conquista. É possível que tal reforço tenha sido acompanhado de um desvio dos fluxos comerciais para longe de Caetité e da Mancha Sudoeste, o que pode ter levado ao enfraquecimento das possíveis tendências de crescimento econômico nesse grande espaço e, portanto, na sua subordinação à área de influência de Vitória da Conquista (PONTES; BALDOÍNO, 2021).

Dessa forma, é importante reconhecer o fato de que houve uma grande transformação dos destinos dos fluxos econômicos na Bahia, os quais estavam anteriormente voltados para o desenvolvimento do interior do estado e para o fortalecimento dos vínculos comerciais entre os seus próprios municípios e o comércio exterior. Mais tarde, a direção desses fluxos se transforma, fortalecendo as relações comerciais entre as próprias metrópoles do litoral do país. Durante esse período, é possível também identificar o enfraquecimento do modal ferroviário, em que pese a existência de alguns investimentos remanescentes. Além disso, os projetos de construção de ferrovias nessa época refletiam a tendência de reforço dos fluxos econômicos entre as regiões Nordeste, Sul e Sudeste. Gradativamente, as rodovias ganharam a preponderância quase que absoluta nos fluxos de carga e de pessoas na Bahia e foram se expandindo na direção de distintas regiões do estado, conforme o mapa a seguir.

A rede rodoviária e a rede de cidades mais importantes mostram a estruturação espacial, com uma significativa irrigação, apesar da relativamente baixa densidade da economia, a qual se concentrou nos extremos do território baiano. A acessibilidade representada pela BR-030 reforçou as cidades mais importantes da região de Caetité, incentivando a polaridade de Brumado, pela sua produção preponderantemente industrial, e Guanambi, incrementado pela produção de algodão. Assim, concentraram-se ainda mais os fluxos dessa região na direção de Vitória da Conquista, grande polo de comércio e de serviços de apoio macrorregional.

Figura 7
Principais rodovias, cidades e maiores PIBs – Bahia



Elaboração própria.

É possível vislumbrar que, do ponto de vista econômico, toda essa área referente à Mancha Sudoeste passou por uma perda relativa de posição diante de outras regiões da Bahia, o que pode explicar o porquê de a estratégia de desenvolvimento pensada pelas lideranças do polo cultural de Caetité, nas primeiras décadas do século XX, não ter alcançado sucesso. Acredita-se que isso aconteceu não por conta de falhas na concepção das estratégias, mas sim porque os líderes locais não tiveram a devida compreensão das transformações dos processos econômicos que estavam ocorrendo na Bahia e no Brasil, os quais resultaram no

fortalecimento de vetores de desenvolvimento direcionados para as áreas do litoral, deixando de lado a perspectiva voltada para o interior do país.

É inegável, entretanto, a tendência de expansão do agronegócio na direção do interior do Brasil, a partir da década de 1980. Porém tal processo tem se realizado sob outras lógicas, atreladas a novos padrões produtivos, com diferentes demandas por elementos de infraestrutura, de porte e características muito diferenciadas das antigas formas de produção agropecuária, e com nova espacialização da sua ocupação na direção sul-norte da região dos cerrados.

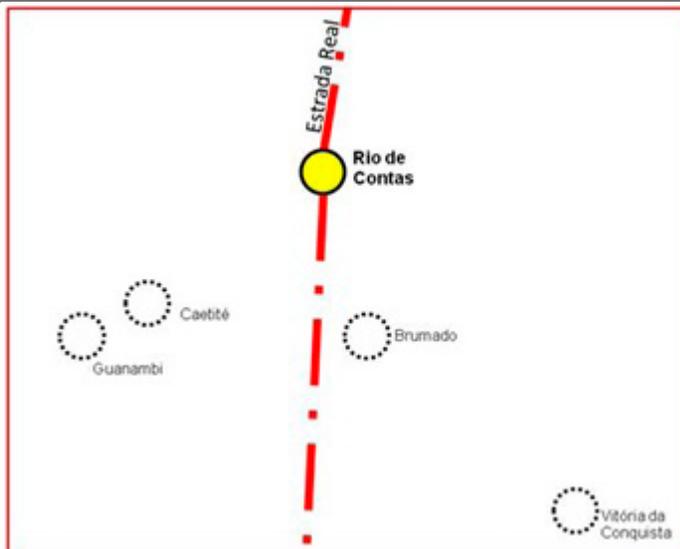
De um modo geral, tem-se como hipótese a ideia de que toda essa dinâmica pode ter representado uma marginalização da área que abrange a Mancha Sudoeste dos processos mais modernos de desenvolvimento na Bahia e no Brasil. Isso pode ter possibilitado uma relativa conservação da estrutura das relações sociais, implicando a preservação de determinados padrões de comportamento da sociedade, herdados do início do século XX, principalmente em termos de formação social e de educação. Não significa dizer que essa região “parou no tempo” quanto aos aspectos apresentados. Afinal, a convivência em um mundo cada vez mais globalizado implica necessariamente processos de transformação dos padrões sociais de hábitos, comportamentos, consumo etc. Porém acredita-se que a influência externa dos aspectos típicos do mundo moderno, bastante forte nas grandes metrópoles, tenha alcançado de forma menos agressiva e, portanto, com um potencial menor de transformação nos municípios que integram a Mancha Sudoeste, o que possibilitou uma preservação de parte dos costumes sociais tradicionais dessa área. Entretanto, apesar desse grau de preservação, é preciso destacar que, no que tange à rede urbana, identificam-se redefinições em termos de polarizações ao longo do tempo, o que parece ter sido influenciado pelos fluxos nacionais e pelo processo de reforço das interações sociais e econômicas entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil.

Apesar dessas constatações, é importante chamar atenção para pontos reflexivos importantes acerca desse processo de marginalização da Mancha Sudoeste nos dias atuais. Na compreensão desse espaço na contemporaneidade, é visível o desenvolvimento de novos setores econômicos através de atividades de produção de energia eólica, produção de ferro e urânio.

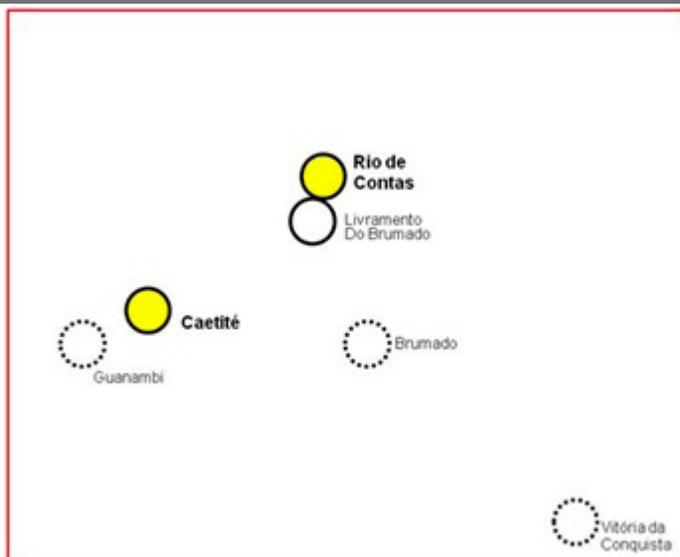
Somado a isso, o avanço dos sistemas de comunicação e informação vem fortalecendo uma maior integração dessa região nas dinâmicas econômicas mais amplas e globalizadas. Essas transformações recentes podem ser importantes para compreender as possíveis mudanças (ou não) das características que definem a Mancha Sudoeste como um espaço diferenciado. Nesse caso, torna-se fundamental observar os impactos desses novos elementos para fortalecer essa região do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento da Bahia, tendo em vista a sua relevância nas atividades econômicas de mineração e energia.

Figura 8
Ciclos da rede urbana da Mancha Sudoeste e imediações

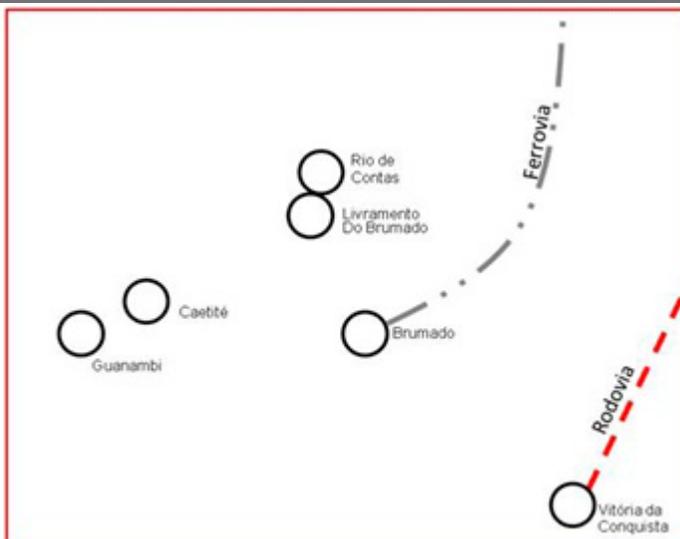
1. Fase da mineração – até o século XVIII
Um polo: Rio de Contas



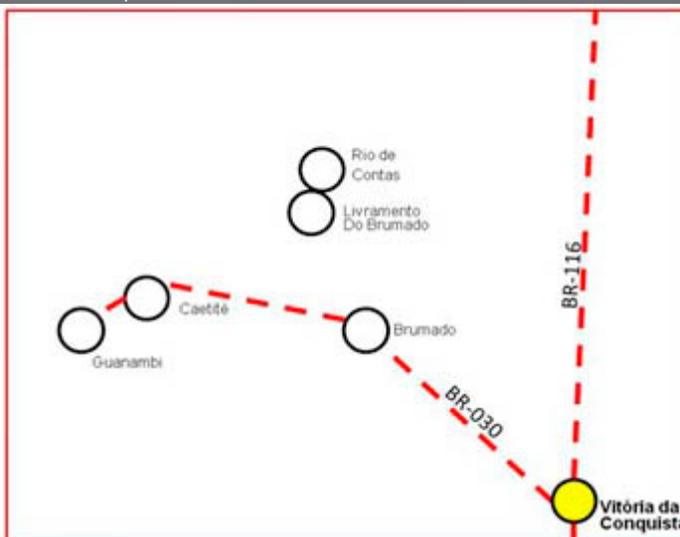
2. Fase da transição mineração/agropecuária – século XIX
Dois polos: Rio de Contas e Caetité



3. Fase do avanço na agropecuária e da expansão da rede urbana – até meados do século XX
Sem polos definidos



4. Fase da diversificação com concentração espacial da agropecuária, indústria, comércio e serviços – segunda metade do século XX até a atualidade
Um grande polo: Vitória da Conquista



Fonte: Elaboração própria.

Para além desses projetos dentro desse período histórico delimitado, o estudo enxerga também como relevante a compreensão do processo de investimentos em infraestrutura hídrica que aconteceu na região, através de iniciativas do Departamento Nacional de Obras Contra as

Secas (DNOCS). Esse departamento corresponde a um órgão do governo federal criado em 1909 com o objetivo de desenvolver projetos de infraestrutura voltados para minimizar as principais consequências sociais e econômicas das secas prolongadas que atingem o semiárido, de modo a reduzir o êxodo rural e fixar o homem no campo, oferecendo-lhe os meios necessários para garantir sua sobrevivência (TEIXEIRA, 2005). Ao voltar-se para a realização de obras relacionadas ao aumento do potencial de uso dos recursos hídricos e para a construção de perímetros irrigados, o DNOCS atuou em diversas regiões do Nordeste brasileiro com ações que contribuíram para o avanço de áreas pouco dinâmicas e naturalmente limitadas de alternativas de desenvolvimento econômico, castigadas pela seca e marcadas pela pobreza.

O entendimento dos aspectos da atuação do DNOCS na Mancha Sudoeste pode trazer elementos esclarecedores para identificar transformações sociais e econômicas que contribuíram para a conformação do atual quadro socioeconômico com incidência relativamente menor de pobreza nos municípios estudados. O DNOCS foi um importante realizador de ações de infraestrutura hídrica na região, através da construção de barragens e perímetros irrigados na Bacia do Rio de Contas. Acredita-se que tais ações podem ter gerado impactos na estrutura produtiva da região, tornando-a mais dinâmica e competitiva, com repercussão na melhoria das condições de vida da população. Ou seja, tem-se como hipótese a ideia de que a atuação desse órgão gerou impactos significativos sob o aspecto econômico e social, os quais contribuíram para um maior desenvolvimento nessa região, proporcionando as condições que permitiram uma menor incidência de pobreza, especialmente nos municípios foco desta análise.

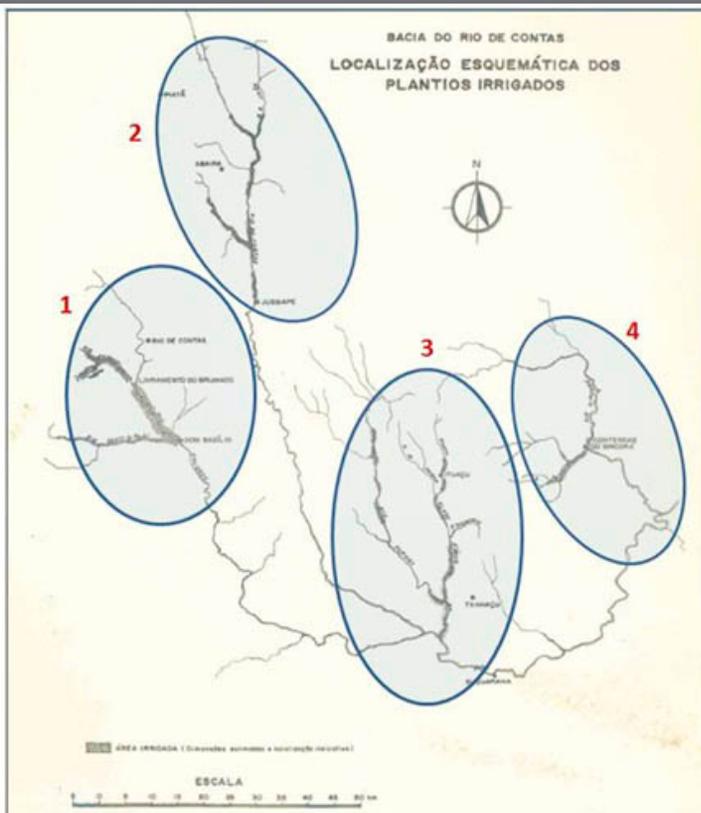
O DNOCS instalou-se na Bahia em 1953, com sede no município de Rio de Contas, local onde mais tarde seriam construídas duas barragens que atenderiam a um projeto de irrigação na região. Um ano após sua chegada, iniciaram-se estudos de aspectos físicos, socioeconômicos, financeiros e culturais da região (VELLOSO, 2000).

É possível vislumbrar que a vinda do DNOCS para a Bahia tenha sido reflexo de dois fatores principais. O primeiro diz respeito à então potencialidade da região para a instalação de plantios irrigados, visto que esse tipo de atividade já era realizado, apesar de sua precária condição e elevado nível de desperdício. O segundo fator pode estar relacionado com a capacidade das articulações políticas de representantes da região, as quais teriam sido capazes de atrair investimentos do governo federal. Segundo Velloso (2000), a trajetória histórica de ações do DNOCS tem sido marcada pelas influências diretas dos interesses das elites econômicas e políticas nordestinas. Apesar de ser uma agência com ampla delimitação geográfica de atuação, por se tratar de uma representação do governo federal, as ações do DNOCS sempre se concentraram em algumas regiões específicas do semiárido nordestino, em específico no polígono das secas. Ainda segundo Velloso, “[...] a presença das ‘elites’ econômicas e políticas firmemente assentadas sobre a topografia social da região moldou decisivamente a trajetória histórica do DNOCS” (VELLOSO, 2000, p. 6). Nesse sentido, o órgão pode ter atuado como um mediador entre os interesses dessa elite do Nordeste e o governo federal, de modo que os grandes projetos implementados transpareciam a combinação entre o viés técnico

das justificativas e do planejamento das ações e as influências das intervenções dos grupos políticos regionais, principalmente sob o aspecto do direcionamento dos benefícios das ações e a sua apropriação privada.

É provável que a concretização dos investimentos do DNOCS na Mancha Sudoeste seja também resultado dessa dinâmica. Lideranças políticas e a elite regional podem ter composto um grupo de influência capaz de interferir no direcionamento da atuação do órgão na Bahia. Antes mesmo da chegada dos investimentos do DNOCS, construindo barragens e perímetros irrigados, já eram comuns os plantios irrigados ao longo da Bacia do Rio de Contas. Estudos do órgão sobre essa região, em 1968, já identificavam e mapeavam a existência de quatro plantios irrigados: Livramento de Brumado-Dom Basílio, Piatã-Jussiape, Ituaçu-Tanhaçu e Contendas do Sincorá. (BRASIL, 1968a, 1968b).

Figura 9
Plantios irrigados – Bacia do Rio de Contas – 1968



Fonte: Brasil (1968a).

O perímetro irrigado de Livramento do Brumado-Dom Basílio apresentava maior capacidade de irrigação dentre todos dessa bacia, com um alcance de 3.400 hectares. Segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (BRASIL, 1968a), existem registros de plantios

autônomos irrigados nessas localidades desde 1930. Além disso, antes da atuação do órgão federal, parcela do plantio irrigado nesse local era abastecida pelo fornecimento de água da Águas de Livramento S.A., criada em 1945. Tal empresa permitia o acesso ao canal principal de irrigação durante um período pré-definido, mediante pagamento em valor monetário ou mesmo em parcelas da produção agrícola. Entretanto, no final dos anos 1960, essa empresa apresentava dificuldades financeiras que acarretariam na sua extinção anos mais tarde. Os plantios dessa área se realizavam especificamente no entorno dos rios Taquari, Brumado e Quati.

Os plantios de Piatã-Jussiape e Ituaçu-Tanhaçu apresentavam características gerais semelhantes aos de Livramento do Brumado, porém tinham menos capacidade de irrigação. O primeiro alcançava 1.750 ha, enquanto que o segundo tinha 1.650 ha. O plantio de Contendas do Sincorá era o que mais se diferenciava, pois seu sistema não era apoiado por canais ou barragens. No seu caso, os agricultores aproveitavam os meses de vazante para realizar cultivos no leito do rio, de modo que as únicas áreas irrigadas lá existentes eram intermitentes.

Dentre as principais características desses plantios irrigados tradicionais estavam o predomínio de pequenas propriedades familiares, o baixo nível de tecnologia aplicada, o uso não racional da água e a baixa produtividade das plantações. Além disso, apesar da forte presença do pequeno produtor, grande parte das propriedades de maior extensão estava localizada nas áreas irrigadas da região. O trabalho formal na agricultura era pouco representativo, e o pagamento por diária era uma das formas mais comuns de contratação de mão de obra naquele momento.

Além disso, era possível também identificar a realização de parcerias para o cultivo agrícola entre proprietários de terra e trabalhadores rurais, sendo que os primeiros forneciam terra, água e assumiam as despesas referentes ao plantio, enquanto que os segundos eram responsáveis por operacionalizar a plantação e a colheita. Os produtos resultantes dessa parceria geralmente eram repartidos igualmente entre os parceiros. Havia outras formas de parceria na região, mas a característica comum entre todas é que consistiam em contratações arcaicas, as quais ainda não tinham alcançado as características típicas de um arrendamento capitalista. Para o DNOCS (BRASIL, 1968b), isso era resultado dos baixos níveis de capitalização dos produtores da época, mesmo aqueles que eram donos de grandes propriedades.

De um modo geral, a principal cultura produzida nas áreas irrigadas era o arroz, que ocupava 80% dos plantios. Além disso, havia o cultivo de cebola, alho e cana-de-açúcar. A maior parte do cultivo de arroz ali desenvolvido esteve concentrada no plantio irrigado de Livramento do Brumado-Dom Basílio, sendo responsável por 50% da produção da época. O maior porte desse plantio em termos de capacidade de irrigação e a maior concentração da agricultura fizeram com que essa área fosse escolhida para receber os investimentos de infraestrutura do DNOCS, aproveitando as condições já desenvolvidas da prática do cultivo irrigado e o potencial hídrico da região.

Com base nesse histórico de atividades de irrigação e possibilidades de aprimoramento e melhorias, a primeira ação realizada pelo DNOCS na região de estudo consistiu na construção de uma barragem de acumulação no município de Rio de Contas, sobre o rio Brumado, pertencente ao sistema hidrográfico de Rio de Contas, cuja bacia abrange uma área de 256 km². A Barragem Luiz Vieira, assim denominada, tinha o objetivo garantir o abastecimento das áreas irrigadas próximas já existentes.

A construção iniciou-se em 1967, com os trabalhos de escavação da fundação. Entretanto, a descoberta de uma falha proveniente de antigas movimentações tectônicas implicou uma interrupção do projeto, o qual só veio a ser retomado dez anos mais tarde, sendo concluído em 1983. Além disso, foi finalizada, em 1987, uma barragem de derivação, que tinha como objetivo encaminhar a água acumulada para o projeto de irrigação em elaboração para as áreas de plantio em Livramento do Brumado. Essa barragem está situada nesse mesmo município, a jusante do salto do rio Brumado (SAMPAIO, 2013).

A instalação desse projeto de irrigação se iniciou em 1977, e os seus serviços de operação, administração e manutenção foram implementados em 1986. A princípio, tal projeto contemplava apenas áreas pertencentes ao município de Livramento do Brumado, estendendo-se mais tarde para Dom Basílio. Atualmente, o perímetro irrigado atende a uma área de 10.000 ha, sendo 7.000 ha em Livramento e 3.000 em Dom Basílio.

Um ponto importante a ser destacado é que o projeto de irrigação implicou um processo prévio de desapropriação de terras para a sua implantação. Nesse sentido, diversos lotes foram desapropriados e mais tarde redistribuídos, após a finalização da construção. A redistribuição inicial dessas terras entre os produtores rurais da região teve como característica a priorização do pequeno produtor (unidades familiares), que recebeu um lote de 5,27 ha de área. Segundo o projeto, 316 unidades familiares foram beneficiadas. Além deles, técnicos agrícolas, engenheiros e microempresários também foram contemplados pelo projeto, com lotes de terras com maior extensão (SAMPAIO, 2013). É preciso, entretanto, enfatizar que, após os primeiros anos, muitos agricultores familiares venderam seus lotes para empresários locais por não terem conseguido manter as atividades de lavoura, os quais, inclusive, foram transformados em áreas específicas de agronegócio para a produção de manga (DOURADO; MESQUITA, 2010).

Apesar dessas dificuldades, a implantação do perímetro irrigado em Livramento do Brumado possibilitou mudanças significativas para parte dessa região, principalmente no aspecto econômico. De modo geral, tornou-se nítida a perda gradativa de participação das atividades de lavoura temporária e dos cultivos de subsistência, com um ganho de importância de atividades específicas permanentes, como a fruticultura, com alta integração com o mercado internacional.

A implantação do perímetro irrigado nessa área reestruturou as técnicas de produção e possibilitou a introdução de novas tecnologias aplicadas ao plantio. Os principais reflexos dessas transformações sobre o cultivo da região foram a racionalização do uso da água, o

aumento da produtividade dos plantios e a melhora na qualidade dos produtos agrícolas. Esses fatores foram fundamentais para gerar um aumento da competitividade da produção na região. Além disso, as iniciativas de capacitação dos agricultores do perímetro proporcionaram um melhor aproveitamento da infraestrutura de irrigação, com exploração das possibilidades econômicas que esse sistema poderia oferecer.

Mas é importante destacar que essa modernização da agricultura não implicou uma eliminação incisiva das atividades de trabalho familiar (SAMPAIO, 2013). A mudança de padrão produtivo especializado na fruticultura modernizada, ainda que exigente em investimentos em tecnologia, não se tornou um grande impeditivo para a inclusão dos agricultores familiares. Nesse sentido, a inserção do pequeno produtor nessa atividade foi fundamental para garantir a sua permanência nessas áreas. Apesar de estar baseada na grande propriedade, a agricultura familiar se integrou paralelamente às atividades agropecuárias da região de maior porte. Segundo Sampaio (2013), a produção básica nas áreas pertencentes ao perímetro irrigado é composta basicamente pela agricultura familiar, que corresponde a 81% dos agricultores. Apesar de haver propriedades maiores dentro do perímetro, o que predomina é a atividade da agricultura familiar.

Diante de tais aspectos, acredita-se que os efeitos das ações do DNOCS nessas áreas podem ter beneficiado parte dos pequenos produtores. Ainda que esses benefícios também tenham sido canalizados para atender aos interesses de grandes produtores, seus impactos tiveram a capacidade de alcançar parte dos interesses dos agricultores de pequeno porte, que anteriormente praticavam a agricultura de subsistência. Isso pode ter contribuído para uma melhora nas condições de vida da população da região, não somente de Livramento do Brumado, mas também dos seus vizinhos, através dos possíveis efeitos multiplicadores da economia, levando ao fortalecimento de atividades de outros setores, como comércio e serviços, principalmente em Dom Basílio, onde houve um prolongamento do plantio irrigado de Livramento do Brumado, além de Rio de Contas.

Análise e caracterização dos cinco municípios em relação à Mancha Sudoeste

Para além dos levantamentos bibliográficos acerca do tema, esse estudo também buscou analisar um conjunto de dados socioeconômicos para melhor compreender as especificidades da Mancha Sudoeste. A sistematização de um conjunto de indicadores, grande parte elaborados com base nos censos agropecuário (2006) e demográfico (2010), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como objetivo principal buscar indícios que apontem para características diferenciadas no conjunto de municípios da Mancha Sudoeste, assim como, e principalmente, nos cinco municípios que apresentaram diferenciação no estudo realizado pela SEI, *Pobreza na Bahia em 2010: Dimensões, Territórios e Dinâmicas Regionais* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014). Vale ressaltar que, no citado estudo, os municípios, em função do método utilizado, que considera a pobreza um fenômeno multidimensional, se enquadraram em cinco grupos, denominados como grupos de

pobreza que foram classificados de A a E, sendo o grupo A aquele em que foram observadas condições de pobreza relativamente menos intensas.

Enfatiza-se que os municípios que compõem o grupo A são, em geral, aqueles que apresentam as maiores magnitudes econômicas, mais dinâmicos ou mesmo aqueles com grandes populações ou que exercem o papel de sedes regionais. Embora o grupo A seja composto por 46 municípios com as já citadas características, alguns dos municípios do grupo fugiram à regra por não apresentarem o referido perfil, entretanto, apresentaram pré-requisitos que os colocaram no referido grupo. Tal fato enseja a possível existência de uma dinâmica diferenciada e processos econômicos e sociais, provavelmente de caráter regional, que engendraram um certo “padrão de desenvolvimento” que possibilitou uma menor incidência relativa de pobreza.

Na realização deste estudo, buscou-se, por meio de dados empíricos resultantes de levantamentos estatísticos, ou mesmo com base em registros administrativos, identificar possíveis destaques nos principais indicadores que reforçassem os aportes teóricos sobre o processo de desenvolvimento da região. Para tal fim, optou-se, na maioria dos casos, por realizar recortes analíticos que contemplassem o posicionamento dos indicadores dos cinco municípios ante os municípios da Mancha Sudoeste e dos municípios da Mancha Sudoeste, assim como os cinco municípios, perante o total de municípios do estado menos os 46 municípios do grupo A.

Dessa maneira, sem prejuízo da existência de outros indicadores diretos ou indiretos, os levantamentos de 2006 e 2010 foram utilizados por apresentarem certo alinhamento temporal com o estudo anteriormente realizado e que teve o ano 2010 como referência para o seu conjunto de indicadores.

Com base na leitura dos indicadores estruturados, chegou-se a determinados indícios empíricos que apontam para diferenciações tanto dos municípios da Mancha Sudoeste, em seu conjunto, quanto no conjunto dos cinco municípios. Tais indícios estatísticos permitem diversas interpretações, entretanto, com base nos levantamentos bibliográficos, que remontam aos processos histórico e cultural de desenvolvimento da região, torna-se possível a realização de inferências que se atrelam a fatos, processos e investimentos que possivelmente tiveram rebatimentos na Mancha Sudoeste e que podem ter sido melhor internalizados pelos cinco municípios ora estudados.

Características empíricas que diferenciam os cinco municípios da Mancha Sudoeste

A ampliação e diversificação agrícola como consequência das ações voltadas para a irrigação

A bibliografia analisada revela que desde 1930 já existiam antigas áreas de plantios irrigados na Bacia do Rio de Contas, isso evidencia, historicamente, que tal técnica já era implementada em vários cultivos da área em estudo (BRASIL, 1968a). Os primeiros investimentos de grande porte alocados na irrigação geraram impactos diretos na atividade agrícola, agregando à prática já utilizada e ampliando o uso da água. Eles assumiram grande importância para as práticas agrícolas das comunidades, sobretudo porque as obras implantadas pelo DNOCS dirigiram-se ao atendimento de áreas ocupadas por agricultores familiares que lidavam, principalmente,

com as lavouras de subsistência. A ação do DNOCS avançou, posteriormente, para áreas que se dedicaram à fruticultura, alterando o mix produtivo, incorporando conhecimentos técnicos e aumentando substantivamente a escala de produção.

O estado da Bahia tem dois terços do seu território inseridos no semiárido e apresenta, na sua região oeste, vastas áreas de cerrado dedicadas, principalmente, ao plantio de soja e algodão. São também relevantes as áreas situadas na região do Alto São Francisco, nas quais o plantio de frutíferas assume grande importância para a economia baiana. Em todas as citadas áreas, a irrigação é fundamental para os ganhos de produtividade e estabilidade produtiva, especialmente durante os longos períodos de estiagem.

Nesse sentido, observando-se a magnitude da irrigação no estado, com base no Censo Agropecuário (2006), apenas os 15 principais e mais extensos municípios da Bahia com irrigação, a maioria situada na Região Oeste e alguns no Vale do São Francisco, respondem por quase 50% das áreas irrigadas do estado. Entretanto, em relação às áreas destinadas às lavouras, no mesmo recorte analítico, a irrigação dos citados municípios atinge apenas 6,6% da área total ocupada com lavouras, revelando uma grande concentração espacial.

Essa análise sobre as principais áreas com irrigação no estado reforça a importância que assumem os demais investimentos realizados em outras áreas produtivas, no sentido de amenizar os problemas que ocorrem pela existência de maior escassez hídrica. Corroborando com tal afirmativa, os resultados censitários mostram que os municípios da Mancha Sudoeste respondem por 15,4% das áreas irrigadas do estado, o que é bastante relevante tendo em vista a menor extensão territorial. Quando comparadas as áreas irrigadas em relação às áreas destinadas às lavouras dos seus municípios, elas correspondem a 8,0% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Focalizando a análise nos cinco municípios da Mancha Sudoeste, observou-se que eles respondem por 2,3% da irrigação do estado, entretanto, a irrigação desse pequeno grupo de municípios se faz presente em 12,7% das suas áreas dedicadas às lavouras, sendo, portanto, mais abrangente no que concerne à referida atividade econômica, em relação às quais se infere haver uma possível melhoria nos rendimentos familiares.

Dentro da própria Mancha Sudoeste, a irrigação nos cinco municípios assume expressão diferenciada ao representar 14,9% da irrigação do conjunto de municípios da Mancha Sudoeste, que congrega 41 municípios (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Em relação à distribuição espacial da irrigação, diferentemente dos municípios localizados na região Oeste – assim como no município de Juazeiro, no qual se encontram grandes plantios de frutíferas distribuídos em grandes áreas –, os municípios da Mancha Sudoeste, em especial os cinco municípios, apresentam a maior frequência de áreas irrigadas em estratos de áreas de até 10 ha. Essa distribuição evidencia uma maior difusão em um maior número de propriedades e, pelo tamanho das áreas, a sua utilização em pequenas glebas, as quais são compatíveis com as áreas e os parâmetros da agricultura familiar. A tabela a seguir apresenta a distribuição das

áreas irrigadas nos municípios onde as mesmas assumem maiores proporções, assim como nos cinco municípios, objeto deste estudo.

Tabela 1

Distribuição das áreas irrigadas por estratos de área municípios selecionados – Bahia – 2020

Estratos de área	Abaíra	Caculé	Ibiassucê	Jussiape	Rio de contas	Barreiras	São Desidério	Juazeiro
Total	1.908	340	59	1.595	3.243	22.446	28.402	30.758
Maior de 0 a menos de 1 ha	48	12	1	135	55	57	56	163
De 5 a menos de 10 ha	356	85	11	199	402	521	101	3.054
De 50 a menos de 100 ha	94	X			128	X	X	1.053
De 100 a menos de 200 ha	X			X	X	X	570	950
De 200 a menos de 500 ha					X	3.886	1.740	1.891
De 500 ha e mais				X	X	16.177	24.911	X

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

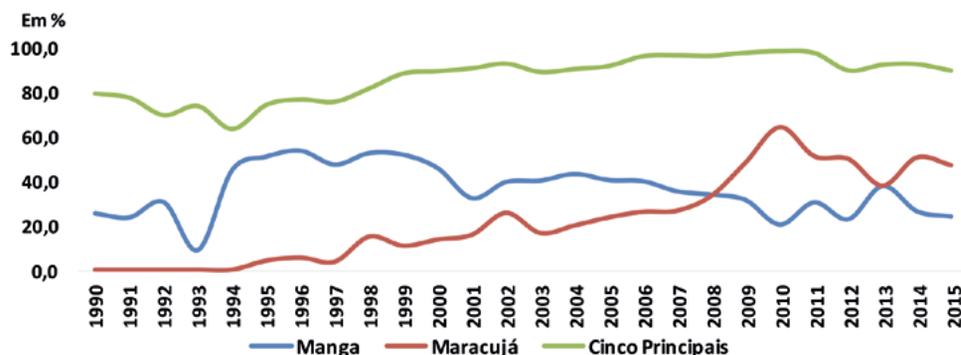
Nota: (X) Menos de três estabelecimentos.

O perfil produtivo e a evolução atual da produção parecem evidenciar a importância, ao longo do tempo, da utilização de técnicas produtivas com potencial de ampliar, assim como manter mais estáveis os níveis de produção, tanto da lavoura permanente quanto da lavoura temporária.

Apenas a título de exemplo, tomaram-se como referência os Valores de Produção (VP) dos cinco principais produtos da lavoura permanente da Mancha Sudoeste. Eles apresentaram uma posição relativa que se manifestou evolutivamente quando comparados com o VP total das culturas permanentes. Ressalte-se que a representatividade dos valores obtidos com a produção de frutas assumiu a liderança na escala de valores, sendo, portanto, destacados na figura a seguir.

Gráfico 1

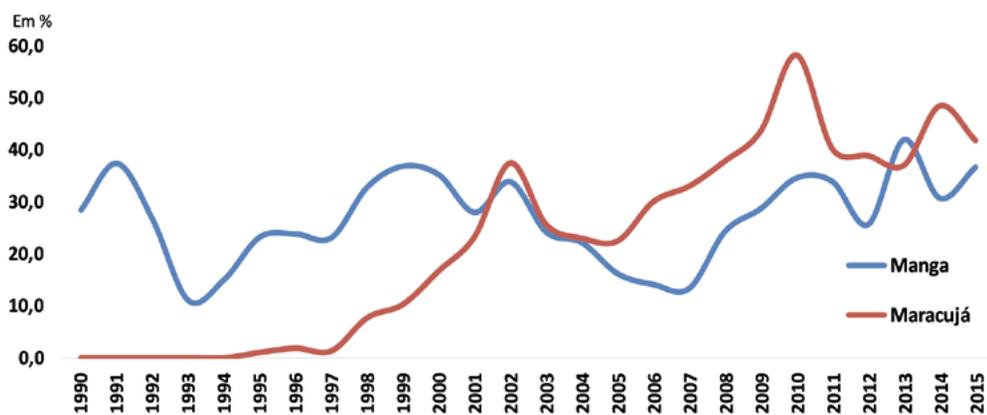
Participação (%) do valor da produção dos cinco principais produtos da lavoura permanente nos municípios da Mancha Sudoeste (destaques: Manga e Maracujá) – Bahia – 1990-2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

Quando cotejados os Valores de Produção dos produtos da fruticultura da lavoura permanente com iguais produtos no total do estado, pode-se aquilatar a importância relativa de cada produto, de per si, em relação à sua representatividade na produção estadual. Dessa maneira, tem-se uma medida mais aproximada da representatividade das citadas culturas, dado que pode ocorrer que, em apenas determinados municípios, existam tais produções. A figura a seguir revela, ao longo do tempo, a participação relativa de cada produto, evidenciando as suas evoluções. Nela é possível verificar que a produção de manga na Mancha Sudoeste chega a representar, em 2010, cerca de 60% da produção do referido produto no estado.

Gráfico 2
Representatividade do valor da produção da manga e maracujá no total de iguais produtos do estado – Municípios da Mancha Sudoeste – Bahia – 1990-2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

Exibindo uma característica muito específica, os municípios da Mancha Sudoeste produzem, embora resultando em volumes diferenciados, uma cesta de produtos muito similar. Dentre os produtos produzidos nos municípios da Mancha Sudoeste, em termos de valor, a produção de manga se apresenta como a mais importante, sendo seguida pelas produções de mandioca e cana-de-açúcar. Já entre os cinco municípios, há uma mudança de posicionamento. Neles, a cana-de-açúcar assume a liderança, sendo seguida pelas produções de manga e mandioca.

Em todos os casos, tanto na Mancha Sudoeste quanto nos cinco municípios é possível perceber a presença das frutíferas como produto de grande importância, o que reforça a ideia de que a irrigação assumiu um papel relevante nos processos produtivos e na diversificação da produção dos municípios da área em estudo, propiciando grande representatividade no conjunto de produtos da lavoura, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 2
Participação dos cinco principais produtos no valor da produção das lavouras - Mancha Sudoeste e cinco principais municípios, Bahia – 2013

Produtos	MANCHA SUDOESTE		5 MUNICÍPIOS	
	Participação % no total	Posição	Participação % no total	Posição
Cana-de-açúcar	7,1	3°	49	1°
Mandioca	14,5	2°	11,6	2°
Banana	6,1	4°	3,6	5°
Café	4,1	5°	6	4°
Manga	27,5	1°	10,8	3°
Subtotal	59,2		81,1	
Outros	40,8		18,9	
Total	100		100	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

A presença de rendimentos médios relativamente mais elevados nos municípios de análise

Considerando os perfis das áreas, já explicitados, têm-se a expectativa de que os rendimentos médios dos ocupados, com dez anos ou mais, na Mancha Sudoeste, poderiam ser superiores aos valores obtidos, quando comparados com outras áreas do estado, e que nos cinco municípios os valores superassem os da Mancha Sudoeste. Nesse sentido, lançou-se mão dos dados divulgados pelo Censo Demográfico (2010), com os quais pode-se constatar a seguinte situação: nos cinco municípios o rendimento médio dos ocupados com dez anos e mais era um pouco maior (R\$ 341,00) do que o valor médio verificado para os demais municípios da Mancha Sudoeste (R\$ 324,00). Vale ressaltar que a média do estado (deduzido o grupo A) era de R\$ 293,10. Vê-se, portanto, que embora sejam valores abaixo do salário mínimo do mesmo ano (R\$ 510,00), os cinco municípios se diferenciam ao superar os valores da Mancha Sudoeste, assim como os municípios da Mancha Sudoeste superaram os valores do estado (deduzidos os municípios do grupo A).

Outro indicador que se associa à ideia de uma melhor distribuição de renda na região está centrado nas proporções dos recursos distribuídos a título de Bolsa Família no conjunto de municípios estudados.

Como a distribuição dos valores leva em consideração parâmetros relativos ao rendimento médio das famílias (os valores se reduzem quanto maiores forem os rendimentos), tem-se a seguinte situação: a proporção da população que recebia Bolsa Família, em 2010, nos cinco municípios era um percentual de 49,5%, inferior ao da Mancha Sudoeste (53,3%), enquanto no estado (menos o grupo A) o percentual atingia 58% (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Com este resultado, pode-se inferir que, em seu conjunto, nos cinco municípios as famílias pobres estão em condições menos desfavoráveis quanto aos rendimentos em relação aos percentuais médios do universo ora estudado.

Ainda em relação aos rendimentos, pode-se associar o indicador do consumo médio de energia elétrica residencial como um parâmetro que leva em consideração, dentre outros fatores, a presença dos eletrodomésticos e a quantidade de cômodos do domicílio. Em 2010, o consumo médio de energia elétrica residencial é de 901,3 kWh nos cinco municípios, 858,6 kWh na Mancha Sudoeste, contra e 853,2 kWh no estado – menos o grupo A (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Mais uma vez, os números apontam para uma situação mais favorável aos cinco municípios, dado que os resultados se alinham com a hipótese de que os rendimentos podem ter sido influenciados pelas características do espaço territorial e os processos de produção nele desenvolvidos.

A forte importância da agropecuária na estrutura da ocupação

A distribuição setorial da ocupação nos cinco municípios revela uma maior concentração da mão de obra na agropecuária, sobretudo nos municípios com perfis mais agrícolas, a exemplo de Abaíra, Jussiape e Rio de Contas. O município de Caculé concentra a maior parte das ocupações no setor de serviços, enquanto no município de Ibiassucê, onde existem empreendimentos que se dedicam à transformação de produtos minerais não metálicos, os percentuais da ocupação ficam mais distribuídos entre os setores.

A distribuição setorial da ocupação, assim como o rendimento médio da população ocupada com 15 anos ou mais pode ser visualizada na tabela a seguir. Ela mostra percentuais concentrados nas atividades agropecuárias e de serviços. No caso da agropecuária, o perfil produtivo dos municípios baianos se assenta, em grande medida, nessa atividade e, em relação aos serviços, a presença do turismo e das atividades governamentais, especialmente pelas ocupações nas prefeituras, se encarrega de definir tal distribuição da ocupação.

Tabela 3						
Distribuição setorial da ocupação nos cinco municípios selecionados da Mancha Sudoeste – 2010						
Cinco Municípios	Distribuição Setorial da Ocupação (%)					Rendimento Médio R\$
	Total	Agropecuária	Indústrias Extrativas	Indústrias de Transformação	Serviços	
Abaíra	100	53,19	0,09	1,22	45,5	314,6
Caculé	100	33,47	0,17	9,41	56,95	378,4
Ibiassucê	100	44,38	0,61	10,58	44,42	334,7
Jussiape	100	60,39	0,27	4,58	34,75	308,3
Rio de Contas	100	57,89	0	3,84	38,27	316,1

Fonte: Censo Demográfico (2010).

O maior grau de alfabetização da população

Uma leitura dos resultados do Censo Demográfico (2010) nos permite observar que a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais era de 20,9% nos cinco municípios, enquanto no conjunto de municípios da Mancha Sudoeste atingia 23,6% e no estado, menos o grupo A, o percentual de analfabetos atinge 24,6%. Nesse sentido, os levantamentos bibliográficos dão conta de processos ocorridos na região que podem

haver interferido para que os resultados, embora com percentuais ainda lamentavelmente elevados e preocupantes, tenham minimizado os problemas nos níveis de estudo, nos cinco municípios e na Mancha Sudoeste, para que resultados ainda mais elevados não fossem aferidos.

A importância dos estabelecimentos de agricultura familiar e sua relativa maior integração ao mercado

Cabe lembrar que o termo agricultura familiar aqui utilizado refere-se àquele definido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu critérios para a sua definição e permitiu sua inserção nas estatísticas oficiais (BRASIL, 2006).

O Censo Agropecuário (2006) segue, assim, os princípios desta lei, assim como da metodologia desenvolvida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCra) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO) no Projeto de Cooperação Técnica INCra/FAO, entre 1996 e 1999. (ANTUNES, 2011).

Corroborando com a definição usada, os resultados mostram que o percentual de estabelecimentos com agricultura familiar era, em 2006, de 88,7% nos cinco municípios e 87,3% na Mancha Sudoeste. Os dois percentuais superam aquele referente ao estado, menos os municípios do grupo A em que os estabelecimentos da agricultura familiar representam 80,7% (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). Essa grande proporção induz à necessidade de utilização dos indicadores disponíveis sobre tal atividade, dado que grande parte das atividades agrícolas nessa região ocorre no âmbito da agricultura familiar. Essa característica está em consonância com outros indicadores dos cinco municípios que apontam, principalmente, para a grande presença de pequenas glebas administradas por famílias, o que revela uma maior distribuição do espaço agrícola entre a população residente.

No que tange ao tamanho médio das propriedades dedicadas à agricultura familiar, nos cinco municípios o tamanho médio era de 17,7 ha enquanto os municípios da Mancha Sudoeste apresentavam áreas com 19,3 ha em média. Vale ressaltar que os dois valores são bem menores do que a média observada para o estado, menos o grupo A, em que o tamanho médio se situa em 20,1 ha (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Outro aspecto a ser considerado em relação à agricultura familiar é o seu grau de integração ao mercado. Segundo a metodologia utilizada no Censo Agropecuário (2006), os estabelecimentos que vendem menos de 50% do que produzem são definidos como pouco integrados ao mercado. Os integrados são aqueles que conseguem vender entre 50% a menos de 90% da produção total. Os demais estabelecimentos, dentre eles aqueles que vendem 90% ou mais do que produzem, são considerados como muito integrados ao mercado. Considerando esse conceito, com base nos resultados do censo agropecuário, pode-se identificar o grau de integração dos estabelecimentos ao mercado. Com efeito,

os 16,2% dos estabelecimentos nos cinco municípios eram considerados integrados ao mercado. O percentual na Mancha Sudoeste atinge 14,2%, enquanto no total do estado menos os municípios do grupo A o percentual era de 22,4%, resultado bastante normal dada a especialização de determinados municípios com algumas monoculturas que são integralmente vendidas no mercado.

O menor grau de analfabetismo nos estabelecimentos de agricultura familiar

Em 2006 o percentual de analfabetos dirigindo a agricultura familiar nos cinco municípios da mancha foi de 38,7%, enquanto nos demais municípios da Mancha Sudoeste o percentual atingiu 44,0%. Embora seja um percentual muito alto, ele mostra uma diferenciação entre os cinco municípios, permitindo inferir que, embora ainda com percentuais inaceitáveis, a educação dos trabalhadores do campo, nesse espaço territorial, foi um pouco melhor em seu conjunto, mesmo quando cotejado com o resultado obtido pelo estado, menos os municípios do grupo A (40,6%) (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

É importante enfatizar que a presença desses aspectos econômicos, apesar de suas grandes contribuições para compreender a trajetória de desenvolvimento da região e, ao mesmo tempo, identificar as principais diferenciações em termos de indicadores, não são suficientes para explicar todos os processos ocorridos nessa região que justifiquem a sua diferenciação dentro do estado, do ponto de vista da pobreza.

Nesse sentido, outros aspectos identificados foram relevantes, como a educação, a cultura e a religião. São esses elementos institucionais que incrementam o entendimento da pesquisa a fim de enriquecer a análise. Os aspectos econômicos são insuficientes porque parte deles também aconteceu em outros locais da Bahia, de modo que suas repercussões assumem similaridades ou padrão para todos os locais onde ocorre. Nesse sentido, é muito provável identificar que não é a economia exclusivamente que está explicando esse fenômeno. Isso se justifica porque os fenômenos aqui apresentados são fruto de planejamento de órgãos estruturais (investimentos do DNOCS, construções de rede ferroviária) de tal modo que as ações implementadas também em outros locais, para além da Mancha Sudoeste, tendem a reproduzir resultados parecidos, ou se já um mesmo bem público (de natureza semelhante) irá gerar externalidades também semelhantes nos diversos locais onde for implantado. Nesse sentido, é possível que tenha ocorrido uma combinação entre fenômenos de planejamento macro e dinâmica local específica, a qual está fortemente atrelada a elementos institucionais formais e informais, como a religião, educação, hábitos e costumes locais. Tal combinação seria a possível causa explicativa para a especificidade do fenômeno da pobreza nos cinco municípios e na Mancha Sudoeste de uma maneira geral. A Mancha Sudoeste pode ser vista como um território que reflete um processo de povoamento, formando um tecido social onde abriga relações econômicas, culturais e religiosas.

PRINCIPAIS LIDERANÇAS ARTICULADORAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA MANCHA SUDOESTE

Desde o século XIX, Caetité foi reconhecida por mostrar traços culturais diferenciados de outras cidades da Bahia. Teodoro Sampaio (1905) a descreve, na década de 1880, como uma cidade “celeiro pródigo destes sertões”, onde “pratica-se a irrigação em larga escala”, com um “aspecto de côrte do sertão”, na qual havia uma “boa e culta sociedade, muita urbanidade e delicadeza” (SAMPAIO, 1905, p. 11, 109, 164).

Segundo Haroldo Lima, descendente da família de Rodrigues Lima e de Deocleciano Teixeira – lideranças intelectuais e políticas da região no início do século XX –, a formação desse polo cultural se deu com a fuga de alguns inconfidentes da cidade de Diamantina e arredores, em Minas Gerais (informação verbal)².

Como base na influência das lideranças da região de Caetité, tornou-se forte um discurso de modernidade, pautado nas ideias do Iluminismo francês do século XVII, de filósofos alemães, de pensadores da economia neoclássica e daqueles que buscavam alastrar novas formas de agir, com comportamentos mais racionais e liberais do século XIX.

Guimarães (2012), comentando sobre os formados na chamada “Escola de Recife”, afirma que eles “[...] tiveram decisiva influência de ideias do positivismo de Comte, do transformismo de Darwin, do evolucionismo de Spencer, do intelectualismo de Taine e Renan” (SANTOS, 2010 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 62).

Esse período também coincide com o pleno desenvolvimento da segunda Revolução Industrial, cujas repercussões se revelavam em novas atividades nos países mais desenvolvidos e geravam um fluxo de investimentos em diversos países periféricos, a exemplo do Brasil. Entretanto, todas as nações estavam submetidas ao discurso do consumo de mercadorias como símbolo da modernidade: automóveis, bicicletas, energia elétrica, utensílios diversos para as práticas cotidianas e principalmente para a produção agropecuária etc.

Essas ideias deram sustentação à expansão dos fluxos capitalistas, à aceitação de padrões de consumo de produtos industrializados, à utilização de novas técnicas capazes de domar a natureza, ganhar produtividade, com a incorporação dos avanços tecnológicos, e “favorecer uma melhor qualidade de vida”, o que até hoje se espera acontecer.

Ainda segundo Guimarães, certamente um dos efeitos mais significativos da modernidade foi lançar homens e mulheres num turbilhão de desejos de “autotransformação e transformação das coisas em redor” (BERMAN, 1990 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 15).

Algumas dessas ideias foram repassadas diretamente por agentes ligados às empresas europeias que exploravam minérios na Chapada Diamantina (alemães influenciaram bastante o pai de

² Informações fornecidas por Haroldo Lima em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 9 de agosto de 2017.

Deocleciano Teixeira) e pelo alastramento geral de novos comportamentos que serviram de base ideológica para a proclamação da República.

Os discursos eram consistentes. Embora pareçam não se justificar pela prática dos investimentos e seus resultados para o desenvolvimento econômico da região, eles podem ter se refletido no comportamento social até os dias atuais.

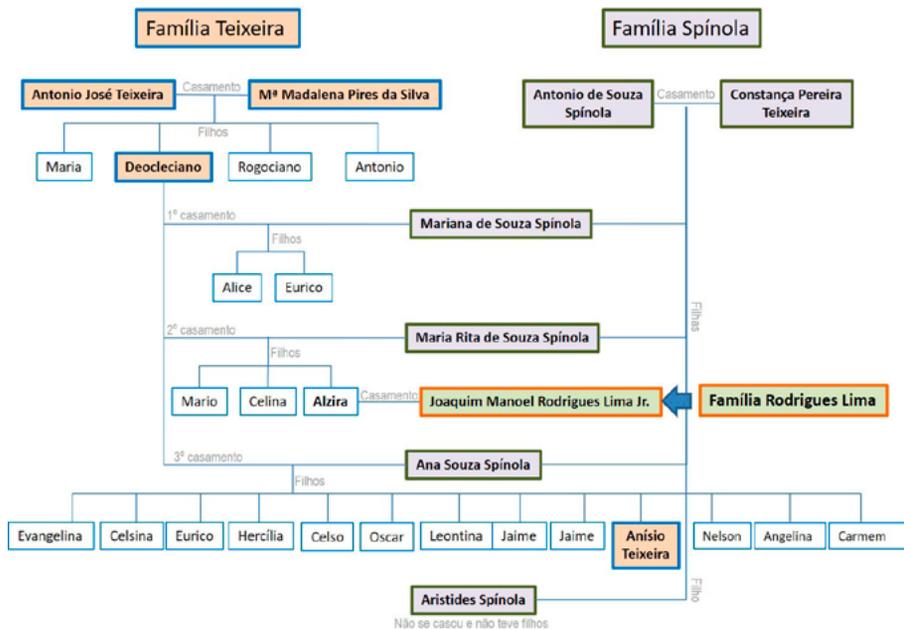
Os discursos da modernidade, nesta fase do desenvolvimento capitalista, compreendiam também a formação de mão de obra para atuar nesse “novo mundo”, nessa nova forma de viver. Além disso, muitos intelectuais estendiam e diversificavam seus discursos tentando alcançar faixas de renda mais baixas, assim como buscavam modelos de cidades mais humanas. Entretanto, o que ficou evidente é que algumas dessas promessas não se concretizaram. Outras foram implementadas por intelectuais envolvidos com o poder político nacional e estadual e parecem ter deixado reflexos até os dias atuais (GUIMARÃES, 2012).

Nomes importantes componentes desse conjunto de lideranças que surgiram no início no século XX em Caetité podem ser destacados. Muitos deles, com ampla projeção estadual e nacional eram representantes de famílias tradicionais da região, com forte poder aquisitivo e de influência. Segundo Guimarães (2012), são eles:

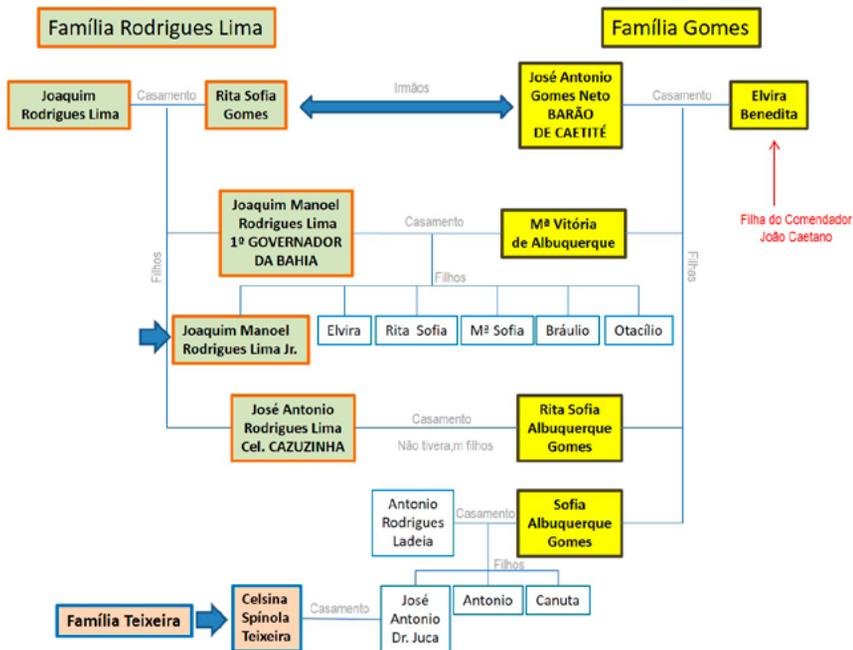
- César Spínola Zama (Caetité, 1837 – Salvador, 1906), médico, escritor e deputado provincial;
- Marcelino José das Neves (Caetité, 1841 – 1930), pedagogo, professor e escritor, delegado escolar da circunscrição de Caetité;
- José Antônio Gomes Neto (Ceraíma [Guanambi], 1844 – Caetité, 1890), Barão de Caetité;
- Joaquim Manuel Rodrigues Lima (Caetité, 1845 – 1903), médico, intendente municipal e governador do estado da Bahia;
- Deocleciano Pires Teixeira (Ituaçu, 1844 – Caetité, 1930), intendente municipal, era pai de Anísio Spínola Teixeira, educador e escritor, secretário nacional de ensino;
- Aristides de Sousa Spínola (Caetité, 1850 – Rio de Janeiro, 1925), formado em direito, governador da província de Goiás e deputado do Congresso Nacional;
- João Antônio dos Santos Gumes (Caetité, 1850 – 1930), autodidata, professor, escritor e editor do jornal *A Penna*, secretário amanuense e coletor estadual.

Informações disponíveis indicam que parcela preponderante da riqueza das famílias tradicionais da região veio da fase da mineração no sul da Chapada Diamantina. As árvores genealógicas mostram o entrelaçamento, com o casamento entre os filhos das quatro famílias mais ricas e importantes, que repassavam as heranças preservando grandes patrimônios: Teixeira, Spínola, Rodrigues Lima e Gomes.

Figura 10
Árvore genealógica das principais famílias de Caetité entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX



Fonte: Fonte: SANTOS, Helena Lima. Caetité Pequena e Ilustre, 2 ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1997.



Fonte: SANTOS, Helena Lima. Caetité Pequena e Ilustre, 2 ed. Tribuna do Sertão: Brumado, 1997.

Nota: Elaboração própria com base em Santos (1976).

Esse processo ocorreu no final do século XIX, em um contexto econômico de transição entre a predominante produção mineral e a insurgente agropecuária, que passou a assumir a hegemonia das atividades econômicas da região de Caetité e de Rio de Contas, possivelmente devido aos benefícios dos investimentos em infraestrutura urbana e rural realizados na região.

Esses dois polos já eram citados por Sampaio (1905) como áreas que apresentavam atividades de agricultura irrigada, inicialmente atreladas à produção de algodão e arroz, sendo mais tarde reestruturadas para produzir frutas para exportação, nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, vizinhos a Rio de Contas (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2007), tal como apresentado nas seções anteriores.

As lideranças que atuavam regionalmente, embora concentradas na cidade de Caetité, assumiram postos políticos importantes no país e atuaram na atividade agropecuária, em alguns produtos com maior importância para os mercados agrícolas da década de 1920: cana-de-açúcar, café, arroz, algodão, borracha, mate e o gado bovino (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2014).

Desde o final do século XIX, a força política dessas lideranças regionais, formadas a partir das influências intelectuais oriundas da Europa, as quais deram concretude aos denominados “coronéis letrados”, se reproduziram com certa dispersão e relativa redução das suas possibilidades de transformação. A principal via de atuação dessas lideranças se revelava na atração de investimentos do governo federal para a região, até o golpe de 1964.

Embora a economia da região tenha se desenvolvido gradativamente durante esse período, a partir de 1964 as forças políticas regionais articuladoras e responsáveis pela atração de investimentos ficaram submetidas a um rigoroso controle das manifestações políticas e culturais no país, induzindo o aparecimento de novos líderes representantes da esfera federal, que passaram a controlar os chamados “chefes políticos” regionais.

Essa nova fase inaugurou o predomínio dos grandes projetos estruturantes, voltados para fortalecer a “integração e a segurança nacional” por meio da descentralização dos investimentos industriais em direção ao entorno das metrópoles nordestinas e do sul do Brasil, o que incluiu incentivos fiscais e importantes investimentos em infraestrutura de interligação das grandes regiões brasileiras.

No caso da Bahia, esse processo se refletiu na concentração do desenvolvimento econômico na região de Salvador. Como consequência, observou-se que a centralização do controle político na esfera nacional provocou a perda de força das políticas regionais e das influências das lideranças locais nas esferas mais elevadas de poder. Todos os investimentos realizados durante esse período contribuíram para marginalizar, ainda mais, a região de Caetité e Rio de Contas do processo de desenvolvimento da Bahia.

Pode-se dizer que, em 1964, encerrou-se o “projeto de desenvolvimento” pensado pelas lideranças intelectualizadas formadas desde o final do século XIX em Caetité. A partir daí,

iniciou-se uma nova fase de controle da política nacional, apoiada pelas forças de segurança militar e associada com lideranças forjadas politicamente em dois grandes partidos pelo regime ditatorial brasileiro no pós-1964 e que vai até a década de 1980. Nesse novo contexto, surge uma tendência de divisão dos partidos políticos da época e uma reorganização das suas bases regionais. Além disso, em função do processo de globalização, que ocorreu de forma mais intensa no Brasil na década de 1990, as grandes lideranças políticas começaram a operar de forma subordinada aos interesses dos grandes conglomerados de empresas multinacionais. Isso contribuiu para reduzir a capacidade de atuação dos governos regionais e locais no atendimento de interesses ligados às forças políticas representativas, voltadas para o desenvolvimento local.

Como consequência, as forças políticas da região, localizadas nos municípios da Mancha Sudoeste, não parecem ter montado uma estratégia de desenvolvimento que proporcionasse a continuidade dos processos anteriores e não construíram novos caminhos diferenciados para a região.

É importante salientar que essas lideranças, além de viabilizar investimentos no setor produtivo e em elementos de infraestrutura urbana e regional, também trabalharam com projeto de reforma agrária, segundo depoimento de Jaci Menezes, o que pode ter colaborado para gerar indicadores de gini fundiário diferenciados de outras regiões da Bahia, conforme analisamos no Painel Economia (informação verbal)³.

O que deve também ser destacado é o fato de que as lideranças regionais, desde o século XIX até as décadas iniciais do século XX, deram um destaque significativo à formação educacional local, realizando ações que promoveram um maior arcabouço educativo para a população. Ainda segundo a professora Jaci Menezes, tais lideranças incentivavam as premiações dos alunos nas festas religiosas (pedagogia das festas até a década de 1920) (informação verbal).

A figura do Deocleciano Teixeira, um desses líderes, teve um destaque na atração de investimentos em educação, o que foi perpetuado pelo seu filho Anísio Teixeira. Ainda segundo Jaci Menezes, uma parcela de jesuítas portugueses expulsos de seu país durante a instauração da República em Portugal, em 1920, foi atraída por Deocleciano para a Caetité, com o fim de fundar escolas onde os mesmos seriam educadores para a população local (informação verbal).

Segundo Guimarães, citando Araújo, “[...] os agrônomos formados na Escola Agrícola da Bahia, como Mário Teixeira, geralmente eram orientados a defender a vocação agrícola brasileira vinculada ao papel que desempenhariam como agentes capazes de disseminar a luz da ciência na lavoura”. Por isso, a eles caberia “[...] na ordem social agrária a ocupação de todos os postos de direção inerentes à atividade agrícola” (ARAÚJO, 2010 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 64).

³ Informações fornecidas por Jaci Maria Ferraz de Menezes em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

Ainda segundo Guimarães, esses agrônomos se encarregariam da “chefia” da agricultura. Dentro dessa concepção, era defendida a tese de que os trabalhadores agrícolas deveriam ser “[...] instruídos na prática agrícola, caso contrário ficariam condenados em sua ignorância” (GUIMARÃES, 2012, p. 64).

Um ponto importante a se destacar é que todos os filhos de Deocleciano do sexo masculino foram induzidos a buscar conhecimentos fora do Brasil e orientados a voltar com o fim de aplicar os recursos da modernidade na região. Isso pode ser constatado pelas ações realizadas pela família. A grande maioria desses filhos atuou em altos cargos na administração pública no Legislativo e no Executivo nacional e baiano.

Como exemplo, Oscar Spínola Teixeira (Caetité, 1897 – 1953), que, segundo Guimarães (2012), teve formação em engenharia civil e eletromecânica pela Escola Politécnica do Instituto Mackenzie (São Paulo), no ano de 1919, especializando-se em engenharia e motores no ano de 1922, em Pitisburgo (EUA). Dentro de sua trajetória profissional, destacam-se os seguintes pontos:

- Instalou o serviço de água encanada em Caetité, 1920;
- Foi inspetor geral do telégrafo na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, 1923. Criou a primeira usina de algodão e uma técnica de alimentação para gado com caroços de algodão, Guanambi-BA;
- Instalou o serviço de luz em Caetité, 1925;
- Construiu a estrada de Contendas-BA a Caetité, 1927;
- Instalou o serviço de luz elétrica em Urandi-BA, 1928, em Palmas de Monte Alto-BA e em Jacaraci-BA, 1950;
- Eleito deputado estadual em 1925-1926, reeleito 1927-1928;
- Vereador em Guanambi pela Ala Autonomista em 1934;
- Deputado estadual constituinte pela União Democrática Nacional (UDN), 1947-1951;
- Suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), 1951-1955, assumiu por diversos períodos.

A família de Deocleciano Teixeira teve uma participação significativa ao interferir politicamente e canalizar investimentos para a região, principalmente através das ações de Oscar Spínola Teixeira e Anísio Teixeira, reconhecido como um dos mais importantes educadores da Bahia.

Alguns dos investimentos realizados nessa região tinham como objetivo montar um sistema de infraestrutura regional por meio de políticas locais. Outros investimentos estiveram voltados para aspectos estruturantes, como a implementação de um sistema de educação pelas iniciativas de Anísio Teixeira, entre os anos de 1920 e 1960, o que pode ter contribuído para conformar as características atuais da denominada Mancha Sudoeste, que corresponde ao *cluster* demográfico com maior destaque na Bahia.

AÇÕES RELIGIOSAS QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dentro das perspectivas oriundas da análise da relação entre Igreja e Estado durante os séculos XVII e XIX que corroboram a avaliação da trajetória do desenvolvimento regional da área de estudo, compreende-se a Igreja como uma força social estrutural que se apresenta nas relações de aspectos comunitários da sociedade e na ramificação do poder político. Os estudos de Alves (1979), Citino (2012), Gramsci (2004) e Souza (2013) apontam que as ações desta força social possuem significados mais profundos do que a religiosidade e marcaram relações de poder que evidenciaram a supremacia da Igreja Católica Apostólica Romana.

Apesar de nem sempre ocupar lugar de destaque na Academia, o estudo das religiões faz-se necessário se quisermos compreender a história das sociedades, uma vez que os estudos econômicos, políticos, dentre outros, por si só, não conseguem abarcar a complexidade das vivências humanas. Apesar das diferentes interpretações sobre as funções e conteúdos da religião, ela é comumente considerada por vários autores clássicos das Ciências Humanas como elemento importante para analisar e compreender os processos sociais e suas estruturas (ALVES, 2003, p. 14).

No contexto da região estudada, parte das relações de poder na Bahia esteve intrinsecamente ligada a uma ação desencadeadora de desenvolvimento promovida por uma atividade econômica – a mineração – que respaldou um processo de crescimento urbano caracterizado por contradições, uma vez que estes espaços estão marcados por uma modernização conservadora. Os estudos de Giudice e Souza (2009) revelam que as cidades coloniais ligadas à mineração foram importantes para a integração macrorregional do país, visto que atraíram um grande contingente populacional.

As principais características das cidades da mineração eram que elas se constituíam de uma população livre expressiva, muitas vezes maior que a população escrava, um fato raro na colônia. Elas possuíam uma classe média urbana desenvolvida, que exigia um comércio e demais atividades capazes de atender às novas necessidades, inclusive culturais, o que levou à ampliação e diversificação das funções urbanas fundamentais, e aprofundou, tanto localmente quanto regionalmente, a divisão socioespacial do trabalho, e se traduziu num sistema urbano jamais visto na colônia (GIUDICE; SOUZA, 2009, p. 206).

Este contingente populacional professava, em sua maioria, a fé católica e seguia os costumes e conduta direcionados por esta religião, sendo que as “elites” locais financiavam as atividades religiosas em prol do apoio político. Os estudos de Alves (2003) apontam que a Igreja e o Estado estavam intrinsecamente ligados e que, na Bahia, essa relação foi fortalecida na dinâmica educacional com uma estrutura pedagógica de ensino incluindo leis morais e severas normas que propagavam elementos condicionantes ao comportamento social local.

A estrutura político-administrativa do período imperial atribuiu aos párocos importantes atividades censitárias, como os registros paroquiais de terra (Lei das Terras de 1850), que indicavam propriedades, proprietários e limites, permitindo apontar as cadeias sucessórias

e localizar unidades agrárias. Mesmo com o fim da Lei das Terras de 1850, observou-se que a Igreja Católica continuou exercendo forte influência sobre as decisões voltadas para as questões fundiárias, visto que a instituição detinha os registros ligados a esses assuntos. Na região de estudo, existiram outros movimentos religiosos (protestantismo, espiritismo), que, junto com os ideais iluministas, promoveram diferentes ações, inclusive redimensionando a diversidade de atuação da Igreja Católica – ibérica, romana – na área. Esses ideais chegaram à região devido às pontes comerciais estabelecidas com as lideranças locais, resquícios das relações geopolíticas da atividade de mineração e das ligações pontuais com políticos do território brasileiro. As ações implementadas pela Igreja no ideal de romanização contribuíram para que transformações sociais, políticas e econômicas ocorressem durante o período de 1905 a 1913. Através dessas ações, a Igreja Católica pretendia afirmar sua hegemonia religiosa e minimizar a disseminação das ideias modernistas. As instalações das dioceses representavam um novo momento da Igreja Católica, que se estruturava em relação à sua perda de influência no Estado e ao combate à redução de fiéis nas diversas regiões do Brasil.

Os estudos de Pina e Silva (2013) informam que, em 1913, foi criada a Diocese de Caetité, através da bula do papa Pio X, para que a unidade religiosa atendesse às necessidades da pastoral regional. Com o crescimento populacional da região, eram imprescindíveis mais visitas do arcebispo, que tinha como desafios a distância e a necessidade de visitar outras regiões.

Na passagem do século XIX para o século XX, a Igreja Católica no Brasil, já na Era Pós-Padroado, efetivou um amplo processo de construção institucional, encaminhado através da criação de dioceses, da formação de patrimônio eclesial e da eleição de bispos fiéis à autocompreensão ultramontana da Igreja. Respondia, assim, ao duplo desafio de praticar as novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé, bem como de reestruturar-se organizacionalmente face aos condicionantes sociopolíticos da sociedade brasileira da época (AQUINO, 2008, p. 1).

Essa região possui atualmente práticas do “catolicismo popular” que resistem e ressignificam esses espaços, tais como as festas dedicadas aos santos – a exemplo de Nossa Senhora de Santana –, a participação nas missas e rezas diárias, as festividades do ciclo natalino e romarias. No que tange às romarias, a de Bom Jesus da Lapa é a de maior importância, pois movimentada toda a região tanto em processos migratórios quanto em relação às questões culturais e econômicas, mantendo uma forte interação com outras localidades. A Diocese de Caetité representou um elemento importante de desenvolvimento.

A criação desta Diocese, que sucedeu à emancipação, em 1810, e elevação à cidade, em 1867, como em tantos outros lugares, também aqui, foi mais um importante fator de desenvolvimento social e religioso da cidade e da região. Com este desenvolvimento contribuíram ainda: a construção do primeiro aeroporto do sertão baiano, a implantação do Círculo Operário, a abertura do Seminário São José, a instalação da Rádio Educadora e, mais tarde, a implantação das Escolas Famílias Agrícolas com sua metodologia educacional da Pedagogia da Alternância e da Universidade do Estado da Bahia e tantas outras coisas (OLIVEIRA; DWORAK, 2013, p. 60).

A ação dos bispos da Diocese de Caetité foi de basilar importância para a manutenção do catolicismo na região e dos arranjos socioespaciais locais. Na obra *100 Anos de Fé e Missão nas Terras Sagradas do Sertão-Bahia* (OLIVEIRA; DWORAK, 2013), percebe-se que a atuação de cada bispo era diferenciada conforme a necessidade temporal socioeconômica e tinha como principal objetivo a territorialização da fé católica. Entre as ações desenvolvidas pelos bispos, estavam o incentivo ao plantio de frutas, doações de alimentos aos mais pobres, construção de equipamento de lazer, atenção básica à saúde, dentre outras. Nesse sentido, torna-se relevante destacar que o papel social dos bispos era para além de questões religiosas. Eles fundaram a Rádio Educadora e a Fundação de Letras que se transformou posteriormente na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em Caetité. Mas não podemos diminuir o papel da educação dentro das ações religiosas. “Não consigo separar o papel de uma ou outra instituição”, como disse a professora Fernanda Matos ao comentar a responsabilidade sobre a função de educar das escolas formais e da Igreja (informação verbal)⁴.

No que tange à interação com os movimentos sociais da região, nota-se que a Igreja Católica teve uma expressiva influência e atuação. As ações de caridade passaram a ter uma relevância maior na região, principalmente com a aparente falta de efetividade das políticas públicas no que diz respeito às populações menos favorecidas. Sua atuação contribuiu positivamente com os movimentos sociais ligados à terra, através da Teologia da Libertação, criada com base nas teorias marxistas. “Na América Latina – região na qual a Teologia da Libertação mais frutificou –, as décadas de 1950 e 1960 apresentaram um forte incremento industrial e uma intensa migração entre campo e cidade” (MENEZES NETO, 2007, p. 332).

No Brasil, a Igreja esteve, particularmente, durante esses cinco séculos de história, diretamente envolvida com a vida social das pessoas, preferencialmente dos mais pobres, basta lembrar de imediato a fundação das Santas Casas de Misericórdia para cuidar da saúde dos pobres, bem como nos últimos tempos a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) que nasceu das reflexões das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e que hoje é o amparo da saúde de milhões de brasileiros (RODRIGUES, 2013, p. 165).

Os estudos de Rodrigues (2013) revelam que a Comissão Pastoral da Terra e a Cáritas, no decorrer da história, contribuíram com a formação de líderes em defesa da terra e dos direitos humanos. Na região do estudo, destacam-se os seguintes caminhos formativos que podem ter gerado benefícios para o desenvolvimento social: as missões evangelizadoras, a Escola Fé e Política, as comunidades eclesiais de base, o Movimento de Educação de Base, as escolas família agrícola, pastorais sociais e a Pastoral da Criança. Nesse contexto, é possível supor que determinadas ações dos segmentos religiosos influenciaram diretamente a conduta social daquela região.

⁴ Informações fornecidas por Fernanda Matos em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

PROCESSOS QUE ESTRUTURARAM O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL DA MANCHA SUDOESTE

Aspectos educacionais e culturais são elementos importantes para compreender o processo de formação de uma sociedade, principalmente do ponto de vista da conformação dos hábitos e costumes locais. Tratando-se especificamente do estudo proposto, acredita-se que a trajetória da implementação da educação pode ter contribuído para a conformação diferenciada da Mancha Sudoeste, em termos de uma menor incidência de vulnerabilidade social. Aspectos de natureza pedagógica e cultural podem ter provocado efeitos de longo prazo, os quais, ao serem absorvidos pela sociedade local, contribuíram para que específicos padrões de conduta cotidiana se consolidassem e se perpetuassem ao longo das gerações. Tais padrões podem ter colaborado para a manutenção de costumes que implicaram benefícios coletivos do ponto de vista da saúde, da formação moral e das relações sociais. Para uma melhor compreensão dessa hipótese, buscou-se analisar a trajetória de desenvolvimento da educação nessa região, tentando identificar de que maneira esse elemento foi relevante para a consolidação da Mancha Sudoeste.

Investimentos em educação entre o início do século XX e os anos de 1950

No final do século XIX, foram identificados investimentos relevantes na área de educação no estado da Bahia do ponto de vista da modernização das ideias e transmissão do conhecimento e dos pensamentos que vinham se desenvolvendo na Europa. Todo esse leque de influências das ciências e da filosofia europeia repercutiu no Brasil, inspirando os ensinamentos e as formações escolares na Bahia. Um exemplo disso pode ser visto no início da implantação das escolas normais na França, durante a fase do Iluminismo, na primeira década do século XIX. Essa tendência veio a se refletir na Bahia em 1840, quando da chegada do pensamento iluminista ao país, levando também à construção de escolas normais no estado. Uma dessas escolas foi erguida no município de Caetité, no final do século XIX. Acredita-se que tais influências podem ter sido importantes para a formação da população local e regional, tendo em vista o grau de centralidade do município nessa época. Tais inspirações podem ter colaborado para formar um comportamento social diferenciado nessa região, contribuindo para a conformação da Mancha Sudoeste.

Criada pela Lei de 1895 e inaugurada em 1898, a primeira escola normal de Caetité foi fechada em 1903, por questões de conflitos políticos entre o maior responsável pela sua criação, Deocleciano Teixeira, e o então governador da Bahia, Severino Vieira (SANTOS, 1976, p. 31).

Nos estudos realizados por Santos (2010), identificam-se trechos de *A Penna*, principal jornal de Caetité na época, nos quais é ressaltada a importância do desenvolvimento educacional da população local, que implicaria transformações e aperfeiçoamento de hábitos, trazendo melhorias da qualidade de vida e aumento da produtividade no campo. Em um desses trechos lê-se: “[...] faltam-nos uma severa educação do proletariado, em ordem a ser radicado em nosso meio o hábito de melhores e mais consentâneos métodos de trabalho” (A PENNA, 1914 *apud*

SANTOS, 2010, p. 10). Somado a isso, foi possível notar que a força da intelectualidade de Caetité à época se expressou em algumas personalidades, inclusive religiosas, que empreenderam ações voltadas para a área da educação.

Segundo Jaci Menezes, houve uma forte mobilização pela questão da educação, com intensa movimentação política por verbas, legislação etc. A partir da década de 1920/30, Anísio Teixeira dá seguimento a esse movimento, o qual gradativamente defendeu a escola pública de qualidade (informação verbal)⁵.

Segundo pesquisas realizadas por Fernanda Matos, doutoranda da UESB, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, as principais lideranças de Caetité gostavam de ser identificadas como intelectuais letrados, a exemplo do médico Deocleciano Teixeira, um dos responsáveis políticos pela criação da primeira Escola Normal de Caetité (informação verbal)⁶.

Além disso, durante o início do século XX, a presença do Estado no interior do Brasil ainda era pequena, de tal modo que a presença e a atuação das igrejas nesses espaços eram relevantes como forma de manutenção não apenas da fé, mas também da ordem social local, principalmente através da educação, área em que suas influências se mostravam bastante fortes, estabelecendo um sólido laço com o ensino local. Segundo Fernanda Matos (2017), a presença dos intelectuais de dentro e de fora da Igreja foi de grande importância no suprimento das carências resultantes dessa ausência do Estado, no que tange às suas atribuições republicanas, tendo em vista que foram eles que assumiram grande parte da responsabilidade dos governos. Nesse período foram criadas instituições importantes na cidade de Caetité, como a Escola Americana, vinculada à Igreja Presbiteriana, que, posteriormente, esteve ligada ao Colégio 2 de Julho, em Salvador, e ao Colégio São Luis Gonzaga, vinculado à Igreja Católica e que funcionou até 1924. Entretanto, foi através da figura de Anísio Teixeira que a educação de Caetité ganhou destaque, tendo em vista que ele foi responsável pela reabertura da escola normal e, posteriormente, pela criação do Instituto Anísio Teixeira, durante a década de 1920 (informação verbal).

Ainda segundo Fernanda Matos, a escola coordenada pela Igreja Presbiteriana na região tinha um ensino bastante moderno e de alta qualidade, obedecendo às características pedagógicas das suas outras sedes da época (em São Paulo e nos Estados Unidos). Era possível identificar essas diferenciações através da didática, da metodologia e do ensino de línguas praticados (informação verbal).

A escola normal tinha como objetivo central formar professores modernos, voltados para expandir seus conhecimentos para toda a mão de obra regional, a partir de métodos de ensino direcionados para a preparação do cidadão para a vida. Além disso, tal escola tinha um alcance bastante amplo, incluindo os filhos de famílias mais pobres, como comenta a

⁵ Informações fornecidas por Jaci Maria Ferraz de Menezes em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

⁶ Informações fornecidas por Fernanda Matos em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

professora Palmira Guanais, aluna da Escola Normal de Caetité entre 1946 e 1950 (informação verbal)⁷. Outros autores reforçam o discurso, como se lê na citação abaixo:

Vi a transformação por que passou Caetité e a Região com uma Escola Normal gratuita e portanto ao alcance de todos, bem estruturada e de ótima formação educativa, aberta aos que só precisavam querer, para estudar, num meio pobre e longe da Capital. Participei desta valorização humana que atingiu todos os setores da sociedade e que, em certa época, era expressa pelo *slogan*: Caetité exporta professores. Os frutos deste trabalho se traduzem no nível de vida, pela multiplicação dos Ginásios e Escolas Normais em todas as cidades da região, pelo elevado número de estudantes universitários e pelos já diplomados, filhos de professores formados pela Escola Normal de Caetité direta, ou indiretamente.. (LIMA, 1977 *apud* COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2007, p. 231).

A professora Palmira Guanais acrescenta que o currículo intensivo da escola normal se constituía de provas escritas e orais, durante cinco anos, incluindo não apenas os estudos tradicionais de português, álgebra, geografia, literatura, biologia, ciências com laboratórios de pesquisa etc., mas também estudos sobre higiene escolar e geral, profilaxia (doenças infecciosas) e puericultura, baseados nos trabalhos realizados por Martagão Gesteira. Além disso, os estudantes eram orientados sobre acompanhamento de partos, amamentação natural, tratos com as crianças, aulas teóricas de práticas de agricultura etc. (informação verbal).

O sonho de Anísio Teixeira era que as atividades educacionais fossem oferecidas a todas as classes sociais, a filhos e filhas tanto de coronéis quanto de empregadas domésticas, segundo Palmira Guanais (informação verbal). A intenção era que as pessoas formadas voltassem para seus lugares de origem e se transformassem em diretoras das escolas. Ainda segundo Palmira Guanais (informação verbal) e Santos (1976), os professores eram oriundos de Salvador e de outras regiões da Bahia, enquanto os alunos se originavam de distintas localidades, na época ainda pertencentes a Caetité, mas hoje englobando grande parte dos municípios da Mancha Sudoeste.

O prestígio de Anísio Teixeira espalhou-se pelo Brasil, como diretor de Instrução (ensino), hoje equivalente ao cargo de secretário de Educação da Bahia, entre 1924 e 1928, no governo de Góes Calmon. Suas ações resultaram em fortes influências sobre o ensino brasileiro, sendo responsável pela fundação da Universidade do Distrito Federal (até então no Rio de Janeiro), em 1938. Suas iniciativas para a educação no país são vistas “[...] como uma das maiores intervenções concentradas em educação e que têm repercussão até os dias de hoje” (informação verbal)⁸.

⁷ Informações fornecidas por Palmira Guanais em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

⁸ Informações fornecidas por Haroldo Lima em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 9 de agosto de 2017.

Um ponto importante a ser destacado são as relações entre as escolas da região e a Igreja na época. Embora fossem instituições distintas, tiveram comportamentos complementares e implementaram ações voltadas para a formação social da região, as quais, em parte, permanecem até os dias atuais. Naquele momento, a Igreja não se caracterizava apenas pela pregação, mas também pelas realizações práticas (construção de hospitais, escolas e seminários), incorporando inclusive o estímulo à organização de sindicatos de trabalhadores e realizando ações católicas operárias. Segundo Haroldo Lima, a força política do bispado nessa região (principalmente em Caetité) era decisiva para a realização de diversos projetos (informação verbal). Segundo Guimarães (2012), já na década de 1920, Caetité se destacava não tanto por sua dinâmica econômica, mas sim por sua força religiosa e seu consequente poder. “O estabelecimento mais importante desta zona é a cidade episcopal Caetité, na região das nascentes do rio de Contas. É notável em todos os sentidos por sua posição e importância” (QUELLE, 1929 *apud* GUIMARÃES, 2012, p. 39).

Em síntese, as ações de educação empreendidas na primeira metade do século XX na região, voltadas para a formação para a vida (baseada no pensamento defendido por Anísio Teixeira), e a atuação da Igreja, com suas realizações também associadas à organização social, podem ter criado um lastro importante e permanente do ponto de vista do comportamento da sociedade nessa grande Mancha Sudoeste, contribuindo para a manutenção de indicadores demográficos relativamente melhores e diferenciados do restante dos municípios baianos atualmente.

Projetos de educação que se mantiveram constantes e evolutivos entre meados do século XX e os dias atuais

Já em finais da década de 1940, o retorno de Anísio Teixeira à Bahia como secretário estadual de Educação, durante o governo de Otávio Mangabeira, possibilitou a ampliação de suas ações, com o intuito de criar diversos institutos de educação e expandir o projeto dos institutos Anísio Teixeira.

Como afirmam Wagley, Azevedo e Pinto (2017, p. 15), Anísio Teixeira participou de importantes ações e movimentos brasileiros pela educação no “[...] Distrito Federal (Rio de Janeiro), pela UNESCO e, sobretudo, articulou-se nacional e internacionalmente em torno às propostas da Escola Nova⁹ e da Escola Única¹⁰”. Ao longo dos anos, Anísio chegou a assumir cargos

⁹ As propostas da Escola Nova estavam diretamente relacionadas com um amplo movimento liderado por intelectuais da educação no Brasil que nos anos de 1930 apresentaram uma pedagogia renovadora no Brasil. Tal pedagogia trazia como elementos basilares a defesa de uma educação para todos, onde não houvesse privilégios, sendo custeados pelo Estado sem restrição de classe social. Essa nova pedagogia tornaria a escola um espaço de estímulo de desenvolvimento das potencialidades da criança, seria um espaço de preparação do indivíduo para conviver em sociedade, valorizando a experiência e as aptidões pessoais. A ideia foi substituir uma educação tradicional, livresca e intelectualista por algo vivo e ativo que pudesse ser universalizado, acessível a todos e que possibilitasse descobertas de interesses particulares e o acesso a conhecimentos que fossem elaborados pela humanidade, se distanciando, portanto, das técnicas de repetição e memorização. Assim, a escola seria um espaço aberto e diretamente relacionado com a família e a sociedade como um todo (SANTOS, 2016).

¹⁰ “É uma organização unitária das instituições educacionais de um povo, de sorte que elas sejam acessíveis a todos os seus membros, segundo suas aptidões e vocações e não segundo sua situação econômica, social e confessional” (LUZURIAGA, 1934 *apud* SANTOS, 2016, p. 43).

de liderança nacional dos educadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), lutando inclusive pelo reconhecimento do direito à educação nas constituições brasileiras de 1934 e 1946 (WAGLEY; AZEVEDO; PINTO, 2017). Esse cabedal de informações e conceitos renovados e ampliados contribuiu para que Anísio Teixeira, ao assumir novamente a Secretaria de Educação da Bahia, pudesse realizar uma nova transformação no sistema educacional no estado, implantando um modelo da “escola para a República, para o Mundo Moderno” (WAGLEY; AZEVEDO; PINTO, 2017, p. 15). Ainda segundo os autores, as propostas inovadoras de Anísio extrapolaram o tema específico da educação para conceber estratégias regionais de desenvolvimento, com “a agregação de dois polos regionais”, nos quais seriam implantados os centros de educação. Tal visão territorial seria pautada no conceito de “região ecológica”, fundamentada na perspectiva de “relações sociais e raciais”, associadas às demandas por educação. Isso pressupõe reconhecer que o enfrentamento dessa questão partira do princípio de que havia distintas características que conviviam em determinados espaços territoriais na Bahia.

Especificamente nas questões vinculadas às políticas educacionais, foi sugerida a escola primária de tempo integral à formação do homem comum, sendo capaz de contemplar o conjunto de aspectos que compõem a sua personalidade (SANTOS, 1976). Os centros de educação foram localizados em dez cidades-polo e ofereciam desde o ensino pré-escolar até a escola normal, sendo criados em 1950, incluindo a cidade de Caetitê.

É importante realçar que:

[...] desde a primeira turma em 1929 até o presente (1974), a Escola Normal [transformada e reorganizada para formar o Instituto Anísio Teixeira na década de 1950 e posteriormente chamado de Complexo Escolar Anísio Teixeira] diplomou cerca de 2.100 jovens, realizando um extraordinário trabalho de educação e de melhoria das condições do meio sertanejo.. (SANTOS, 1976, p. 34).

Entretanto, o golpe de 1964, como marco de uma profunda alteração na condução das políticas educacionais no Brasil, afetou de forma significativa o ensino em todos os seus níveis. Além do exílio de intelectuais, técnicos e lideranças políticas importantes, entre eles Anísio Teixeira, alteraram-se os projetos pedagógicos, tornando-os mais utilitários e voltados para o ensino de conhecimento “especializado”. Observou-se também um recuo da tendência de defesa do ensino público gratuito para todas as faixas de renda, a qual era tão incisiva entre os manifestos intelectuais da década de 1930. Embora as escolas públicas tenham sido disseminadas por todo o território baiano, os métodos de ensino defendidos por Anísio Teixeira se dissiparam, ganharam objetividade, e as lideranças perderam força, tal como ocorreu no Brasil entre as décadas iniciais do século XX.

Nesse sentido, levantou-se a hipótese de que a conformação da Mancha Sudoeste, que representa a existência de condições especiais de comportamento social, tem como base a

absorção, por parte de sua população residente, de conhecimentos adquiridos através de uma educação holística e preocupada com a formação dos indivíduos para os desafios impostos pela vida cotidiana e que buscavam o fortalecimento dos valores morais, solidários e éticos para com o próximo.

Entretanto, acredita-se também que parcela significativa desse conhecimento não consegue ser captada ou mesmo mensurada pelos indicadores tradicionais de educação, tendo em vista que tais pesquisas estão estruturadas para sistematizar as condições de ensino, considerando, muitas vezes, os seus aspectos mais objetivos e diretamente relacionados com os ensinamentos especializados e analíticos. Tendo em vista a transformação das escolas brasileiras, cada vez mais sistemáticas e focadas em especialidades de conteúdo, acredita-se que grande parte dos conhecimentos propagados pelas antigas escolas durante o período pré-ditadura militar deixou de ter representatividade nos currículos escolares da região. Contudo, não se pode ignorar os seus possíveis efeitos sobre as condutas e as formas de se viver nessas áreas. Acredita-se que, apesar de não mais presente como disciplina escolar, grande parte dessa “antiga” concepção humanística e preocupada em solucionar os principais problemas da região (na saúde, no saneamento ou mesmo na moral) permanece sendo reproduzida entre os moradores dessa região, como ensinamentos familiares, de educação doméstica, de natureza tácita.

Essa hipótese pode contribuir para compreender o fato de a Mancha Sudoeste compartilhar, ao mesmo tempo, um comportamento social diferenciado, que se reflete em condições relativamente melhores de vida (sob o aspecto demográfico), e desempenhos não destacáveis sob o aspecto da educação. Segundo o relatório do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Serra Geral, em referência ao ano 2000, “[...] apesar da Região ter apresentado uma redução da taxa de analfabetismo mais significativa que aquela verificada no Estado, esta taxa ainda continuava num patamar superior ao do Estado” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2007, p. 51). Além disso, segundo o plano, “[...] a distribuição percentual dos estabelecimentos por nível de ensino, na Região, foi bastante próxima à do Estado [...] e em 2002, cerca de 83,0% dos estabelecimentos achavam-se localizados na área rural” (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, 2007, p. 56-57).

Tal possível contradição sinaliza que os processos mais recentes de educação formal podem não ter sido os maiores responsáveis pelo diferencial comportamental das pessoas da região denominada de Mancha Sudoeste, mas sim o legado do antigo ensino nessas áreas. Nesse sentido, o estudo questiona se é possível que o comportamento social diferenciado da Mancha Sudoeste tenha sido resultado, em parte, da influência dos processos pedagógicos aplicados pelo seu ensino integrado, fruto das ideias desenvolvidas e perpetuadas pela escola normal e suas subseqüentes transformações (entre 1920 e 1960), nas quais a preocupação com a formação cidadã de seus alunos era um elemento importante dentro da grade curricular.

Segundo Jaci Menezes, é possível que as ideias de Anísio Teixeira tenham sido fortemente implantadas na região de Caetité, em função das suas aproximações culturais, durante o largo período em que ele liderou e teve capacidade de tomar decisões sobre os direcionamentos dos centros educacionais (informação verbal)¹¹.

¹¹ Informações fornecidas por Jaci Maria Ferraz de Menezes em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 31 de julho de 2017.

CAPÍTULO 2

MANCHA VALENTE

SEF

106

Série Estudos e Pesquisas

MANCHA VALENTE: UM ESPAÇO DE LUTA NO ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Neste segundo capítulo, são abordados os elementos históricos, sociais e econômicos que podem explicar a menor incidência de pessoas pobres no município de Valente, em relação à sua população total. Trata-se, portanto, de um novo esforço para compreender as especificidades da pobreza de mais um dos “7 Municípios” identificados como objeto de análise desse estudo. Nesse caso específico, o município de Valente também compôs a formação de uma mancha específica que compartilha de características comuns, denominada no estudo de Mancha Valente, composta por oito municípios: Valente, Retirolândia, São Domingos, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Ichu, Candéal e Conceição do Coité.

Dentre as características compartilhadas nessa mancha, identificou-se primeiro a presença de melhores desempenhos nos indicadores demográficos desses oito municípios, o que indicaria uma menor condição relativa de pobreza e vulnerabilidade social quando comparada com os desempenhos dos demais municípios ao redor (especialmente da região sisaleira). Para além e antes desse elemento estatístico, em maior ou menor grau para cada município, foi identificada a influência formadora de agentes religiosos católicos, a partir do fim de década de 60 do século XX, semeando senso crítico transformador em pequenos agricultores e suas famílias, o que preparou o tecido social para a atuação crucial de entidades não governamentais como o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e, depois, a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB).

A formação de uma teia associativista, atuante principalmente com reflexos na zona rural, estimulou formas cooperativadas de produção que contribuíram para uma melhor distribuição da renda decorrente do sisal em especial, antes concentrada em núcleos familiares/empresariais pontuais detentores de influência político-econômica. Acredita-se que essas mobilizações foram cruciais para o enfrentamento das condições de pobreza nesses municípios, especialmente em Valente.

Por conta desses aspectos centrais para a compreensão do que ocorreu na Mancha Valente, estruturamos o presente capítulo com uma apresentação da área de estudo da Mancha Valente, expondo os elementos componentes que levaram à sua delimitação geográfica e apresentando as características principais da atividade econômica que marca a região: a produção do sisal. Em seguida, o capítulo trata da natureza dos valores disseminados pelos padres e freiras italianos(as), voltados para a superação da pobreza, explicando como se deram especificamente suas atuações. Após isso, explicamos a formação da

rede associativista e suas principais entidades atuantes para, então, abordarmos a força do cooperativismo no contexto gerador de uma maior qualidade de vida às famílias mais carentes, de uma menor pobreza relativa em Valente em especial e nos demais municípios integrantes da Mancha. Por fim, apresentamos alguns dados empíricos da mancha, analisando suas evoluções ao longo dos anos, buscando relacioná-los com os aspectos históricos então levantados.

O território do sisal e a delimitação da Mancha Valente

De maneira semelhante ao que aconteceu nos cinco principais municípios objetos de análise da Mancha Sudoeste, o município de Valente, apesar do pequeno porte populacional e do baixo dinamismo no PIB, ficou classificado no Grupo A, que congrega os municípios com melhores indicadores relativos no conjunto das dimensões de pobreza consideradas, o que, *a priori*, é uma característica comum às grandes cidades, que possuem porte populacional expressivo.

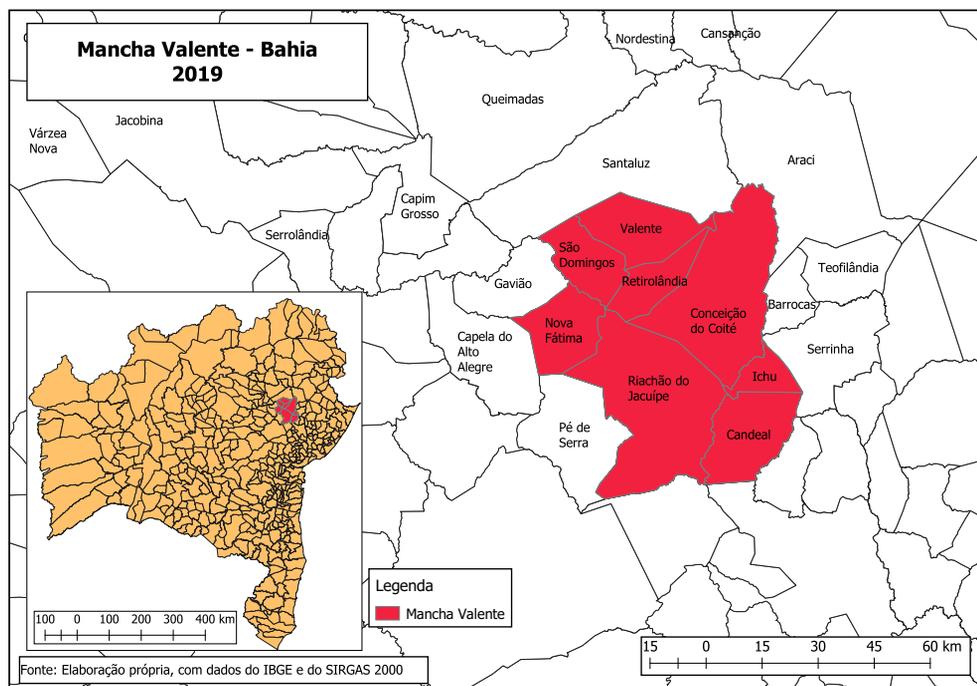
Somado a isso, para além de Valente, que apresentou menores condições de pobreza, um conjunto de sete municípios em suas proximidades demonstrou uma condição positivamente diferenciada de vulnerabilidade social, tendo em vista que em todos eles foram identificados desempenhos destacáveis em indicadores demográficos à época, especialmente quando comparados com os demais municípios da região sisaleira.

Esses indicadores revelam comportamentos diferenciados, identificados, por exemplo, pela baixa incidência de gravidez na adolescência e pelo pequeno número de famílias lideradas por mulheres com poucos anos de instrução, com alta faixa etária e baixas taxas de dependência (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010). Com isso, em termos metodológicos, agruparam-se esses municípios em uma nova mancha, denominada de Mancha Valente, sendo composta por Valente, São Domingos, Retirôândia, Conceição do Coité, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Ichu e Candeal (Figura 11).

Segundo Santos, Coelho Neto e Silva (2011), a partir da década de 1930, com a progressiva estruturação da cadeia produtiva do sisal, a região sisaleira começou a ser configurada. Os autores acrescentam que, apesar de certa diversificação de atividades agropecuárias (com destaque para a ovinocaprinocultura e os cultivos da agricultura de subsistência), a introdução do *Agave sisalana* (espécie vegetal xerófila conhecida popularmente como sisal) – com sua expansão espacial e crescimento de sua importância econômica – conformou e configurou definitivamente o espaço reconhecido como região sisaleira da Bahia (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2011, p. 25).

Ainda de acordo com tais autores, esse espaço foi ocupado historicamente para atender ao processo de expansão do gado e da construção das rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado da Bahia (SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015). Portanto, foi a partir da década de 1940, com o início da lavoura sisaleira, que o espaço ocupado pelos municípios deu origem à formação e conformação da região sisaleira da Bahia.

Figura 11
Delimitação da Mancha Valente

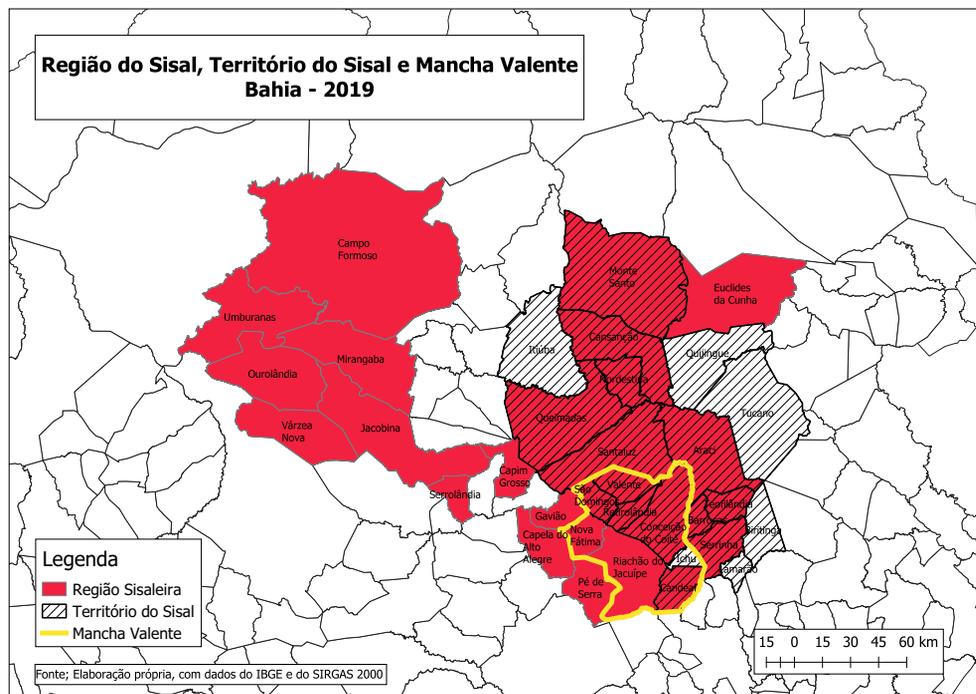


Fonte: SEI/Direct.

Desde então, a atividade sisaleira foi se associando, de várias formas, à já existente pecuária extensiva e se estendendo gradativamente pelo espaço, que se diferenciou e passou a ser mais identificado como região sisaleira. Na publicação Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 2005, o governo federal criou a expressão “território do sisal”, no lançamento do Plano Safra para a agricultura familiar 2004-2005 (BRASIL, 2005 *apud* SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015, p. 142).

Independentemente das denominações, olhares ou delimitadores distintos de pesquisadores(as) e entidades sobre a região sisaleira, a Mancha Valente está nela inserida, e o seu produto mais importante é o sisal. Sendo assim, foi essa matéria-prima que deu suporte ao maior desenvolvimento de Valente e municípios vizinhos integrantes da Mancha, assim como outros da referida região. Segundo delimitação da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) (1994), que identificou 28 municípios que constituem a região sisaleira, o sisal tem importância considerável, seja na formação do valor bruto da produção agropecuária, seja em termos de ocupação de mão de obra. No mapa abaixo, delimitou-se essa região, nela também identificando o território do sisal e a Mancha Valente.

Figura 12
Delimitações da região sisaleira, território do sisal e Mancha Valente



Fonte: SEI/Diret.

Produção sisaleira, forças políticas e mobilização social

Assim como Valente, os demais municípios que compõem a Mancha Valente integram a região do semiárido baiano, onde o clima é quente e seco, e a vegetação característica é a caatinga arbórea aberta com palmeiras. Nesse espaço geográfico, há a predominância de plantio do *Agave sisalana*, espécie vegetal xerófila conhecida popularmente como sisal.

Segundo Marques (1978) e Santos (1999), somente no final da década de 1930 o cultivo de sisal assumiu um caráter mais estrito de atividade econômica no Brasil, sendo a década de 1940 bastante favorável ao *Agave sisalana*. Isso porque, em 1946, o Brasil passou da condição de importador para a de exportador. Após 1935, o cultivo passou a ser incentivado como viabilidade econômica pelo governo da Bahia, tornando o estado o maior produtor do Brasil.

Para tanto, no final da década de 1930, ocorreu um processo de estímulo governamental, baseado numa política de premiações e na implantação de núcleos de cultivo. Ficou estabelecido incentivo para plantadores que cumprissem as recomendações técnicas do governo, surgindo lavouras experimentais para distribuição de mudas nas cidades de Feira de Santana e Alagoinhas. A partir daí, o sisal vivenciou várias fases distintas, que se alternaram em períodos de crescimento e de crise da lavoura.

Na década seguinte, especificamente em 1940, a Secretaria de Agricultura do estado (Seagri) implantou um núcleo colonial em Nova Soure, iniciando, a partir de então, o plantio oficial do *Agave sisalana* na Bahia. Conforme Santos e Silva (2017), o aprofundamento do cultivo do sisal como atividade de natureza privada produtiva se deu em 1940, com a instalação da primeira usina de beneficiamento e comercialização do produto no semiárido baiano, em Valente, cujas terras pertenciam, à época, ao município de Conceição do Coité.

Essa ação do estado, baseada na identificação do potencial da planta para produzir uma fibra multiuso, incentiva a generalização do plantio. Associada à ideia de planta capaz de resistir às longas estiagens, a *agave* se espalha rapidamente por duas dezenas de municípios do semiárido baiano. “[...] Um marco dessa expansão foi a instalação, no ano de 1940, de uma usina de beneficiamento na vila de Valente, por Décio Monte Alegre e José de Araújo Góis, cujo objetivo era o preparo da fibra do sisal para a comercialização” (SANTOS; SILVA, 2017, p. 5).

Portanto, observa-se que, apesar de a década de 1940 ter significado o marco referencial da expansão gradativa do plantio do *Agave sisalana* na Bahia, foi a partir da década de 1930 que a cultura do sisal “[...] operou uma profunda transformação econômica e social na região, criando riquezas, fixando populações, desenvolvendo a economia, [...] criando, enfim, uma civilização nova onde, dantes, só reinava a descrença e a desolação” (MARQUES, 1978, p. 2-3). Nesse sentido, Valente vivenciou um período de crescimento, entre as décadas de 1940 a 1970, em função do apogeu da cultura do sisal (VERDE, 2007, p. 6).

Na década de 1950, a Bahia enfrentou uma crise na cultura sisaleira, principalmente a partir de 1952, quando os Estados Unidos liberaram seus estoques de fibra sintética, forçando uma queda nos preços. Isso justamente no ano em que o Brasil passou a ser o maior produtor mundial. Na década seguinte, houve certa estabilidade nos preços e na produção, havendo uma tendência ascendente na exportação do sisal no final desse período.

De acordo com Santos e Silva (2017), as décadas de 1960 e 1970 se caracterizaram pela ampliação do sistema montado para exportação do sisal. A partir desse período, a Bahia se tornou um dos maiores exportadores mundiais da fibra de sisal. Para esses autores, essas duas “décadas de ouro” significaram o período do apogeu do sisal, denominado de “ouro verde do sertão baiano”. O cultivo do sisal tornou-se referência econômica de um conjunto de municípios que passaram a constituir a região sisaleira da Bahia.

Conforme Santos (1999, p. 15), a crise do petróleo fez com que os preços do sisal chegassem a seu valor mais alto na década de 1970. Com a alta nos preços, o sisal, em pleno desenvolvimento, alavancou o crescimento da região. Após a década de 1970, especialmente na seguinte, esse cenário começou a mudar. A cultura sisaleira passou a sofrer fortes crises, ocasionadas pelo baixo preço, pela grande utilização das fibras sintéticas e pela baixa produtividade, devido à falta de técnicos na produção, além da seca, que sempre castigou a região do semiárido. Para o autor, o cenário na década de 1980 era ainda pior, pois o sisal teve sua cotação mais baixa da história.

Sousa (2015) pondera que, apesar da importância econômica da produção do *Agave sisalana* para a maioria dos municípios que compõem a região do sisal, pode-se observar que, ao longo dos anos, houve crises e oscilações na sua produção.

Ao longo de décadas de cultivo na região, verifica-se períodos de apogeu observados na década de 1970, com retrocessos nas décadas seguintes de 1980 e 1990 e novo aumento a partir de 2000, seguido por anos de crescimento e decréscimo dos índices de produção (SOUSA, 2015, p. 28).

Apesar da grande seca que se abateu na região a partir da década de 1990, o preço da tonelada do sisal ficou estabilizado. Assim, a cultura voltou a se destacar, por ter sido o período que marcou uma reestruturação do processo de beneficiamento e industrialização da fibra. Nesse contexto, pode-se observar que os oito municípios que compõem a Mancha Valente, assim como os demais da região sisaleira, vivenciaram períodos de crescimento e crise em função do apogeu e do declínio da cultura do sisal, entre o início e o fim do século XX.

Apesar do caráter ou da escala regional da plantação do sisal, conjuntos de municípios tiveram e têm participações diferenciadas, com alguns produzindo somente a fibra para exportação e outros fazendo agregação de valor – por meio do artesanato, por exemplo. No comportamento social diferenciado observado na Mancha Valente e em Valente especificamente como Grupo A, esse município concentrou atividades industriais, comerciais e de serviços.

De acordo com Santos e Silva (2017), o sistema produtivo do sisal a partir das décadas de 1960 e 1970, intituladas “décadas do ouro verde”, gerou uma riqueza concentradora e a constituição de uma elite sisaleira economicamente dominante e influente na política da região. Alguns empresários do sisal tornaram-se prefeitos nos municípios que já existiam e naqueles que foram sendo emancipados. Essa “fusão” – poder político e econômico – contribuiu significativamente para que esses grupos se perpetuassem no poder local por várias décadas.

Santos e Silva (2017) destacam ainda que essa elite política e econômica, cujos tentáculos se espalharam por todo o espaço sisaleiro da Bahia, criou e difundiu um discurso de pertencimento à região sisaleira, o qual foi internalizado pela população. Tal discurso se generalizou como defesa dos interesses de todos, principalmente em relação ao poder público estadual. Portanto, fica evidente que a força dessa elite viabilizou a emancipação de novos municípios e investimentos em infraestrutura, com construção de estradas e articulação da região sisaleira com o resto da Bahia por meio do uso de recursos estaduais (SANTOS; SILVA, 2017).

Para Coelho Neto (2014, p. 261), foi neste período também – décadas de 1960 e 1970 – que surgiram as primeiras experiências comunitárias de politização, sindicalismo e associativismo na região sisaleira, constituídas, em sua maioria, por pequenos agricultores e trabalhadores rurais e, em menor proporção, por moradores urbanos. Com isso, criaram-se entidades com a finalidade de viabilizar o atendimento a demandas mais imediatas, associadas às carências de infraestrutura local.

No período entre 1960 e 1980, iniciou-se no município de Valente e em sua região um sistema de mobilização social encabeçado inicialmente por agentes religiosos católicos com formação e atuação crítica libertária (NASCIMENTO, 2003). Vários pesquisadores destacam que esses padres e freiras italianos(as), através das CEBs¹, das pastorais e do MER², tiveram um papel seminal para a criação e consolidação do associativismo e do ulterior cooperativismo. Isso se deu, à época, através de um processo socioreligioso e educativo de conscientização política de base, contribuindo para a ressignificação do papel dos sindicatos de trabalhadores rurais (berço das principais organizações não governamentais que surgiram na região).

Conforme Santos (1999), foi nesse período que as ações das pastorais rurais católicas, das CEBs, do MER e do MOC³, aliando fé à ação, desenvolveram um trabalho de conscientização junto aos camponeses, que começaram a pensar coletivamente no sentido de ter uma atuação concreta. Isso culminou na criação de várias associações comunitárias para a defesa dos seus interesses e atendimento de suas demandas, principalmente de combate à pobreza.

As décadas de 1980 e 1990 chamaram a atenção para o processo de ampliação e reforço do associativismo de natureza comunitária e produtiva, com a multiplicação de associações. Nesse contexto, a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), criada em 1980, destaca-se, como a experiência de maior êxito em termos de resultados econômico-produtivos e socioespaciais. Mais detalhes sobre toda essa construção de experiências sociopolíticas na Mancha Valente serão detalhadas nas subseções seguintes.

VALORES POLÍTICO-RELIGIOSOS E SUPERAÇÃO DA POBREZA

Qual a influência da construção de valores político-religiosos na conformação de uma sociedade mais crítica, participativa e na conseqüente amenização dos aspectos da pobreza? Esse questionamento é um dos aspectos que o estudo levanta com o objetivo de melhor compreender como os elementos educacionais, políticos e culturais podem ter contribuído para uma configuração diferenciada da pobreza no município de Valente e sua Mancha.

Ao longo dessa seção, aspectos históricos da atuação de lideranças religiosas no município de Valente e arredores são levantados, buscando analisar os impactos de seus ensinamentos

¹ Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organismos ou comunidades inclusivistas ligadas à Igreja Católica em especial. Pela força da Teologia da Libertação, como se verá mais adiante, espalharam-se no Brasil e na América Latina nas décadas de 70 e 80 do século passado.

² O Movimento de Evangelização Rural (MER) surgiu em 1969 de parte dos ativistas da Juventude Agrária Católica (JAC) com incisiva oposição à Ditadura Militar, principalmente após o Ato Institucional nº 5, tinha inspiração anticapitalista, marxista e atuava na organização dos pequenos agricultores e suas famílias em prol de melhorias em suas condições de vida, como se verá mais adiante.

³ "O Movimento de Organização Comunitária - MOC em funcionamento desde outubro de 1967 - é uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana. A entidade prioriza ações no campo da incidência em políticas públicas, participação social, convivência com o Semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável, direito à comunicação, entre outros" (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2022).

e orientações na formação social e de cidadania da população. Para além disso, buscou-se compreender os impactos desses ensinamentos no enfrentamento da pobreza existente dentro da Mancha Valente pela própria comunidade, a começar pelos pequenos agricultores e suas famílias, implicando no desenvolvimento de uma maior consciência da necessidade de transformação coletiva das suas precárias condições materiais.

Mais especificamente, essa seção tratará da chegada dos religiosos no espaço da Mancha Valente a partir do fim de década de 60 do século XX, os quais desenvolveram um trabalho relevante de politização das famílias que, naquele momento, viviam em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Será detalhado também o método elaborado pelos religiosos por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que auxiliaram a população pobre da zona rural da Mancha Valente a identificar os principais problemas que acometiam suas comunidades, dialogar sobre eles e articular soluções que trouxessem transformações de suas realidades sociais. Essa ação foi importante para a formação de um aprendizado sobre direitos e reivindicações que precisariam ser levantadas para a construção de uma condição material menos frágil aos desfavorecidos. Além disso, a seção tratará do surgimento do Movimento de Evangelização Rural (MER) em Valente e seu importante papel no enfrentamento das mazelas existentes nas comunidades mais pobres no contexto da ditadura militar no Brasil.

A chegada dos padres e freiras italianos(as) e seu trabalho comunitário

O papel de agentes religiosos católicos(as) para a geração de uma nova consciência social em municípios do território Sisal, principalmente nos pequenos agricultores e suas famílias, na década de 70 do século XX, gerou um sentido de organização comunitária.

Isso foi fruto da constatação de que a exploração e a pobreza tinham motivação na concentração de renda e na ganância humana, isto é, não eram realidades que Deus havia determinado para as vidas daqueles(as) trabalhadores(as). Tal processo libertador de base foi viabilizado por uma educação informal de natureza socioreligiosa, calcada em valores de luta, organização e transformação social, disseminados principalmente por alguns padres e freiras italianos(as) que vieram atuar na Diocese de Feira de Santana, à qual pertenciam, por exemplo, o município de Valente e outros circunvizinhos.

No final da década de 60 e, em especial, na de 70 do século XX, a chegada de religiosos(as) (padres, freiras) italianos(as) ao Território do Sisal é referenciada como fator relevante para a politização das famílias que viviam em situação de pobreza ou miséria durante a ditadura militar brasileira (MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2007, p. 111), principalmente as residentes na zona rural. Esses religiosos atuaram por meio de pastorais, como a rural ou agrária, e na formação/atuação das comunidades eclesiais de base (CEBs), fruto de uma vertente politicamente engajada da Igreja Católica.

Devido à inegável influência de tal instituição sobre a sociedade brasileira, “[...] possivelmente, os espaços de resistência que ofereceu durante o Regime Militar foram determinantes para que adquirisse esse papel de destaque [...]”, segundo Nascimento (2014b, p. 2). Outros pesquisadores, a exemplo de Jesus (2016, p. 120), citam a atuação significativa dos padres italianos Aldo Giazzon, Luciano Cason e Luiz Canal, na Paróquia Sagrada Família, de Valente-BA, com reflexos em cidades próximas, como agentes ou vetores para a organização política camponesa e comunitária (JESUS, 2016, p. 11).

Os municípios de Retirolândia, São Domingos, Nova Fátima, Riachão do Jacuípe, Ichu, Candeal e Conceição do Coité vivenciaram processos inter-relacionados. Nesse último, um reflexo nítido ocorreria mais tarde, precisamente a partir do final da década de 1980, por meio da atuação do padre Luiz Rodrigues na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, como bem ressalta, em mais de um trabalho de pesquisa histórica, Miranda (2011, 2012, 2016).

Quanto ao município de Valente, em pleno regime militar, por meio do método histórico-crítico “ver, julgar e agir” (em perspectiva construtivista e pedagogicamente libertária), padres/freiras italianos(as) aqui referidos(as), com o apoio de leigos(as), empreenderam uma educação evangelizadora crítica, que extrapolava tanto os aspectos bíblicos puramente dogmáticos como a atuação dentro das paredes da igreja como templo em si. Promoviam reflexões sobre as condições materiais de vida das pessoas envoltas em complexas privações, fruto da concentração de renda e da exploração político-social e humana em sentido amplo (MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2007, p. 112).

As CEBs, reflexo dos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), incentivadas pela Teologia da Libertação e precedidas por movimentos importantes de militância sociorreligiosa, como a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), atuaram por meio de grupos que aliavam a reflexão política com a dimensão do sagrado (IOKOI, 1996). Nascimento (2014b, p. 1) identifica o peso da contribuição desses agentes religiosos através das CEBs e contextualiza que, na Conferência Episcopal Latino-Americana realizada em 1968, em Medellín, os bispos decidiram que as comunidades eclesiais de base constituiriam uma das prioridades da Igreja Católica.

Há membros da Igreja, daquela época e de hoje, que entendem essa forma de atuação de alguns padres/freiras, nas décadas de 1960 e 1970, como algo mais a cargo deles(as) enquanto sujeitos autônomos do que reflexo das diretrizes institucionais católicas em si. Essas, aliás, foram modificadas a partir da década de 1980, numa espécie de retomada de aspectos dogmático-sacramentais mais estritos. Sandro Silva (2006, p. 131) explica esse movimento de ação político-social com reações e mudanças dentro da Igreja. Segundo ele, ainda que os valores do Cristianismo primitivo de combate à pobreza tenham sido muito bem acolhidos no continente americano com a Teologia da Libertação, essa conviveu com a dialética apoio/resistência e foi fundamental para transformações sociais em contextos específicos, como a ditadura militar brasileira.

O depoimento do leigo valentense Luiz Mota, a partir do 27º minuto do vídeo dedicado a lembrar os 50 anos da Paróquia Sagrada Família (PARÓQUIA..., 2017), menciona o trabalho dos padres italianos Luciano, Luiz e Lívio, que trouxeram, segundo ele, “um novo jeito de ser igreja”, que motivava, no povo, a organização popular, o que os pesquisadores também confirmam.

Conforme os vigários da Paróquia Sagrada Família – que, nesse período, englobava os municípios de Valente, Retiroândia e o distrito de São Domingos –, as CEBs foram estabelecidas em decorrência da situação de pobreza que vivia grande parte da população local, sobretudo da zona rural que compunha a esmagadora maioria. Essas medidas adotadas pelos párocos estavam seguindo as diretrizes e prioridades da Igreja no Brasil. Nos documentos e relatos analisados, não detectamos outra força política e/ou religiosa que tenha atuado na organização dos trabalhadores rurais do município, apenas a Igreja. (NASCIMENTO, 2014b, p. 1).

Ainda segundo tal pesquisador, os religiosos italianos que atuaram na Paróquia Sagrada Família levaram os trabalhadores rurais a entenderem o potencial transformador da realidade pela organização de base ou comunitária contra toda forma de opressão e violação às suas dignidades. Mais que estudos dos ensinamentos bíblicos e sua aplicação na vida cotidiana, “[...] esses sujeitos, auxiliados pelos padres, reinventaram esse espaço e estenderam mudanças para além de suas comunidades e dos objetivos institucionais definidos pela Igreja” (NASCIMENTO, 2014b, p. 6).

Assim, por meio da militância sociorreligiosa das pastorais e das CEBs, durante mais de uma década, em Valente e cidades circunvizinhas, os pequenos agricultores e suas famílias foram despertando para a constatação de que a pobreza não era um fenômeno natural ou divino, mas decorrente da forma desigual de distribuição dos bens e rendimentos da sociedade. Em outro trabalho, Nascimento (2014a, p. 17) explica:

A riqueza que seria gerada pela exploração do sisal não era compartilhada com os trabalhadores rurais, que viviam em situação de pobreza. Segundo os registros do livro de tomo da Paróquia Sagrada Família sediada em Valente, documento que tinha como objetivo registrar tudo aquilo que fosse de importância em seu território de abrangência, foi por conta da pobreza dessa população que a Igreja decidiu dar início às ações pastorais, especialmente nas comunidades rurais deste município. A atuação ocorreu por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo como marco inicial o ano de 1973.

A inspiração valorativa para a atuação diferenciada desses agentes religiosos, tanto os estrangeiros como os nascidos no Brasil, remonta à Guerra Fria e à sua livre adesão a princípios/valores comunistas, que, na Itália, encontraram forte inspiração em Gramsci.

Uma outra “reforma” ainda mais profunda daquelas sinalizadas por Gramsci acontece na Igreja a partir dos anos 1960, desta vez, proveniente na América Latina. Aqui, insurgindo-se contra as ditaduras impostas nos anos da “guerra fria” e denunciando a longa história de colonialismo, escravidão e dominação, aguerridos setores de cristãos impulsionados por suas crenças religiosas e municiados de instrumentos analíticos de derivação marxista se posicionam politicamente ao lado das reivindicações populares e promovem audaciosas atividades sociopolíticas juntamente com uma inovadora elaboração teórica. Além de denunciar as injustiças sociais e as atrocidades instauradas pela selvageria do sistema capitalista, fazem uma corajosa “opção pelos pobres” que os leva a atuar nas periferias e entre os setores mais marginalizados da sociedade. Resgatando as lutas dos “oprimidos” disseminadas ao longo da história do continente sul-americano e teorizadas de forma original na pedagogia (FREIRE, 1970, 1981), na filosofia da “libertação” (DUSSEL 1977, 1994; CERUTTI, 1983), na teoria da dependência (MARINI, 1973; SANTOS, 2000) e nas criações artísticas, a “igreja popular” impulsionada pela Teologia da Libertação vocaliza a resistência contra as múltiplas formas de opressão e consolida propostas que visam superar o modelo dominante de sociedade. (SEMERARO, 2017, p. 94-95).

Assim, o *Jesus Cristo Libertador* (BOFF, 1972) da Teologia da Libertação, potencial valorativo do trabalho popular das CEBs, encontrava na educação religiosa politicamente engajada, pedagogicamente libertadora, de vertentes gramsciana e construtivista, nascentes inspiradoras dos ideais desses homens e mulheres religiosos(as). Com efeito, além de padres que vieram atuar no que se denomina Mancha Valente, houve também freiras (MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2007, p. 111). Nesse sentido, enxerga-se como importante também compreender como se deu a participação das mulheres religiosas, junto a esses padres que atuaram na Mancha Valente. Esse elemento é fundamental para tornar mais visível a atuação feminina na construção desse entendimento político-comunitário na Mancha, sendo, portanto, um ponto relevante para estudos futuros.

Um método para a superação da pobreza a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

“Ver, julgar e agir” compreendia, como método histórico-crítico desses religiosos/as em contato com as comunidades rurais, especialmente as mais afetadas pela pobreza, levá-las a identificarem um problema grave que as prejudicava; em seguida, a dialogarem sobre

tal problemática em pequenos grupos, tendo por base alguma passagem do Evangelho; e, finalmente, proporem possíveis soluções ou estratégias para reversão daquela realidade (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007, p. 112). A ação católica via círculos bíblicos, com inspiração crítico-libertadora no referido Concílio Vaticano II e por meio de uma educação sociorreligiosa informal, é apontada – por autores como Cássio Silva (2006, p. 25) – como a nascente das comunidades eclesiais de base.

Assim, entraves ou fatores prejudiciais ao desenvolvimento humano dos pequenos agricultores/as, suas famílias e sujeitos despossuídos eram discutidos por esses padres italianos, freiras e leigos/as imbuídos, na Mancha Valente, do mesmo sentido educativo-transformador. Aqueles/as que sofriam as consequências de tais problemas (fome, doenças, falta de saneamento básico, analfabetismo, enriquecimento de poucos em detrimento da exploração do trabalho rural etc.) passaram a vê-los sob o ângulo de uma fé conscientizadora e engajada.

Segundo Novaes (1997), tais agentes aprofundavam a compreensão de um determinado problema social sob o ângulo da fé, relacionando questões exemplificadas no Evangelho a explicações político-sociais. Nascimento (2014b) ratifica essa análise voltada à década de 1970, notadamente a partir de 1973, até o início da seguinte, quando detectou os primeiros registros sobre as CEBs em Valente, que foram intensificando, gradativamente, suas atividades na interface igreja/comunidades.

Tais articulações comunitárias tiveram importante suporte e estímulo nas pessoas leigas, pois os padres e freiras não davam conta, sozinhos(as), de todas as mobilizações. A complexidade do social gerou atuações conjuntas com entidades representativas, como os sindicatos dos trabalhadores rurais na região sisaleira. Segundo Nascimento (2014b) e outros pesquisadores, o sindicato de Valente foi fundado em 1971 sem qualquer participação efetiva da classe trabalhadora, mas, em 1974, houve a reconhecida “tomada do sindicato”, para que, à sua frente, estivessem, efetivamente, representantes de trabalhadores(as) rurais.

A ação da Igreja por meio das CEBs e pastorais na Mancha Valente, entre os anos de 1973 a 1983 com maior intensidade, gerou desdobramentos político-sociais e espaços de socialização política que “[...] permitiam que os trabalhadores produzissem uma nova percepção do mundo à sua volta” (NASCIMENTO, 2014b, p. 38). Isso promoveu a compreensão da força de “[...] se unir, organizar, participar, negociar e lutar; a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo” (GRZYBOWSKI, 1991, p. 59-60). Por isso, ao entrevistar lideranças e moradores da zona rural, Nascimento (2014a, p. 38-39) conclui:

As ações pastorais emergem na memória dos entrevistados como elemento medular no que diz respeito à organização dos trabalhadores, precedente de todos os processos de luta que viriam a partir dali. Ao criar um espaço para fomentar estudos bíblicos, as CEBs também favoreciam o diálogo acerca de temas diversificados, como

a busca por justiça social, tendo em vista a sua necessidade frente à pobreza em que viviam seus integrantes. Desse modo, podiam ser debatidas formas para alcançá-la, e um dos caminhos consistia na organização comunitária.

Além de temas propriamente religiosos, as reuniões das CEBs transversalizavam as questões relacionadas às condições precárias de vida dos menos favorecidos. Mesmo incomodando pontuais grupos ou famílias oligarquicamente mandatárias dos micropoderes locais, essa atuação fortaleceu o sentido da luta coletiva e comunitária para superar realidades como a concentração de renda pela exploração do trabalhador no campo via atravessadores. Os círculos bíblicos e mutirões exemplificam estratégias organizadas pela Igreja e outras entidades com objetivo de fortalecimento da organização comunitária:

A prática do mutirão, que compreende o ajuntamento de diversas pessoas para realizar algum trabalho para benefício de um indivíduo ou da coletividade, costumeiramente era empregada pelos trabalhadores rurais, especialmente nos tempos de colheita. Mas, ao ser apropriada pelas CEBs, ela adquiria um fim didático: orientava seus componentes a entenderem a ajuda mútua enquanto algo essencial para diversas atividades, reforçando o discurso que permeia os registros de que as ações pastorais visavam encaminhar a população para o despertar para o trabalho comunitário. (NASCIMENTO, 2014a, p. 39-40).

A “pastoral da distração” e o Movimento de Evangelização Rural (MER): educação revolucionária?

Diversamente do que ocorreu em outras regiões brasileiras durante o regime militar, o trabalho educativo-libertário da Igreja Católica em Valente e municípios vizinhos revelou-se, na dupla interface religiosa e político-social, uma forte educação informal (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 146) de valores bastante influentes em processos/acontecimentos interligados ao mesmo sentido libertador das famílias em situação de pobreza. Esse processo, portanto, era contrário às forças oligárquicas e hegemônicas locais concentradoras de renda.

Pesquisas tomando por objeto a forma e a amplitude da atuação sociorreligiosa de agentes católicos na Diocese de Feira de Santana – a exemplo da dissertação de Jesus (2016), cujo recorte analítico vai de 1962 a 1985 – dão conta de que o trabalho dos padres italianos em Valente e cidades vizinhas na década de 1970 afigurou-se, em certa medida, uma espécie de educação revolucionária, muito além da atuação como Igreja em si. Padre Aldo Giazzon, um dos bem atuantes em Valente na década de 1970, com os padres Luciano Cason e Luiz Canal, em entrevista a tal pesquisador, afirma:

Naquela época, nós éramos ligados à Ação Católica, que depois virou o MER (Movimento de Evangelização Rural). Depois, esse movimento

mais adiante, nos anos já depois que eu saí de Amélia Rodrigues, virou um movimento político; era um movimento [...] de educação revolucionária e, quando os grupos se conscientizaram, passou de um movimento religioso a um movimento mais político que ainda existe hoje um resquício lá no Rio Grande do Sul; no Nordeste, foi a Pastoral da Terra. (GIAZZON, 2014 *apud* JESUS, 2016, p. 119).

O Movimento de Evangelização Rural (MER), segundo Jesus (2016) ainda parcialmente estudado pela Igreja Católica no Brasil, teve reflexos na Diocese de Feira de Santana por alguns anos. O sentido transformador contra-hegemônico da atuação dos padres via MER (junto aos mais pobres durante o período do regime militar), mesmo contando com agentes religiosos não adeptos da guerrilha ou uso de armas, conforme Jesus (2016) explica, ocorreu de modo parcialmente clandestino.

O Movimento é resultado de uma reavaliação da experiência da Juventude Agrária Católica (JAC) e, segundo as informações coligidas durante a 10ª Assembleia dos Dirigentes das Comunidades Populares (MCP), registradas no livro "Narrativas da Desigualdade: Memórias, Trajetórias e Conflitos" de José Sergio Leite Lopes e no site Consciência.Net por Alder Júlio Ferreira Calado com o título "Movimento das Comunidades Populares", foi quando definiram a memória deste movimento, dividindo sua história em quatro etapas, sendo a primeira fase do Movimento durante o período de 1969-1979, momento no qual se apresentava como um grupo semiclandestino e que mudava de nome conforme a região do país, com sua base constituída de pobres do meio rural. (JESUS, 2016, p. 118-119).

Freixo (2009) explica que o MER encontrou na Igreja Católica, durante a ditadura militar, um "abrigo" que o potencializou pelo contato dos agentes religiosos com os oprimidos, politizando-os por meio de "[...] reuniões de lideranças, o apostolado da oração e o sindicato, que parecem sintetizar o elo religioso-sindical presente no MER" (FREIXO, 2009, p. 97). A autora contextualiza o surgimento desse movimento em Cajazeiras, na Paraíba, e nomina de "militantes" os que nele atuaram, creditando-lhes "[...] uma importante mobilização social que, em Valente, se traduziu na organização política de uma massa de camponeses que culminou na formação das primeiras comunidades e numa reorientação política do Sindicato de Trabalhadores Rurais" (FREIXO, 2009, p. 96). Segundo a pesquisadora, o Movimento de Evangelização Rural

[...] teria sido resultante de uma reavaliação da experiência da Juventude Agrária Católica (JAC), fortemente reprimida no período da ditadura. Com base nesta experiência de Cajazeiras, religiosos italianos teriam decidido por iniciá-lo em Valente, vinculando-o inicialmente à Pastoral Rural, onde encontrou certo refúgio para se desenvolver ao longo da década de 1970. O foco de ação do MER era

fundamentalmente o meio rural, em que pese sua futura ramificação para o meio urbano, principalmente devido ao deslocamento das primeiras lideranças comunitárias para os bairros periféricos da cidade. Este movimento reunia, para os militantes do MER, princípios como reflexão-ação (que inclui leitura bíblica, reflexão do evangelho e ação social), solidariedade, participação e sindicalismo, para destacar os mais fundamentais. (FREIXO, 2009, p. 97).

Os círculos bíblicos em Valente constituíram, em certa medida e naquele momento histórico, uma roupagem religiosa ou disfarce institucional de um processo semiclandestino (JESUS, 2016, p. 122) formativo de valores/princípios libertários de natureza popular e comunitária. Por meio desse processo, segundo o padre Aldo Giazzon, leigos, pequenos agricultores, lideranças e padres dialogavam criticamente sobre os acontecimentos, em todos os níveis, relacionados à política, à justiça social, à cultura, à democracia, ao papel da religião na sociedade, etc., na contramão do que se esperava da Igreja em tempos de regime militar. “Era o tempo em que, para a opinião de esquerda, a religião era o ‘ópio do povo’, enquanto, para nós, a religião correta levava o povo a se conscientizar e a exigir os seus direitos sem partir para a guerrilha” (GIAZZON, 2014 *apud* JESUS, 2016, p. 119).

As reuniões, no âmbito das comunidades, foram inicialmente concebidas como “círculos bíblicos”, nas quais era feita a leitura da bíblia à luz da experiência cotidiana das pessoas que participavam. É importante registrar o papel conferido a essas reuniões como espaços de formação de lideranças e de fortalecimento do movimento, à medida que todas as decisões e encaminhamentos traçados nas reuniões deveriam obrigatoriamente ser retornados às bases. (FREIXO, 2009, p. 97).

Para dar continuidade a esse processo, padre Aldo, segundo Jesus (2016), cumpria agendas religiosas tradicionais na igreja matriz no centro de Valente, trabalho alcunhado como “pastoral da distração”, sendo um disfarce para que a educação sociopolítico-religiosa no campo não fosse interrompida por opositores. Tal pesquisador (JESUS, 2016, p. 120) explica que os padres Luciano e Luiz “[...] percorreram, em um ano de trabalho pastoral no meio rural de Valente, 40 mil Km, realizando os Encontros do Evangelho (círculos bíblicos) nas famílias desta comunidade”. Nelas, desenvolveram “[...] o sentido de comunidade e organização das mesmas, necessário para uma conscientização destes sujeitos numa vinculação que passava por fé e vida” (JESUS, 2016, p. 120). Isso é confirmado por Carneiro (2012 *apud* JESUS, p. 124), quando explica que o padre Aldo

[...] fazia com que o pessoal não acompanhasse o que os outros padres estavam fazendo, entendeu? Ele fazia a tapeação política com a missa domingo, com essas coisas, e os outros iam para fazer reuniões nas bases do meio rural; tanto que, até hoje, Valente tem ainda... Foi que iniciou um trabalho bom do meio rural, foi com esses padres e

não é em vão que Valente, por exemplo, fez a APAEB. Lá foi adiante, você procura hoje e encontra no meio rural um pessoal muito bem engajado desse tempo. A Pastoral que Pe. Aldo era encarregado era a 'Pastoral da Distração'.

A fala de D. Angelina, da comunidade do Papagaio/Valente, registrada por Freixo (2010b), retrata um tema do cotidiano utilizado pelos agentes religiosos para viabilizar a reflexão sobre a exploração social do trabalhador rural geradora de concentração de renda, a partir da alegoria "entre a enxada e a caneta":

Vieram os padres, vieram fazer reunião aqui, que não tinha. Naquele tempo, a gente não sabia de nada, não entendia nada. [...] Tinham três italianos, foram quem fez o povo crescer aqui viu! [...] Eles fizeram a pergunta do trabalho. Qual era o trabalho mais importante, se era o trabalho da enxada [...] ou se era o trabalho da caneta. Eu acho que é o da enxada mesmo. Era a enxada mesmo, porque se não tivesse o trabalhador, o povo da caneta não vivia, não podia viver. Porque, quem dava de comer aos sabidos da caneta? Era o trabalhador da enxada. (FREIXO, 2010b, p. 103).

Com base nesse leque de informações que o estudo levanta até então, indagações importantes podem contribuir para um maior aprimoramento dos conteúdos apresentados em trabalhos futuros. Dito isso, chamamos atenção para a importância de se compreender melhor essa atuação contra-hegemônica de agentes da Igreja na Mancha Valente, para identificar se essa foi a principal marcação desencadeadora da progressiva organização dos trabalhadores nessa região em prol de melhores condições de vida ou se houve outros elementos propulsores além desse marco importante, referenciado nas memórias e trabalhos científicos sobre a região.

Somado a isso, enxerga-se como fundamental também a compreensão, de forma mais detalhada, dos possíveis impactos da formação comunitária realizada por essas lideranças religiosas nos dias atuais, buscando compreender se, mesmo após a partida desses padres e feiras da região sisaleira, seus ensinamentos ainda tem gerado reflexões nos dias atuais.

POLITIZAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES E ASSOCIATIVISMO

Como um desdobramento da anterior, essa seção tratará do surgimento do associativismo na Mancha Valente e suas influências sobre a dinâmica local de enfrentamento da pobreza.

O contexto histórico de criação e desenvolvimento de uma conscientização social das comunidades pobres implicou no nascimento de uma organização associativa que mobilizou diversos trabalhadores na Mancha Valente em prol da melhora de condição de vida de sua população. Tendo em vista esse contexto, a seção apresentará o pioneirismo do Movimento de Organização Comunitária (MOC) na continuidade desse processo de politização da população

na Mancha Valente. Será apresentado também o processo de surgimento de associações, as quais contribuíram para sedimentar práticas politizadas e solidárias, munindo juridicamente as comunidades de instrumentos para a concretização de pleitos que promovessem um maior desenvolvimento social. A experiência da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) é apresentada como um marco desse processo, bem como os seus impactos na formação educacional e de valores sociais da população da Mancha Valente, retroalimentando os aspectos sociopolíticos que repercutiram nos comportamentos socialmente diferenciados identificados na região.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) e seu papel propulsor da organização dos trabalhadores

Como já foi descrito anteriormente a atuação diferenciada de padres/freiras italianos(as), ao despertar pequenos agricultores e suas famílias para questões que ultrapassavam a esfera religiosa, refletiu na politização de tais famílias no sentido da organização comunitária para as lutas por seus direitos.

É por isso que pesquisadores como Nascimento (2014b), ao tratarem do episódio conhecido como “a tomada do sindicato” em Valente, referenciam o trabalho das pastorais e das CEBs como o nascedouro de um multifacetado tecido associativo e organizativo (refletido em cidades vizinhas), que teve, na sindicalização e na atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC), dois fortes estímulos para outros desdobramentos.

O MOC nasceu durante a ditadura militar (1967), por conta do engajamento social da Igreja Católica em bairros pobres no município de Feira de Santana. Segundo Parisse (2001, p. 44), o lema ou viga central para o surgimento de tal ONG foi o “[...] sentimento de comunidade em grandes grupos através do trabalho de todos, desenvolvendo a capacidade de cada um”.

Jesus (2016) minudencia que o Movimento de Organização Comunitária despontou em 1967, depois que o padre Albertino Carneiro, primeiro diretor/fundador do MOC, foi estimulado por Dom Jackson Berenguer do Prado (então bispo da Diocese de Feira de Santana) a iniciar um “[...] trabalho comunitário através de um convênio entre a Diocese de Feira e a FASE/Federação de Assistência Social e Educacional, entidade fundada por um grupo de sacerdotes católicos em 1961 no Rio de Janeiro” (JESUS, 2016, p. 83). Este trabalho, segundo o mesmo autor, foi visto com suspeição, por conta do contexto político da época, e encontrou um importante apoio nos leigos do Movimento de Cursilhos de Cristandade, originário da Juventude de Ação Católica.

Muito provavelmente, teve Albertino como o escolhido devido às suas ações nas comunidades pobres da sede da Diocese, na Paróquia de Senhor do Bonfim, compreendendo bairros periféricos como Baraúnas e Rua Nova. [...] Em vista disso, em 27 de outubro de 1967 iniciou em Feira de Santana esta nova experiência, contando com uma equipe técnica encarregada pela Diocese de assessorar o trabalho comunitário da Igreja adotando uma visão ecumênica, pois segundo

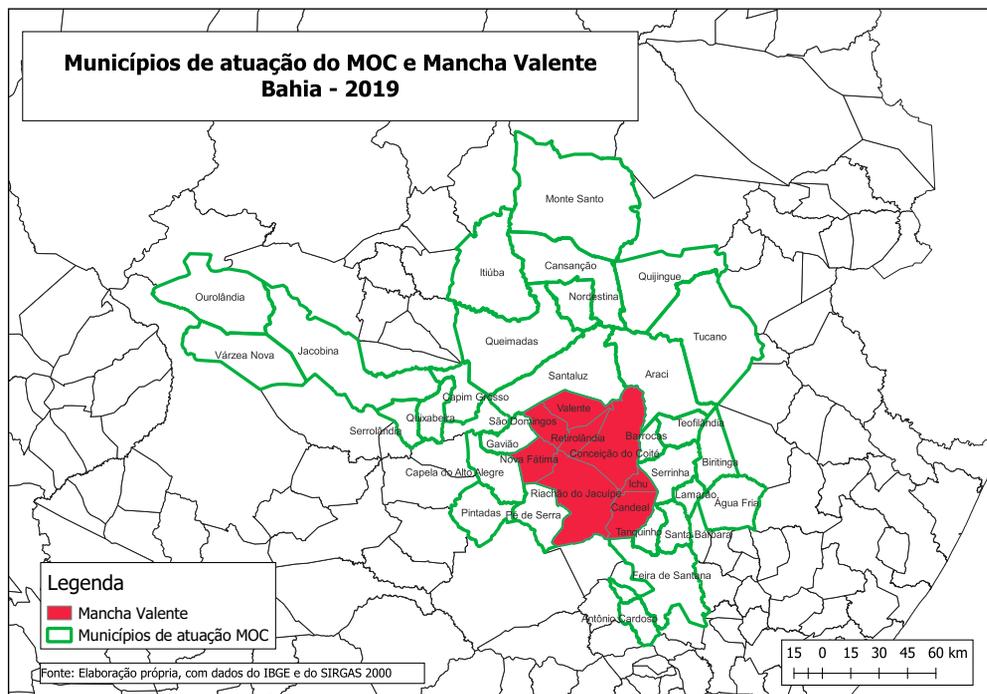
Albertino Carneiro, “a fome, o subdesenvolvimento, não têm religião, precisam desta para serem superados ou pelo menos enfrentados”. (PARISSE, 2001, p. 83-84).

Parisse (2001, p. 50) explica que o MOC se tornou entidade juridicamente desvinculada da Igreja em 1970 e, no site da instituição, consta que foi se tornando autônoma, mas preservando

[...] boas relações de parceria com outras igrejas, inclusive com uma constante composição ecumênica da sua diretoria. O objetivo central do MOC foi e continua sendo despertar as pessoas para que descubram a força da sua organização na luta por seus direitos e, assim, exerçam sua cidadania. Esse trabalho teve início com o apoio ao surgimento e fortalecimento de associações comunitárias rurais e urbanas, a princípio em Feira de Santana e municípios vizinhos, todos do Território Portal do Sertão. (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2022).

Além de estar presente no território Portal do Sertão, o trabalho da entidade se estendeu a municípios dos territórios Sisal, Bacia do Jacuípe e Piemonte da Diamantina (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2022). A atuação pode ser dimensionada por meio do mapa seguinte.

Figura 13
Municípios de atuação do MOC e delimitação da Mancha Valente



Fonte: SEI/Diret.

Dentre outros focos de sua atuação social, o MOC prioriza o fortalecimento da agricultura e da economia solidária junto a agricultores e agricultoras familiares; trabalha, de forma articulada, pela promoção da igualdade de gênero (atuando com mulheres rurais e periurbanas); valoriza a educomunicação e educação do campo contextualizada (contribuindo para que crianças e adolescentes tenham acesso a direitos como educação contextualizada); prima pelo incentivo ao esporte, cultura e lazer, assim como a valorização da criatividade na permanente construção de um desenvolvimento comunitário sustentável (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2018).

Dos diversos projetos desenvolvidos ao longo dos seus 50 anos de existência, o Comunicação pelos Direitos teve reflexos positivos em Valente e outros municípios. O projeto capacitou jovens para o mercado de trabalho, valorizando seu protagonismo e autonomia, viabilizando sua qualificação profissional e, conseqüentemente, gerando novos espaços de atuação na região do sisal, conforme veiculado pela instituição no ano de 2009.

Com o patrocínio do programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) está iniciando as atividades do projeto Comunicação Pelos Direitos na Região Sisaleira, que vai trabalhar diretamente com 340 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, educadores e comunicadores. O objetivo é contribuir para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes da Região Sisaleira da Bahia através da qualificação profissional de jovens comunicadores comunitários e da democratização da comunicação. O projeto tem atuação em dez municípios. São eles: Araci, Conceição do Coité, Ichu, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retiroândia, São Domingos, Serrinha e Valente. (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2009).

Educadoras(es) e pessoas das comunidades envolvidas dão conta de que o trabalho do MOC tem possibilitado, pelos seus valores norteadores (conscientização sobre direitos, organização comunitária, educação libertadora, comunicação socialmente comprometida e democrática, equidade de gênero etc.), a proposição de ações e políticas sociais. Joelma Santos, à época coordenadora da educação do campo no município de Valente, destacou a interação do projeto Comunicação pelos Direitos.

Mesmo fazendo divisão geográfica com mais quatro municípios, a comunidade de Itareru é muito carente de ações que contribuam com o seu fortalecimento e desenvolvimento local, por isso acreditamos que a comunicação terá um papel estratégico na proposição e construção de políticas públicas que garantam o desenvolvimento. (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 2009).

Nascimento (2008) explica que, para fortalecer estratégias de convivência com o semiárido no sentido de valorização da produção rural e da elevação da qualidade de vida dos pequenos agricultores e suas famílias, o Movimento de Organização Comunitária adotou “[...] práticas político-educativas de participação e integração social [...]” (NASCIMENTO, 2008, p. 36) em três dimensões:

i) a informação, como forma de o agricultor familiar planejar de forma mais eficiente sua produção; ii) a valorização, como forma de o agricultor familiar dar eficácia distributiva aos estoques de seus produtos disponíveis na comunidade; iii) e a regulação, como forma de o agricultor familiar poder negociar no mercado, em condições menos desfavoráveis, a compra e venda de seus produtos. (NASCIMENTO, 2008, p. 36).

Premiado nacional e internacionalmente e estimulando comportamentos inclusivos diferenciados nos municípios da Mancha Valente (e outros da região sisaleira), o MOC tem sido objeto de interesse de sites e outros meios de comunicação pelo reconhecimento e premiações que recebe, a exemplo do Prêmio Itaú-Unicef em 1995 pelo seu trabalho de capacitação de professores rurais.

Iniciado em 1967, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) pretende oferecer um ensino de qualidade de acordo com a realidade vivenciada pelos alunos no campo. Para alcançar essa meta, atua diretamente com professores das escolas rurais públicas em Feira de Santana e Serrinha (BA). No começo, o MOC atuava na alfabetização de jovens e adultos. A partir de 1993, surgiu a proposta de contribuir para a melhoria da escola básica rural. Dessa forma, surgiu um programa de formação dos professores de escolas rurais. O projeto é desenvolvido pelo MOC em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), entidades da sociedade civil e as prefeituras de 17 municípios (Araci, Barrocas, Candéal, Cansanção, Capim Grosso, Conceição do Coité, Ichú, Lamarão, Monte Santo, Nova Fátima, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Santo Estevão e Valente). O projeto já formou 2.000 professores das áreas rurais. (EDUCAÇÃO & PARTICIPAÇÃO, 1995).

As pesquisas referenciando o trabalho da ONG em Valente (e outros municípios da Mancha em questão) dão conta de que a formação do chamado tecido associativista congregou agentes diversos, em sentidos semelhantes de atuação pelo fortalecimento e politização dos excluídos dos processos produtivos e dos direitos elementares (vida digna e saúde com saneamento básico, educação pública qualificada e socialmente comprometida, água potável e meio ambiente saudável; livre organização comunitária e sindical etc.). Santos (2009, p.8) dá conta disso, ao afirmar que:

A partir da reflexão sobre os problemas da família, do trabalho e do bairro, as CEBs ajudaram a criar movimentos sociais para organizar sua luta: associações de moradores, luta pela terra e também o fortalecimento do movimento camponês. Na região do sisal, as CEBs influenciaram a criação de muitos movimentos sociais, alguns deles como a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e a rearticulação dos STRs. Dentre todo o tecido associativo e organizativo atuante na região do sisal, destaco alguns para exemplificar os novos discursos que se produzem no e sobre o lugar.

Apesar de o germen da conscientização/politização e do sentido de organização comunitária ter sido o trabalho de agentes religiosos e leigos por meio das CEBs, pastorais e do MER, lideranças e pesquisadores/as reiteram a importância do surgimento do MOC e da sua atuação (COELHO NETO, 2014, p. 261) na continuidade de tal processo. Isso porque a entidade brotou de uma vertente própria politicamente engajada da Igreja, e os valores dos agentes religiosos (que atuaram em Valente e região entre o fim da década de 60 e o início dos anos 80 do século XX) eram comuns aos idealizadores do MOC, também padres, como já visto. Foi no mesmo contexto das dificuldades enfrentadas pelo povo mais pobre, portanto,

[...] que as organizações não governamentais vinculadas ao meio rural sertanejo baiano surgiram e logo se associaram ao movimento popular, com o qual tiveram um papel destacado na luta pela democracia. O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma dessas experiências brasileiras de mais longa duração na articulação de atores sociais rurais. (NASCIMENTO, 2008, p. 36).

Nascimento (2000, p. 47) atribui ao MOC um papel decisivo na passagem de um processo de “[...] convivialidade simples (coesão primitiva e participação limitada) para formas organizacionais mais complexas (coesão social e participação ampliada)”. Ele confere a chamada “primeira fase” às CEBs/pastorais, e a segunda, ao MOC, no sentido de uma atuação organizativa mais complexa e de maior alcance via projetos sociais. Nas palavras do pesquisador, “[...] a atuação da entidade é considerada como um elemento de inflexão no movimento de transformação social impresso nesse recorte regional nas últimas quatro décadas” (NASCIMENTO, 2000, p. 47).

Os marcos/processos geradores do associativismo se imbricaram em Valente e região. Quanto a esse município em particular, o trabalho dos padres/freiras italianos(as) e do MOC preparou terreno para outra organização não governamental que marcaria os anos seguintes de forma contundente, a APAEB.

A formação de uma cultura associativista na Mancha Valente

A formação da cultura associativista na Mancha Valente é considerada, nesse estudo, como um elemento fundamental que pode ter contribuído para promover dinâmica sociocomportamental diferenciada de organização comunitária pela luta/conquista de direitos sociais e melhor distribuição de renda entre pequenos agricultores e suas famílias.

Também iniciado a partir dos anos 60 do século XX, associativismo na Mancha Valente teve o importante papel de viabilizar que as organizações comunitárias existentes na região se fortalecessem de forma instrumentalizada juridicamente e mais adequada à consecução dos fins motivados por valores comuns, pois

[...] é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades. Associação é uma pessoa jurídica, devidamente registrada em cartório e constituída livremente pela união de pessoas. Essa união acontece pra melhoria das condições de vida do grupo e da comunidade. A participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos comuns têm sido fundamentais para assegurar melhores condições de vida das comunidades. Essa prática, mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015).

O surgimento de uma rede associativista na Mancha Valente (em defesa dos direitos e da melhoria da qualidade de vida dos pobres) contou com a colaboração dos agentes que historicamente já vinham atuando na região, tais como padres/freiras italianos(as), do sindicato dos trabalhadores rurais, e o trabalho do MOC e de outras entidades, a exemplo da APAEB (SANTOS, 2009, p. 8).

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (VERDE, 2007), referenciando Oliveira e outros (2000), esclarece isso no estudo de caso sobre a Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia.

No município de Valente, através da organização de pequenas comunidades rurais, foram criadas as bases para a organização da sociedade civil voltada para a dinamização da economia regional e para a transformação das relações sociais vigentes. As lideranças populares locais que conceberam e implementaram o projeto APAEB surgiram com o apoio da Igreja Católica, através da Pastoral Rural, e do Movimento de Organização Comunitária – MOC. (OLIVEIRA, 2000 *apud* VERDE, 2007, p. 12).

Como destaque desse novo contexto de surgimento do associativismo, o papel da APAEB repercutiu de maneira transformadora na região. Segundo Coelho Neto (2014, p. 264), a

APAEB constitui a experiência associativista “[...] de maior êxito em termos de resultados econômico-produtivos e socioespaciais [...]”.

Magalhães e Abramovay (2007) tratam de tal processo associativista, evidenciando a inter-relação entre os referidos agentes a partir de valores comuns (organização comunitária, politização de pequenos agricultores, justiça social) que, adiante, refletiriam no âmbito das relações econômicas na Mancha Valente.

1) a Igreja promoveu um processo de mudança no padrão tradicional de relações sociais com os mercados; 2) posteriormente, a organização das associações comunitárias e dos sindicatos possibilitou a continuidade de relações tradicionais e o acesso a novos mercados orientados por uma nova cultura política; e 3) o trabalho educativo da APAEB, uma organização não governamental formada no âmbito das Comunidades Eclesiais de Base, ampliou a capacidade de cálculo e de planejamento tanto da vida produtiva como da vida doméstica dos sertanejos. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 111).

Coelho Neto (2014), também enfatiza o fato de que nesse período, brotaram organizações comunitárias mais primárias decorrentes da atuação de sujeitos individuais (agentes religiosos italianos, lideranças rurais etc.) e se verificou o surgimento do sindicalismo, que o autor caracteriza como um fenômeno social expressivo, decorrente da

[...] criação dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios sisaleiros nos anos 1960-70. Nos anos 1960, começam a aparecer, também, as primeiras experiências de associativismo, de natureza comunitária, predominantemente nos povoados. (COELHO NETO, 2014, p. 261).

O associativismo se revelou, portanto, dinâmico e inter-relacionado, em “[...] direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas” (FRANTZ, 2002, p. 25). Nesse sentido, segundo Leonello e Cosac (2008, p. 5), o associativismo colaborou para a sedimentação de comportamentos politizados e práticas mais solidárias, calcadas em valores comunitários, familiares e outros, munindo juridicamente a comunidade de “[...] mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local”.

Magalhães e Abramovay (2007) explicam que, embora o ideário politizador plantado pela atuação de agentes religiosos e fortalecido pelo sindicalismo na Mancha Valente objetivasse libertar pequenos agricultores e suas famílias da pobreza decorrente da concentração de renda, os valores sedimentados e refletidos no binômio “fé engajada e associativismo”

não propunham a ruptura com bases fundamentais ou tradicionais (parentesco, família, comunidade etc.). Pelo contrário, estimularam a manutenção dos vínculos de afeto, dos comportamentos de ajuda mútua e, portanto, fortaleceram a união familiar e o sentido de organização comunitária politizada e instrumentalizada, via associações, para as lutas por melhores condições de vida.

Uma combinação de tradição e modernidade passou a caracterizar, então, a vida comunitária deste território. A modernização da vida rural não provocou – ao contrário do que ocorreria em outros processos de incorporação de comunidades à esfera da economia moderna – a desestruturação das relações tradicionais, nem o enfraquecimento das relações de cooperação. Ao contrário, somou-se, ao objetivo das antigas tradições comunitárias (que era integrar seus membros num tipo de economia semifechada), o papel das associações comunitárias de constituir elos de conexão entre as comunidades e as redes externas. A partir dessas relações de cooperação, que garantiam condições mínimas de sobrevivência, foram forjadas relações associativas que permitiram novas conexões com o mercado. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 111).

O pioneirismo da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB)

A Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) surgiu no ano de 1980, e suas sedes ou filiais se distribuíram por cinco municípios baianos: Serrinha, Araci, Feira de Santana, Ichu e Valente. Segundo Carvalho Neto e Fantini (2005, p. 3), “[...] este primeiro nome da Associação, que originou a sigla APAEB, foi mudado para Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. No entanto, a sigla foi mantida por ter se tornado uma ‘marca’”.

A APAEB surge da experiência impactante e apoio fundamental do Movimento de Organização Comunitária (MOC) (SANTOS, E., 2010), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Na época de sua fundação, o país passava por uma transição estrutural do ponto de vista político e econômico que abria uma janela de oportunidade para se construir um padrão de desenvolvimento com menores índices de pobreza e melhor distribuição da riqueza. Ou seja, pulsava a esperança de construir um país menos desigual⁴,

⁴ O padrão de desenvolvimento adotado pós 1964 pregava que era necessário “crescer o bolo para, depois, distribuir”, e isto seria feito com um forte processo de industrialização, ou seja, o crescimento econômico era garantia de uma sociedade menos desigual. No entanto, não foi o que ocorreu, e, em 1980, o Brasil detinha o oitavo PIB mundial com um complexo parque industrial, baseado na segunda revolução industrial. Por outro lado, do ponto de vista social, era um país mediano, sendo que a sua Região Nordeste, onde se localiza a Mancha Valente, tinha indicadores compatíveis aos dos países mais pobres do planeta. Do ponto da desigualdade da renda, o país tinha a terceira pior distribuição de renda do mundo.

rompendo uma herança do padrão de desenvolvimento por substituição de importações⁵, que, já no ano de 1980, apontava sinais de esgotamento.

Santos (SANTOS, E., 2010) explica, em alguns de seus trabalhos, que este cenário era marcado pela diminuição na repressão, pela reabertura/redemocratização e o conseqüente fortalecimento dos movimentos sociais que lutavam para construir, no Brasil, um conjunto de leis e políticas públicas capazes de sedimentar um padrão de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental, isto é, uma sociedade menos desigual com políticas semelhantes às da social democracia europeia. Além de tal fortalecimento dos movimentos dentro do país, na década de 1980, instituições internacionais como Banco Mundial, BID e ONGs tinham, dentre seus objetivos, programas para ajudar, tanto financeiramente como tecnicamente, a solucionar a pobreza e a desigualdade em países como o Brasil, considerados em desenvolvimento, mas que possuíam muita desigualdade e pobreza.

Fora este processo, a realidade local era difícil para que a população pobre (a maioria na região nordestina) lograsse uma mobilidade social ascendente. O que se via era uma dependência de atravessadores, o que implicava baixos preços pagos pelos produtos da agricultura familiar – sisal, feijão, mandioca etc. –, bem como a falta de política pública voltada para a emancipação econômica dessa população pobre. As secas constantes, a incapacidade de o pequeno agricultor conviver com tal problemática, a baixa escolaridade da maioria, as condições precárias de saúde, moradia e saneamento constituíam desafios e entraves à redução da pobreza. Além da referida autora em suas contribuições científicas escritas (SANTOS, 2002a, 2002b, 2007, 2010, 2012) e na entrevista que concedeu presencialmente na SEI ao Projeto 7 Municípios (disponível no anexo de vídeos desta publicação), outros colaboradores entrevistados também confirmaram esse contexto da exploração dos pequenos agricultores e suas famílias, essa dependência maior dos atravessadores e demais aspectos que influenciaram na formação da teia associativista em Valente e região.

O Nordeste – a Mancha Valente igualmente, por nele estar inserida – participava, na divisão nacional do trabalho, como fornecedor de força de trabalho com baixa qualificação e consumidor de bens finais produzidos nas regiões mais ricas do país (periferia do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e baiano). Isso se dava por meio de uma superexploração do trabalho, permeada por endividamento dos pequenos agricultores, desemprego, fome, seca e outras mazelas. Quanto a Valente e região:

Esse ambiente compõe um ethos social que não estimula a inovação, não facilita a busca de novas organizações econômicas e reproduz uma longa condição precária de acesso a mercados, a financiamentos, à produção e à própria sobrevivência. Como consequência, observa-

⁵ Este modelo foi concebido entre as décadas de 1960 e 1970 pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A filosofia baseava-se na defesa de que, para haver desenvolvimento nas economias do Terceiro Mundo, era necessária a adoção da política de substituição de importações. Esta política visava à proteção da produção nacional com garantia de mercado, na hipótese de que a sua implementação permitiria a acumulação de capitais internos que poderiam gerar um processo de desenvolvimento autossustentável.

-se o endividamento permanente dos agricultores e a manutenção de sua condição de pobreza e de subordinação política e social. A conquista da autonomia de uma parcela expressiva de agricultores familiares, da sua capacidade de buscar novos mercados, de criar organizações que reduzam seus custos e a melhor organização da sua vida financeira tornou-se possível, recentemente, graças à formação de diversas organizações, entre elas as que representam o apogeu do processo de racionalização, as cooperativas de crédito. Tais organizações – como é próprio da racionalidade econômica – são frutos de um longo processo de desencantamento. O interessante é que esse processo foi construído passo a passo pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos sindicatos de trabalhadores e pela Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia – Apaeb. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 111).

Os pesquisadores(as) da região reconhecem que o surgimento da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, principalmente após a municipalização da entidade, como em Valente, gerou certo incômodo em parcela historicamente concentradora de poder político-econômico local. Isso ocorreu devido ao sentido de promoção de autonomia dos pequenos agricultores e suas famílias, apoiando-lhes não somente no beneficiamento do sisal, mas em ações de natureza educacional no campo, pela disseminação de valores solidários e sustentáveis. Santos (2012, p. 26), por exemplo, explica que “[...] a APAEB concebe a Região Sisaleira como uma região com grande potencial, que necessita da valorização de seus produtos para a sua modernização e desenvolvimento, utilizando assim elementos endógenos”. Tal pesquisadora, em outros trabalhos (SANTOS, E., 2002b, 2007, 2010), destaca a relevância desta associação em variados âmbitos, sua influência na reorganização espacial do município de Valente, no desenvolvimento da região sisaleira e sua correlação com outras entidades que a apresentam como modelo a ser seguido.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira passou, no final da década de 1980, por um processo de municipalização para lidar com questões/desafios específicos e ampliar sua autonomia gerencial local, a fim de que cada APAEB, segundo explicam Carvalho Neto e Fantini (2005, p. 4-5),

[...] pudesse se dedicar especificamente aos problemas que enfrentava em seu dia-a-dia. Assim, foram efetivadas, em 1986, as diretorias municipais da APAEB nos mesmos cinco municípios em que havia antes as sedes. A descentralização foi uma forma não só de facilitar a atuação das diversas sedes, como também de melhorar as expectativas dos associados com relação à entidade, que dependeria não mais de uma administração regional, mas sim de esforços locais.

Tais autores explicam que, quando a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira era centralizada (com filiais/sedes em Serrinha, Feira de Santana, Araci, Ichu e Valente), sua viga propulsora era o MOC, sem o qual a associação não se mantinha (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005). Relatam que houve alguns entraves/conflitos sobre como compatibilizar o ideal de luta social com a necessidade do enfoque econômico de apoio aos pequenos agricultores. Também se discutiu até que ponto os pequenos agricultores teriam participação direta no gerenciamento das atividades ou se seria necessário profissionalizar, tecnicamente, a gestão, o que se verificou no caso da APAEB de Valente como diferencial.

Tais problemas funcionaram como um fator de seleção natural das unidades da APAEB, fazendo com que todas apresentassem maus resultados no início e apenas as melhores geridas pudessem se recuperar completamente. Foi em grande parte devido a isso que a sede de Valente se destacou, pois, desde o início (apesar do mau desempenho financeiro inicial e do reduzido número de associados, semelhantes aos dos outros municípios), praticou uma gestão mais comprometida e soube utilizar de maneira eficiente os poucos recursos de que dispunha, não gastando com a compra do terreno da sede (que foi obtido a partir de doação) nem com a construção do prédio, utilizando-se de mutirão para isso. Ações como essa levaram a APAEB-Valente a ser a primeira sede a se sustentar sem o apoio do MOC. (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005, p. 4).

O IBAM (VERDE, 2007, p. 12) documenta que a filial da associação em Valente foi instalada em 1981 “[...] e, diferentemente das que se implantaram em outros quatro municípios [...], procurou intervir, de imediato, na economia local”. De logo, fundou um posto de vendas, pequeno ponto de comércio que viabilizou a aquisição, pelos pequenos agricultores, de produtos da cesta básica por preços diferenciados e o armazenamento “[...] dos excedentes de sua produção, para que pudessem vendê-la sem precisarem submeter-se às negociações desiguais com os intermediários” (VERDE, 2007, p. 12). Em 1984, houve a implantação de uma bateadeira de sisal, a fim de “[...] aumentar o poder de barganha do produtor junto aos compradores, bem como eliminar a influência dos atravessadores no processo de venda do sisal” (VERDE, 2007, p. 12). Em 1990, foi criada a poupança APAEB, na qual os “[...] pequenos agricultores depositavam suas pequenas economias numa conta administrada pela entidade, servindo de capital de giro para as atividades de comercialização da Associação” (VERDE, 2007, p. 13). Isso fez brotarem as primeiras experiências de crédito orientado. Finalmente, em julho de 1991, houve a municipalização da APAEB,

[...] com sua transformação em Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente – APAEB, permitindo maior organicidade e eficácia das ações locais desenvolvidas: a) Bateadeira, que permitia o beneficiamento e a comercialização do sisal; b) Posto de Vendas,

que fornecia os produtos de primeira necessidade aos pequenos produtores e pretendia viabilizar a comercialização do excedente de sua produção; c) Assistência Técnica aos pequenos produtores rurais com a perspectiva de oferecer alternativas de convivência com o semiárido; d) Processo de organização de parcerias com outras entidade e movimentos aliados locais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igrejas e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. (VERDE, 2007, p. 13).

A APAEB de Valente teve, a partir da municipalização, maior autonomia e poder de articulação. As parcerias passaram a ocorrer com entidades estratégicas de variados níveis, como Cebemo, da Holanda; Inter American Foundation, dos EUA; Companhia de Ação Regional do Governo do Estado da Bahia (CAR); STR; Organização para a Cooperação Internacional a Projetos de Desenvolvimento (Disop); Fundação W.K. Kellogg; Fundação Schwab; Volens/Itinerans; Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag), dentre outras. Do ponto de vista dos apoios e projetos internacionais, a oportunidade de levar conhecimento/experiências locais e de se conectar com redes diferentes de informações globais (cada projeto com suas especificidades) capacitou, ainda mais, a entidade. Isso fortaleceu a sua missão e o seu leque de atuação em Valente especialmente, nos demais integrantes da Mancha e em outras cidades da região sisaleira.

No processo de fundação e municipalização da associação, fruto de movimentos sociais e reivindicações de pequenos agricultores, destaca-se a atuação do empreendedor social valentense Ismael Ferreira de Oliveira⁶. Somando-se os esforços de outros associados e associadas, foram possíveis mudanças/impactos sociais positivos nas vidas de muitos pequenos agricultores e suas famílias em dupla face: “[...] uma econômica, voltada para as atividades do agronegócio – produção e comercialização – e, outra, social, representada por atividades de melhoria das condições de vida da população local envolvida” (VERDE, 2007, p. 25).

Missão da APAEB e mudanças comportamentais na Mancha Valente

Em 1992, foi criada a Fundação Educadora de Desenvolvimento da Região Sisaleira, pleiteando a concessão para uma rádio e uma emissora de televisão socioeducacionais (objetivo alcançado anos depois). Em 2007, a entidade passou a ser denominada Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Fundação APAEB), cujo primeiro projeto aprovado, no mesmo ano, foi a construção de 146 cisternas comunitárias em alguns municípios.

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar via ações educativas, solidárias e de cooperação, a fundação, cujo trabalho conjunto com a associação potencializou o projeto social de ambas, vem desempenhando/mantendo um papel ancorado na valorização da dignidade humana, da função social do trabalho e dos princípios da autonomia,

⁶ Ismael Ferreira é dos entrevistados por este Projeto 7 Municípios, cujo vídeo está disponível na plataforma SEI Colab. Outros aspectos de sua vida e ativismo social podem ser lidos na entrevista concedida ao Museu da Pessoa (2005).

democracia, isonomia, solidariedade e cooperação. Entre seus vários projetos já executados, destacam-se os relacionados às áreas de “[...] Assessoria Técnica e Extensão Rural, Cultura, Inclusão Digital, Formação para a Convivência com o Semiárido, Formação e Assessoria para grupos de produção, recuperação da lavoura do sisal e outras” (FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA, 2019).

Esse projeto contribuiu para o desenvolvimento das famílias e de suas unidades produtivas, bem como para fortalecer a identidade e a autonomia da Fundação APAEB nos territórios onde ela atua, qualificando sua equipe de trabalho, melhorando sua infraestrutura e possibilitando o desenvolvimento de estratégias de comunicação e marketing institucional que evidenciam sua identidade junto aos parceiros e a comunidade. (FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA, 2019).

Na seara educacional, destaca-se a Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha (EFA/Valente), inaugurada em 1996. A escola possibilita o aprendizado do campo no próprio campo (sem exclusão dos conhecimentos de outras ordens), pedagogicamente ancorado em valores assentados nas histórias de vida dos próprios alunos e alunas, a partir de suas bases, contextos familiares e origens. Localizada na Fazenda Madeira/Valente (zona rural), de propriedade da APAEB, a EFA/Valente é direcionada a filhos(as) de pequenos agricultores, cujo “[...] projeto faz parte de um conjunto de escolas, nacionais e internacionais, que compartilham a mesma filosofia: a de aliar o ensino teórico à prática” (VERDE, 2007, p. 15). Sua inspiração central é a pedagogia da alternância, que “[...] intercala períodos de internação dos alunos na escola com períodos em casa, onde eles têm a chance de pôr em prática alguns dos conceitos aprendidos, com acompanhamento periódico da escola” (VERDE, 2007, p. 15).

A APAEB desperta a atenção de pesquisadores(as), entidades e segmentos variados pelo fato de ter alcançado resultados muito relevantes, em contraponto a tantas regiões com características e dinâmicas bem mais favoráveis que não abrigaram um caso de tamanho sucesso/reconhecimento. A associação foi ganhando uma dimensão positivamente diferenciada numa cidade do semiárido baiano (e entorno) antes sem tanto destaque. A entidade promoveu resultados exitosos nas vidas de pequenos agricultores e suas famílias (com reflexos socioeducacionais mantidos), firmou parcerias nos âmbitos nacional e internacional, introduziu e estimula, permanentemente, um novo modo de operar com o sisal. Isso acabou impactando as relações socioeconômicas e gerando visibilidade/veiculações midiáticas para o município de Valente e outros da Mancha.

Em tal dinâmica, a Fundação APAEB cumpre um papel de relevo quanto à retroalimentação dos valores ancorados no projeto sociopolítico-educacional da entidade, incentivando os comportamentos socialmente diferenciados identificados na comunidade valentense e seu entorno. O processo de formação/intensificação (com os agentes religiosos italianos e

a subsequente atuação do MOC), a politização nas bases, a sustentabilidade e a autonomia dos pequenos agricultores e suas famílias se mantêm como diferenciais.

O sucesso e a continuidade dos trabalhos da APAEB/Valente devem-se, em primeira análise, à constatação de que, de sua fundação para cá, a entidade mantém viva a sua missão nos trabalhos junto aos pequenos agricultores e suas famílias. Ela conta também com um braço educacional que retroalimenta os valores disseminados e cultivados, dentre os quais a sustentabilidade, a solidariedade e a coparticipação. Neste sentido, a ONG conseguiu vencer obstáculos e se tornar, nacional e internacionalmente, um caso de referência.

Carvalho Neto e Fantini (2005, p. 4) atribuem à sua gestão comprometida, eficiente e técnica, alinhada com sua missão/valores, o sucesso da APAEB/Valente. Ao contrário de um sentido concorrente ou de lucro, como nos antigos modos de lidar com o sisal (processo pelo qual a exploração do trabalho dos pequenos agricultores não lhes gerava rentabilidade digna), a ONG inaugurou uma progressiva e diversificada gama de atividades sob o valor da sustentabilidade solidária. Assim, obteve uma “[...] retomada bem sucedida das atividades da cadeia do sisal (tradição da região, que se encontrava em declínio durante a década de 1980), como também pela grande capacidade que demonstrou de coordenar tantas atividades e tão diversas entre si” (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005, p. 5). Paralelamente, promoveu, de forma social e tecnicamente eficiente, uma mudança no comportamento ou padrão cultural com a introdução de uma

[...] racionalidade econômica dos agricultores. O trabalho de capacitação e assistência técnica e as primeiras organizações financeiras desenvolvidas pela Apaeb levaram a uma importante transformação na visão dos agricultores sobre o clima e sobre os recursos naturais do sertão, como também provocaram importantes mudanças no comportamento econômico dos sertanejos. (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 113).

Em outras palavras, a “[...] introdução de uma prática de planejamento e de inovações tecnológicas entre os agricultores, o que vem ampliando suas habilidades na gestão dos recursos naturais e financeiros [...]” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 113), fez da APAEB de Valente uma ONG exitosa. A entidade não se desviou do seu objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar, mesmo ancorada num produto que, ao longo dos últimos 50 anos, sofreu a concorrência do material sintético, enfrentou crises e sobreviveu.

Sua atuação, desde a municipalização e crescente estruturação, com reflexos na Mancha Valente, atraiu olhares da grande mídia (documentários/matérias em jornais impressos, televisionados, sites etc.). Assim, se ganhou “[...] visibilidade nacional concedida a questões locais, como a luta contra o trabalho infantil e os esforços de recuperação da cadeia do sisal, por intermédio de iniciativas concentradas nos municípios” (CARVALHO NETO; FANTINI, 2005, p. 5). Segundo Verde (2007), o que tornou o projeto da APAEB único, a ponto de ser considerado uma melhor prática ou um caso de sucesso, foram os seguintes fatores:

a) Surgiu e desenvolveu-se a partir dos movimentos de comunidade de base. b) Teve como foco principal as questões sócio-econômicas em torno de um produto agrícola de pouca expressão econômica em termos nacionais, o sisal, porém de grande importância social para a região do semiárido da Bahia e do Nordeste, onde é produzido. c) Por situar-se, ainda, em uma região considerada de escassos recursos naturais e de baixo potencial econômico, o sucesso do projeto foi surpreendente, alcançando resultados e tomando dimensões inimagináveis em sua trajetória de quase 30 anos. d) Propiciou o surgimento de lideranças que, por sua persistência e determinação, concretizaram as iniciativas coletivas e abriram espaço na economia local para a economia solidária e a transformação das condições sócio-econômicas da população local. e) A Associação consolidou-se praticamente sem apoio governamental. Para alguns representantes da APAEB, os fatores de sucesso do projeto foram a ousadia de querer fazer, o compromisso com a causa, a dedicação, o envolvimento dos agricultores e a participação de todos. (VERDE, 2007, p. 41-42).

A entidade revela, portanto, grande importância social por apoiar diretamente um número expressivo de agricultores e suas famílias e, com a ampliação do seu leque de atuação, não ter se limitado aos seus associados. Ela não pode ser considerada apenas uma cooperativa de produção, porque, ao longo do tempo, suas atividades foram muito além deste objetivo inicial, que era organizar os produtores de sisal para melhorar sua participação no mercado. Como exemplo de uma das tantas intervenções pelas quais a instituição revelou o seu caráter educacional e socialmente comprometido com o homem e a mulher do campo, Magalhães e Abramovay (2007) mencionam o lançamento, em 1995, do Programa de Convivência com a Seca,

[...] cujas diretrizes básicas eram o reordenamento da unidade produtiva familiar, o aproveitamento racional das áreas agrícolas, a preservação do meio ambiente, o gerenciamento das atividades tendo como parâmetro o mercado, a captação e o armazenamento de água, inovações tecnológicas para o armazenamento de alimentos (silos, feno, bancos de proteínas), o rebaixamento da caatinga, o aproveitamento da energia solar, o crédito e a assistência técnica. (OLIVEIRA, 2002 *apud* MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 113).

O cooperativismo e suas repercussões na Mancha Valente

A formação de uma rede associativista na Mancha Valente teve como desdobramento, em especial na década de 90 do século XX, o surgimento de formas cooperativadas de produção, cuja inspiração no cooperativismo reflete o seu caráter de “[...] movimento, filosofia de vida

e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social” (REISDORFER, 2014, p. 16).

Os referenciais fundamentais de tal modelo diferenciado de interação por cooperação são a “[...] participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual” (REISDORFER, 2014, p. 16). Nesse sentido, o cooperativismo pode ser conceituado como

[...] a escolha de um modo de vida, uma doutrina, um sistema, no qual as pessoas com atitude ou disposição consideram as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas no ambiente em que vivem. Cooperado, por conseguinte, membro parte da cooperativa, é o trabalhador rural ou urbano, profissional de qualquer atividade socioeconômica, que se associa para ativamente participar de um dos segmentos cooperativos, assumindo responsabilidades, direitos e deveres. (REISDORFER, 2014, p. 16).

Identificam-se na APAEB, no sindicato de trabalhadores rurais e em toda a rede associativista que se formou na Mancha Valente impulsos fundamentais para o surgimento de cooperativas, a exemplo das de crédito. Numa análise de sua dinâmica no Brasil, Jacques e Gonçalves (2016) reconhecem as cooperativas de crédito pelo seu diferencial papel de aplicação/investimento de recursos privados e por arcar com os “[...] correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve, trazendo benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda” (JACQUES; GONÇALVES, 2016, p. 506-507). Quanto ao município de Valente especificamente, Ferreira e Santos (2012) esclarecem que, na condição de entidades participativas,

[...] as cooperativas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) também demonstram a sua parceria como entidades colaborativas dentro das redes sociais em Valente. As cooperativas passam a atuar em vários setores da economia sejam na produção, no consumo, serviços, pequenas empresas de caráter familiar ou comunitário. Essas ações se distinguem pelo fato de incorporarem a solidariedade e a cooperação no cerne na elaboração das atividades econômicas e por considerá-las como um meio para a realização de outros objetivos que fomentam o desenvolvimento das comunidades do município. (FERREIRA; SANTOS, 2012, p. 14).

A experiência da Poupança APAEB, criada em 1990, exemplifica a cooperação com reflexos financeiros por meio da iniciativa que levou pequenos agricultores a começarem a poupar/depositar suas pontuais economias em uma conta administrada pela associação. Isso

germinou a primeira experiência de crédito orientado na Mancha Valente. Depois de sua municipalização, em 1991, a entidade articulou e foi responsável, em 1993, pela criação da

[...] Cooperativa Valentense de Crédito Rural – Coopere, derivada da experiência anterior da Poupança APAEB, do crédito concedido através de fundos rotativos e da identificação da necessidade de financiamento por parte dos pequenos agricultores, que praticamente não conseguiam acesso aos recursos públicos e privados disponíveis para financiamento, fundamentais para o crescimento de suas atividades produtivas. Após o primeiro ano de funcionamento, possuía 340 cooperados. Ao final de 2006, já superava os 10 mil. A Cooperativa tem sede em Valente e Agências em 7 municípios: Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Nova Fátima, Retirolândia, Quixabeira e, também, Valente, sendo que sua atuação abrange ainda os municípios vizinhos, totalizando 22 municípios atendidos. Mais recentemente, a Coopere transformou-se em SICOOB-Coopere, por adesão ao SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), que, por sua vez, é conveniado ao BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil), que presta serviços de compensação. A integração a estes sistemas fortaleceu a cooperativa, proporcionando mais segurança para o cooperado. O capital social do SICOOB Coopere em dezembro de 2006 era de R\$ 1,8 milhões. (VERDE, 2007, p. 13).

O surgimento de organizações sociais mais complexas a partir de 1996, como as cooperativas – por desdobramento do tecido associativista e com repercussões nas economias locais – é esclarecido por Coelho Neto (2014, p. 265), segundo o qual, nos seus funcionamentos e dinâmicas, elas formam

[...] redes microrregionais fragmentando o Espaço Sisaleiro da Bahia. A Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), formalmente fundada em 1993, constitui-se no desdobramento da atuação da APAEB-Valente, para prestação de serviços financeiros e assistência técnica aos pequenos agricultores do Espaço Sisaleiro da Bahia.

Esse mesmo autor pontua que, a partir de 2002, o cooperativismo de crédito gerou uma maior articulação (que ele caracteriza como atuação em rede) entre as experiências cooperativistas no Brasil, e que “[...] a renovação do movimento cooperativo da chamada agricultura familiar a partir da década de 1990, com a criação de uniões e confederações nacionais, reforçam essa tendência que se torna mais expressiva no início do século XXI” (COELHO NETO, 2014, p. 268).

Isso trouxe reflexos nas dinâmicas de geração/distribuição de renda entre pequenos agricultores na Mancha Valente. Em âmbito nacional, esse movimento fortaleceu-se a partir da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, cujo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável

dos Territórios Rurais (PNDSTR) foi um forte instrumento da referida política em 2003, gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Em tal processo,

[...] o estabelecimento de alianças entre as organizações assumem distintas e complexas formas e direções, pois as organizações-rede estruturadas nas escalas local e microrregional passam a integrar redes de articulação mais abrangentes na escala estadual e nacional, como são os casos redes nacionais de cooperativismo, a exemplo da Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito (SICOOB) e a Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB). (COELHO NETO, 2014, p. 274).

Nova forma de pensar/vivenciar as relações socioeconômicas a partir da APAEB

A APAEB/Valente adotou ações que contribuíram para promover uma mudança no padrão comportamental das relações socioeconômicas envolvendo pequenos agricultores e suas famílias. A entidade montou um posto de vendas para comercializar os produtos de seus associados (reduzindo, assim, os impactos da ação dos atravessadores), implantou uma central comunitária de beneficiamento (batedeira) e inaugurou uma fábrica de tapetes e carpetes (ALVES; SANTIAGO, 2006, p. 378).

Assim, progressivamente, aliando preparo técnico com valores de sustentabilidade solidária, concentrou o batimento da fibra, o beneficiamento e a comercialização dos produtos finais do sisal. Isso numa perspectiva diferenciada de politização, sindicalização, apoio e educação de um número crescente de pequenos agricultores e suas famílias.

Em outras palavras, a APAEB de Valente passou a interferir, de forma progressiva e contundente, em uma realidade desfavorável aos hipossuficientes nas relações socioeconômicas. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA, 2002) documenta que proprietários dos campos ou fazendas de sisal participavam indiretamente do processo produtivo e que intermediários agiam estabelecendo relações diretas de trabalho com os agricultores, livrando os primeiros das consequências da legislação trabalhista e do assalariamento rural. A fundação informa, neste documento, que somente 2% dos trabalhadores do setor sisaleiro possuíam registro trabalhista.

Alves, Santiago e Lima (2005, p. 28) alertam que as relações da produção sisaleira geravam “[...] uma concentração de renda na ponta mais forte da cadeia produtiva [...]”, obrigando “[...] parte dos agricultores a utilizarem o trabalho feminino e infantil no processo de produção”. Quanto ao ínfimo ganho da parte vulnerável de tal cadeia produtiva em comparação aos atravessadores, estes autores assim exemplificam a partir de dados obtidos no próprio campo numa estimativa para 10 hectares (22 tarefas) de terra cultivada:

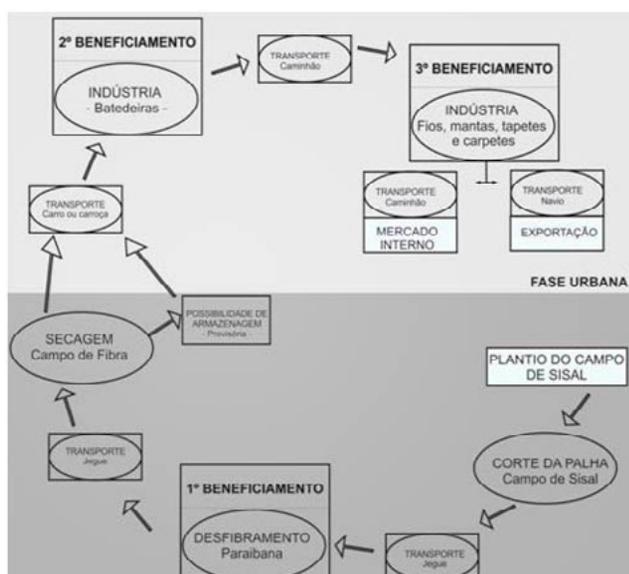
Supondo a exportação de toda a fibra resultante da colheita de um campo de 10 hectares de sisal, a receita bruta anual gerada seria de

R\$10.728,00, a qual se distribui da seguinte forma entre os elos da cadeia produtiva: o dono da bateadeira/exportador se apropria da maior parcela, o equivalente a 40,6% (R\$ 4.353,00); o dono do motor fica com 25,2% (R\$ 2.700,00); 23,8% (R\$ 2.550,00) é apropriado pelo dono do campo de sisal e 10,4% (R\$ 1.125,00), pelo grupo de seis trabalhadores ocupados com o processo de desfibramento. Em alguns casos, o dono do campo é também o dono do motor, o que proporciona uma elevação da sua receita bruta, passando para 49% do total da receita bruta gerada. No processo de desfibramento, o trabalhador consegue um rendimento de R\$ 187,50, trabalhando num campo de 10 hectares. (ALVES; SANTIAGO; LIMA, 2005, p. 45).

Em outro trabalho, Alves e Santiago (2006, p. 376, 379), ao analisarem dados da Fapesb e de outras fontes relacionadas ao tema, traçam um panorama dos aspectos tecnológicos e da forma como ocorrem as relações de produção no setor sisaleiro nordestino. Eles destacam que a APAEB de Valente, mesmo diante da realidade de “[...] baixo nível de capitalização da lavoura sisaleira, somado à falta de recursos financeiros, linhas de crédito e outros incentivos por parte do governo, além dos baixos preços pagos aos produtores [...]”, conseguiu gerar, paulatinamente, “[...] repercussões significativas no campo da socioeconomia territorial”.

Edinusia Santos (2010) caracterizou o processo de beneficiamento do sisal subdividindo-o em fase rural e urbana. No quadro representativo a seguir (Figura 14), ficam claras as etapas de tal processo, em cuja dinâmica pode-se compreender a atuação da APAEB e dos diversos agentes/sujeitos envolvidos.

Figura 14
Representação esquemática do processo produtivo do sisal



Referenciando a própria Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (2003) e Oliveira (2002), Alves e Santiago (2006) explicam que a APAEB, dentro de uma linha de desenvolvimento sustentável, aliada ao preparo técnico para lidar com a realidade local, passou a atuar, além da produção de sisal, com

[...] a criação de caprinos, ovinos e abelhas, assim como o comércio dos produtos oriundos dessas atividades (mel de abelhas, carnes, peles, artesanato, leite e derivados). Para dar suporte à produção, a entidade mantém instalados, na sede do município de Valente, um “Laticínio da Cabra” (produzem-se leite pasteurizado, doce de leite em creme e em barra, iogurtes e queijos), um curtume (compra, venda, curtimento de pele e fabricação de produtos artesanais e industriais a partir da pele caprina), um posto de vendas (supermercado regulador de preços), uma associação de artesãs, uma loja de produtos artesanais, um fundo rotativo e uma cooperativa de crédito (ofertar crédito aos agricultores sócios da Apaeb para o financiamento da produção agropecuária). (ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA, 2003 *apud* ALVES; SANTIAGO, 2006, p. 378).

Santos (1999, p. 39), ao falar sobre a aquisição da batedeira comunitária pela associação e sua instalação no município de Valente, ressalta o impacto na regulação do preço do sisal e informa que ela se manteve como a fornecedora de fibra para a indústria de tapetes e carpetes implantada pela APAEB. A referida indústria é a principal consumidora do sisal da batedeira, absorvendo, segundo o autor, cerca de 50% da totalidade da sua própria produção. Santos ainda explica que o processo produtivo do tapete começa com a passagem da fibra pelas “paraibanas”, máquinas desfibriladoras do sisal (primeiro beneficiamento). Depois, a fibra natural percorre um itinerário até chegar às batedeiras, nas quais outra etapa do processo de beneficiamento ocorre. Em tal fase, a fibra já pode ser vendida para outros mercados internos ou externos.

Com o aumento das exportações, tanto da fibra como de seus produtos, houve crescimento da renda de Valente (com reflexos na Mancha), ampliação no recolhimento de tributos e, portanto, um aquecimento da economia local, tendo como principal responsável a fábrica (SANTOS, 1999). Em outras palavras, a implantação da indústria de tapetes e carpetes pela APAEB em Valente refletiu em uma maior valorização do sisal, propiciou benfeitorias aos pequenos produtores da região, influenciando positivamente a economia da cidade, através da geração empregos e novas oportunidades de negócios.

Nos seus quatro campos de atuação (educativo, agropecuário, comercial e industrial), a entidade tem contribuído para a formação de comportamentos diferenciados em Valente, com reflexos nos demais municípios integrantes da Mancha. Dessa forma, retroalimenta, nos camponeses da região e em suas famílias, valores de sustentabilidade, solidariedade, cooperação, reforçando a necessidade do preparo adaptativo às condições climáticas da região.

É possível dimensionar também os impactos socioeconômicos da APAEB na Mancha Valente a partir da geração de empregos. Segundo Alves e Santiago (2006, p. 379), a partir de referência a Oliveira (2002), no início dos anos 2000, a entidade era responsável por “[...] 29,8% do total de empregos do município de Valente, perdendo apenas para a prefeitura, responsável por 38,2% dos empregos ofertados no município”. No início daquela década, já se percebia o variado leque de atuação da entidade interferindo em processos de geração de renda, assistência técnica e educação.

A associação mantém diversas atividades voltadas para a educação e cultura, a comunicação e a convivência com a seca. Nesta linha, podem ser citados a Escola Família Agrícola, o Clube Social, o Centro Cultural (cuja sede está em fase de construção), a rádio FM comunitária, um provedor e sala de acesso à internet (Sertão NET), a TV Valente (TV itinerante), o Fórum da Cidadania (que reúne as diversas entidades da sociedade civil de Valente), o jornal Folha do Sisal e os informativos Folha da APAEB e Folha do Associado. [...] Na linha da extensão rural, a APAEB tem exercido alguns esforços de assistência técnica que abrangem as dimensões técnica e educativa dos seus associados, por dispor, em seus quadros, de técnicos de nível superior e médio, para prestar este tipo de serviço de forma mais sistemática [...] A APAEB não restringe a compra de matéria-prima apenas ao seu associado, bem como não pratica preços diferenciados entre estes dois tipos de fornecedores. Entretanto, cada sócio que fornece o produto de forma sistemática, após 1 ano, é contemplado com um bônus de 3%. A APAEB compra entre 5 a 5,5% de toda a produção do Estado da Bahia. (OLIVEIRA, 2002 *apud* ALVES; SANTIAGO, 2006, p. 378-379).

Para Santos (1999), a APAEB de Valente é um destacado exemplo de empreendedorismo exitoso, que se consolidou a partir de um germinal projeto associativista no semiárido baiano. Sua feição cooperativista se robusteceu tecnicamente, passou a ter uma aceitação no mercado internacional, consolidou o potencial da fibra natural sisalana e gerou distribuição de renda e empregos. Isso promoveu a fixação e a manutenção de milhares de pessoas na região (oriundas de famílias pobres).

Assim, diante de toda constatação de que a APAEB/Valente se constituiu em um dos agentes responsáveis pela menor pobreza na Mancha Valente, finalizamos essa seção deixando algumas reflexões como convites às colaborações dos leitores(as) em possíveis futuros estudos e análises sobre a temática. O primeiro deles se relaciona com a necessidade de investigar as causas que tornaram a APAEB de Valente diferenciada das demais e um exemplo de entidade exitosa em face de outras ONGs inseridas em contextos semelhantes ou até mais favoráveis. Em outras palavras, por que esta entidade cresceu e se consolidou numa região pobre, com

agricultores pobres e um produto que se constitui numa *commodity* (pouco importante tanto politicamente como economicamente nos cenários global, nacional e regional)?

O segundo ponto a ser refletido é justamente compreender, com maior especificidade, se o projeto político-social dos fundadores e apoiadores dessa entidade impactou (ou impacta) o comportamento das pessoas, gerando valores de cooperação, solidariedade, autonomia, sustentabilidade, atitude proativa, empreendedora e inovadora. Já a terceira reflexão que convidamos ao leitor fazer é se, de fato, a APAEB de Valente formou uma espécie de território próprio – ancorado no seu projeto sociopolítico-econômico de desenvolvimento – dentro da região sisaleira, extrapolando a Mancha Valente quanto aos impactos da sua atuação diferenciada de tantas outras associações. Por fim, enxergamos como relevante compreender quais aprendizados podem ser extraídos desta experiência exitosa para elaboração de políticas públicas, dado o atual padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial, brasileiro e baiano, com características periféricas e com ampla desigualdade.

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA MANCHA VALENTE: ANÁLISES DE PERCEPÇÕES ESTATÍSTICAS

Como pudemos observar no levantamento histórico da região, a Mancha Valente tem grande parte da sua economia agrícola-industrial centrada na produção de sisal. Entretanto, a Mancha abriga apenas oito dos grandes municípios produtores de sisal *in natura* do estado da Bahia. Juntos, eles representaram apenas 18% de toda produção estadual em 2016, sendo que os municípios de Candeal e Ichu, naquele ano, não tiveram produções significativas de sisal.

Analisando-se a produção de todo o estado da Bahia, tem-se a percepção de que diversos municípios não abrangidos pela espacialização da Mancha – cujo conceito não leva em consideração apenas a renda gerada pela produção – apresentam, atualmente, resultados bastante significativos em termos de produção de sisal. Há certa concentração, fazendo com que apenas oito municípios (dentre os quais, somente três integram a Mancha) respondam por mais de 77% da produção estadual, conforme pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4
Maiores municípios produtores de sisal – Bahia – 2016

Municípios	Produção em (t)	Participação (%) Estadual	Participação (%) Estadual Acumulada
Campo Fromoso	61.050	34,7	34,7
Araci	17.659	10	44,7
Conceição do Coité	15.105	8,6	53,3
Santa Luz	15.000	8,5	61,8
Valente	9.000	5,1	67
Jacobina	7.000	4	70,9
Ourolândia	6.000	3,4	74,4
Retirolândia	5.040	2,9	77,2
Total do Estado	175.931	100	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

Quando o foco da análise se dirige aos municípios que compõem a Mancha Valente, os montantes das produções são menos expressivos. Do ponto de vista econômico, tais resultados permitem inferir sobre a especialização do município de Valente no que tange à sua posição na cadeia produtiva, que, dada a sua estruturação cooperativista, aglutina um grande número de trabalhadores que se organizam e laboram nas fases finais de produção.

Nesse sentido, a vocação de Valente aponta, pelo seu histórico produtivo, muito mais para a produção final, o que possibilita uma maior agregação de valor. Porém, entre as suas atividades econômicas, também são importantes o beneficiamento e a transformação de matérias-primas oriundas da sua produção primária e de diversos municípios produtores de sisal.

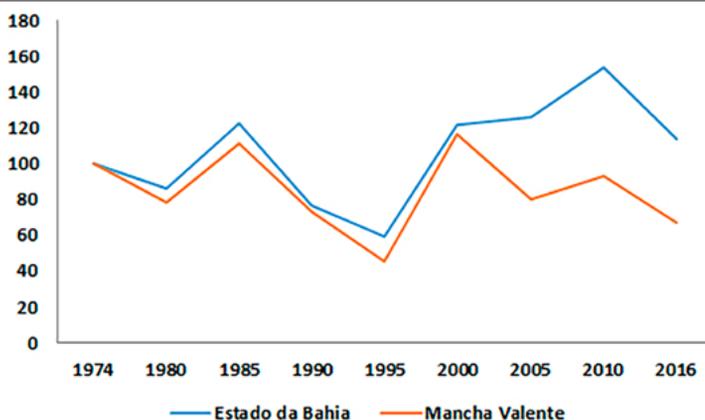
A Tabela 5 explicita as produções de sisal nos municípios que compõem a Mancha Valente.

Municípios	Produção em (t)	Participação (%) na Mancha
Candeal	-	-
Ichu	-	-
Conceição do Coité	15.105	47,2
<i>Valente</i>	<i>9.000</i>	<i>28,1</i>
Retirolândia	5.040	15,8
São Domingos	2.430	7,6
Nova Fátima	212	0,7
Riachão do Jacuípe	205	0,6
Total da Mancha	31.992	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

A produção de sisal, tanto da Bahia quanto da Mancha Valente, tem apresentado, ao longo do tempo, um comportamento oscilante que pode estar relacionado a fatores climáticos, econômicos ou características sazonais típicas do produto, conforme pode ser visualizado na figura seguir (Gráfico 3).

Gráfico 3
Tendência da produção de sisal – Estado da Bahia/Mancha Valente – 1974/2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

Ao se verificarem as demais produções das lavouras na Mancha Valente, fica constatado que, além do sisal, com maior valor de produção, destacam-se apenas os produtos da lavoura de subsistência, a exemplo do feijão, do milho e da mandioca. O total do valor de produção (VP) das lavouras dos municípios da Mancha coloca Valente como o segundo de maior geração de valor. Agregando-se as culturas permanentes e temporárias, Valente é superado apenas pelo município de Conceição do Coité, duas vezes maior em território e com mais do dobro da população de Valente.

Buscando entender por que Valente está entre os 46 municípios com menor incidência de pobreza relativa – observada do ponto de vista multidimensional –, torna-se necessário lançar mão de outros indicadores que permitam identificar fatores que tenham concorrido para posicionar o município no Grupo A do citado trabalho de pobreza. Vale ressaltar que os municípios do referido grupo são, em geral, os de maior magnitude econômica, ou maior população, ou mesmo aqueles que são referência regional na oferta de produtos e serviços.

Do exposto, aprimorando o foco para o município de Valente e tendo em vista todo processo histórico apresentado anteriormente que perpassou não somente nesse município, mas também nos demais da mancha, serão sistematizados alguns indicadores que possam dar pistas sobre aspectos multidimensionais que apontem uma melhoria dos índices socioeconômicos.

Panorama do pessoal ocupado e rendimento

No que tange à ocupação, segundo o último censo demográfico, publicado pelo IBGE em 2010, os números corroboram a afirmação de que o município de Valente apresenta especialização em relação à produção final de bens oriundos das fibras de sisal. Ao se verificarem as participações setoriais em tal município, quanto à composição das alocações da força de trabalho, 30,9% dos trabalhadores estão na agropecuária, sendo este o menor percentual entre os municípios da Mancha Valente. Em contrapartida, 16,9% dos trabalhadores estão vinculados ao segmento da indústria de transformação – o que reforça a ideia de especialização –, revelando-se como a maior concentração percentual dentre os municípios da Mancha, conforme a Tabela 6.

Tabela 6

Pessoal ocupado de dez anos ou mais por setor de ocupação – Municípios da Mancha Valente – 2010

Municípios da Mancha Valente	Total	Agropecuária	%	Indústrias extrativas	%	Indústrias de transformação	%	Serviços	%
Candeal	4.010	2.509	62,6			96	2,4	1.405	35
Conceição do Coité	29.832	10.964	36,8	34	0,1	3.464	11,6	15.370	51,5
Ichu	2.208	857	38,8	5	0,2	107	4,8	1.239	56,1
Nova Fátima	3.211	1.311	40,8	32	1	140	4,4	1.728	53,8
Retirolândia	5.326	1.932	36,3	10	0,2	430	8,1	2.954	55,5
Riachão do Jacuípe	13.792	4.592	33,3	21	0,2	980	7,1	8.199	59,4
São Domingos	4.499	1.953	43,4	41	0,9	317	7	2.188	48,6
Valente	12.058	3.724	30,9	37	0,3	2.036	16,9	6.261	51,9
Total	74.936	27.842	37,2	180	0,2	7.570	10,1	39.344	52,5

Fonte: Censo Demográfico (2010).
Nota: Cálculos próprios.

Pela ótica do valor agregado dos setores de atividade econômica do produto interno bruto (PIB) na área da Mancha, os municípios de Candeal, Ichu, Retirolândia, São Domingos e Valente têm maior preponderância da atividade pública (APU) como segmento que mais contribui para a formação do PIB. Já os municípios de Conceição do Coité, Nova Fátima e Riachão do Jacuípe têm o setor de serviços como principal gerador de riquezas.

Tal constatação reforça, quando cruzada com os dados da ocupação, a percepção de que há, simultaneamente, uma grande concentração de mão de obra no setor de serviços. Em Conceição do Coité, por exemplo, os resultados oriundos do PIB confirmam as características do município que, pelo seu maior porte, estabelece-se como um grande provedor regional de serviços.

Ainda em relação à ocupação, especialmente no que diz respeito ao percentual de trabalhadores que produzem para o autoconsumo, dentre o total dos ocupados em 2010, verifica-se que a média do total da Mancha Valente é 14,9%, enquanto o município de Valente, com grande percentual de trabalhadores na indústria de transformação, exibe o menor percentual (9,9%), bem próximo à média estadual (9,3%). Vale lembrar que os maiores percentuais são observados nos municípios de Candeal (30,7%) e Ichu (19,6%).

Os resultados obtidos no Censo Demográfico (2010) do IBGE acerca dos rendimentos dos ocupados na Mancha Valente em 2010 evidenciam que, embora com valores abaixo do salário mínimo vigente na época, Valente apresentou os maiores rendimentos entre os municípios da Mancha. Mais uma vez, os números confirmam uma situação menos grave em Valente, sobre a qual é possível inferir que os processos de cooperativismo e associativismo têm resultado em uma melhoria dos rendimentos da população ocupada, conforme se vê na Tabela 7.

Tabela 7	
Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal de pessoas com 10 anos ou mais de idade – Município da Mancha Valente – 2010	
Municípios da Mancha Valente	Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal em Reais (*)
Candeal	277,5
Conceição do Coité	342,5
Ichu	323,3
Nova Fátima	308,7
Retirolândia	316,1
Riachão do Jacuípe	322,8
São Domingos	332,8
<i>Valente</i>	<i>371,7</i>

Fonte: Censo Demográfico (2010).
Notas: Cálculos próprios.

(i) Valor do salário-mínimo em 2010 = R\$ 477,19

Aspectos sociais reforçam positivamente a Mancha e Valente em especial

Objetivando ampliar o conhecimento sobre rendimentos e ocupação, pode-se agregar outro indicador, que, de maneira indireta, contribui para outra leitura e raciocínio sobre a situação de Valente. Vale ressaltar que os indicadores que posicionaram o município de Valente entre aqueles com menor proporção de pobreza foram elaborados com informações cuja base de dados tinha o ano de 2010 como referência. Para este fim, será observado, na Tabela 8, o grau de dependência da população em relação ao Programa Bolsa Família, pressupondo-se que, quanto maior a proporção do número de beneficiários em relação à população residente, mais crítica será a situação do município em relação à pobreza.

Com base nas informações do Bolsa Família, vê-se que o município de Valente tem a menor dependência do referido programa. Isso reforça a ideia de que a população municipal tem uma condição de renda diferenciada, que, embora abaixo do salário mínimo da época, consegue ser superior à dos demais municípios da Mancha e igual à proporção do estado da Bahia.

Municípios da Mancha Valente	Relação Beneficiário do Bolsa Família / População em 2010
Candeal	61
Conceição do Coité	53,8
Ichu	59,4
Nova Fátima	53,3
Retirolândia	59,3
Riachão do Jacuípe	49,1
São Domingos	47,9
<i>Valente</i>	<i>44,2</i>
Bahia	44,2

Fonte: Censo Demográfico (2010).

O grau educacional da população tem uma grande influência na inserção dos cidadãos no mercado de trabalho, pela possibilidade de alcançarem melhores rendimentos ao venderem sua força de trabalho e pela maior capacidade e conhecimento para empreenderem alguma atividade econômica.

Nesse sentido, como visto nas duas tabelas anteriores (tabelas 7 e 8), em Valente, encontram-se os maiores valores de rendimento médio e o menor número de dependentes do Programa Bolsa Família. Para ampliar e corroborar o raciocínio, a seguir, mostra-se Valente com o menor percentual de analfabetos com 15 anos ou mais de idade entre os municípios da

⁷ Dados extraídos do banco de dados do Ministério da Cidadania – CadÚnico.

Mancha – embora essa proporção ainda seja alta –, sendo esse índice ligeiramente inferior ao registrado pelo estado da Bahia.

Tabela 9	
Taxa de analfabetismo – Municípios da Mancha Valente/Bahia – 2010	
Municípios da Mancha Valente e Bahia	Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade
Candeal	25,73
Conceição do Coité	19,84
Ichu	14,24
Nova Fátima	23,62
Retirolândia	19,21
Riachão do Jacuípe	18,01
São Domingos	22,14
<i>Valente</i>	<i>16,15</i>
Bahia	16,25

Fonte: Censo Demográfico (2010).

O raciocínio de que o associativismo e a organização social dos trabalhadores vinculados a cooperativas poderiam ser um fator de melhora da distribuição dos rendimentos se confirmou, principalmente pela ampliação da escala de produção permitida pelo cooperativismo.

Com base nos resultados censitários de 2006, período anterior ao dos levantamentos do trabalho de pobreza, tende-se a confirmar tal ideia, ao colocar o município de Valente como aquele em que a agricultura familiar está mais vinculada ao cooperativismo, como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10	
Agricultura familiar associada a cooperativas – Municípios da Mancha Valente/Bahia – 2006	
Municípios da Mancha Valente e Bahia	Percentual de estabelecimentos da agricultura familiar associado a cooperativas
Candeal	0,16
Conceição do Coité	0,02
Ichu	0,96
Nova Fátima	1,74
Retirolândia	1,26
Riachão do Jacuípe	0,46
São Domingos	2,03
<i>Valente</i>	<i>3,1</i>
Bahia	0,3

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

Como já bastante explorado na literatura sobre a produção de sisal na Bahia, a organização dos trabalhadores se construiu, principalmente, em torno do referido produto. Como o município de Valente é aquele em que mais se processa a elaboração de bens finais oriundos do sisal, era de se esperar que os estabelecimentos da agricultura familiar apresentassem um forte grau de especialização. Isso pode ser comprovado ao se fazer

a leitura da Tabela 11, na qual Valente se apresenta com o maior grau de especialização entre os municípios da Mancha.

Tabela 11	
Grau de especialização da produção – Municípios da Mancha Valente e Bahia – 2006	
Municípios da Mancha Valente e Bahia	Percentual de Estabelecimentos da Agricultura Familiar Associado a Cooperativas
Candeal	33,1
Conceição do Coité	34,5
Ichu	31,5
Nova Fátima	43,9
Retirolândia	40,6
Riachão do Jacuípe	44,0
São Domingos	40,9
<i>Valente</i>	<i>45,1</i>
Bahia	33,8

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

CAPÍTULO 3

MUCURI

SEF

106

Série Estudos e Pesquisas

CICLOS ECONÔMICOS DO EXTREMO SUL E A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE DE PAPEL E CELULOSE

Esse capítulo trata do caso de Mucuri, último município objeto desse estudo. Para início dessa análise, é importante destacar a dinâmica da pobreza de Mucuri por apresentar um desempenho positivo significativo na dimensão renda, dentre o conjunto dos fatores que compõem a análise que identificou esses casos especiais de municípios pobres. A dimensão da renda apresentou um peso expressivo para classificar esse município em uma situação especial, mas não somente essa dimensão garantiu tal condição. Os desempenhos dos demais fatores, como saúde, moradia, educação e demografia, também foram essenciais para que Mucuri exibisse uma presença de pobreza relativa menos acentuada em relação aos demais municípios do estado. Somado a isso, Mucuri se destaca, em comparação com os seus vizinhos imediatos na Bahia, por ser o único pertencente ao grupo com menor incidência de pobreza relativa do estado. Todos os demais municípios circunvizinhos estão fora desse conjunto. Tendo em vista esses aspectos, buscou-se também, tal como os casos apresentados nos capítulos passados, caracterizar o processo socioeconômico de Mucuri, identificando seus principais elementos e a sua articulação com os demais municípios com os quais ele se relaciona. O capítulo, portanto, segue estruturado buscando, primeiramente, identificar os ciclos econômicos pelos quais Mucuri passou, buscando destacar sua fase mais recente, caracterizada pela atividade agroindustrial de papel e celulose. Após isso, uma compreensão regionalizada dos papéis desempenhados por Mucuri dentro da rede de cidades é apresentada com o intuito de compreender suas relações com outros municípios da região (em especial Teixeira de Freitas) e como a sua configuração influencia na menor incidência de pobreza em seu território.

Mucuri é um município baiano do território de identidade¹ Extremo Sul, fronteira aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A área de Mucuri abrange 1.781 km² (ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS, 2013, p. 165), e o município apresentou, no ano de 2018, população estimada em 41.221 habitantes, conforme a projeção do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a). Atualmente, esse município é reconhecido pela sua principal atividade econômica: a agroindústria de papel e celulose. Não apenas Mucuri, mas

¹ Conforme a Lei 13.214 (BAHIA, 2014), o território de identidade se configura como “[...] a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais [...] formados de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem”.

grande parte da região Extremo Sul tem como característica a presença significativa do cultivo do eucalipto, atribuindo uma vantagem comparativa para a indústria de papel e celulose.

Por sua vez, esse território de identidade ocupa

[...] uma área de quase 18.536 km² (CENSO DEMOGRÁFICO, 2010), o que corresponde a aproximadamente 3,9% do território estadual. O território de identidade é composto administrativamente pelos municípios de Alcobça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2015, p. 207).

A seguir, na Tabela 12, são apresentados dados sobre a população dos municípios que compõem o Extremo Sul do estado para alguns anos selecionados.

Tabela 12
População residente e taxas de crescimento populacional – Bahia/TI Extremo Sul – 1991/2018

Região Geográfica	População	Taxa	População	Taxa	População	Taxa	População	Taxa	População
	1991	1991-2000	2000	2000-2010	2010	2010-2016	2016	2016-2018	2018
Bahia	11.867.336	10,3%	13.085.769	7,1%	14.016.906	9,0%	15.276.566	-3,0%	14.812.617
TI Extremo Sul	334.154	11,4%	372.170	12,0%	416.859	10,6%	461.223	-2,5%	449.878
Alcobça (BA)	15.411	35,6%	20.900	1,8%	21.271	9,7%	23.331	-3,8%	22.449
Caravelas (BA)	19.764	1,7%	20.103	6,5%	21.414	5,8%	22.646	-3,1%	21.937
Ibirapuã (BA)	8.291	-14,4%	7.096	12,1%	7.956	10,6%	8.796	-2,4%	8.581
Itamaraju (BA)	64.307	-0,3%	64.144	-1,7%	63.069	6,7%	67.305	-4,1%	64.521
Itanhém (BA)	23.225	-8,1%	21.334	-5,2%	20.216	1,7%	20.554	-5,1%	19.499
Jucuruçu (BA)	16.011	-22,7%	12.377	-16,9%	10.290	-2,5%	10.032	-7,6%	9.272
Lajedão (BA)	3.818	-10,7%	3.409	9,5%	3.733	8,4%	4.046	-2,8%	3.934
Medeiros Neto (BA)	23.059	-7,9%	21.235	1,5%	21.560	9,2%	23.535	-3,7%	22.659
Mucuri (BA)	17.606	59,4%	28.062	28,4%	36.026	15,4%	41.587	-0,9%	41.221
Nova Viçosa (BA)	25.569	25,4%	32.076	20,2%	38.556	13,2%	43.648	-1,6%	42.950
Prado (BA)	22.631	17,1%	26.498	4,3%	27.627	6,0%	29.273	-3,8%	28.152
Teixeira de Freitas (BA)	85.547	25,6%	107.486	28,7%	138.341	15,5%	159.813	-0,9%	158.445
Vereda (BA)	8.915	-16,4%	7.450	-8,7%	6.800	-2,1%	6.657	-6,0%	6.258

Fonte: Censo Demográfico (2010) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a).

É expressiva a taxa de crescimento populacional no TI Extremo Sul na década de 1990 e nos anos 2000 como um todo. Em 2010, essa população ultrapassou 400 mil pessoas, apresentando uma taxa de crescimento de 12% entre os anos 2000 e 2010, valor maior que a taxa de crescimento da população da Bahia. Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, em particular, tiveram percentuais de crescimento bastante acima dos índices do estado da Bahia, entre 1991 e 2000, 2000 e 2010 e 2010 e 2016. Na década de 1990, o crescimento populacional esteve relacionado com o período de construção e início das operações da Bahia Sul Celulose (atual Unidade Mucuri da Suzano Papel e Celulose), o que explica a variação expressiva de

59,4% na população de Mucuri entre 1991 e 2000. O período entre 2016 e 2018, por sua vez, foi de retração populacional no TI e no estado da Bahia como um todo, sendo que, nesses três municípios, a diminuição ocorreu a uma taxa menor que a do estado e a do próprio TI agregado. Pelos textos seguintes, pretende-se caracterizar alguns elementos socioeconômicos que se relacionam com essa dinâmica populacional.

Tendo atravessado profundas mudanças socioeconômicas nas últimas décadas, com um crescimento populacional significativo no período 1990-2016 (Tabela 12)², o Extremo Sul da Bahia “assumiu várias estruturas espaciais”, sendo “sempre uma região agroexportadora”. Nota-se como a região, até o século XIX, “[...] era fonte de produção de café, farinha, cacau, cana-de-açúcar, pecuária, algodão, aguardente, extração de madeira, etc., para suprir mercados externos, inclusive o de Salvador” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995, p. 17). Também nesse sentido, anteriormente à fase de expansão da agroindústria de papel e celulose, em especial entre os anos de 1970 e a década de 1990, Mucuri e região tinham como principais atividades econômicas a pecuária e o extrativismo da madeira.

Como apontado no estudo *Dinâmica Sociodemográfica da Bahia – 1980-2000* (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003b, p. 235):

A região permaneceu escassamente povoada e com precária integração ao conjunto do estado até a metade do século XX, quando esse isolamento parcial foi rompido. A partir dos anos 1950, com a maior expansão do cultivo do cacau, da pecuária e da exploração da madeira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação que dinamizou, gradativamente, a vida econômica e estimulou o povoamento de áreas até então pouco habitadas ou sem aproveitamento econômico.

Um aspecto importante a ser destacado está na relação entre os diferentes ciclos econômicos no Extremo Sul da Bahia, consideravelmente atravessada pelo desenvolvimento da sua infraestrutura de transportes. Entre a construção da estrada de ferro Bahia-Minas, no início do século XX, e a construção e desenvolvimento da BR-101, nessa microrregião baiana, a extração de madeira, a pecuária e, posteriormente, o complexo de papel e celulose e o turismo foram se sucedendo como as atividades econômicas principais, em conexão com a dinâmica da infraestrutura de transportes.

Essa dinâmica fomentou, ao sul da Bahia, a formação de cidades importantes “[...] fora da faixa litorânea, como os povoados de Eunápolis e Teixeira de Freitas” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003b, p. 236), em bases que estão diretamente ligadas às desigualdades que se perpetuam através da colonização desse território, como

² Taxa de crescimento populacional superior à de períodos anteriores (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2003b, p. 238-239). Entre 1980-1991 e 1991-2000, por exemplo, as taxas foram de 1,42% e 2,48%, respectivamente.

a concentração fundiária, a desestruturação de modos de vida e a degradação ambiental (ACSELRAD, 2007, p. 5-6; FERREIRA, 2002, p. 159-161; OLIVEIRA, 2014, p. 22-23, 160-162). Em outros textos desse capítulo, traremos alguns elementos que relacionam a formação do complexo de papel e celulose na região com a evolução das características socioeconômicas e de renda no território de identidade Extremo Sul, bem como com a sua infraestrutura de transportes e formação da rede urbana.

Dessa maneira, desde meados dos anos 1940 e especialmente a partir da década de 1970, também é possível identificar um conjunto de incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal com o objetivo de desenvolver a silvicultura e o complexo de papel e celulose em todo o país, particularmente no contexto dos investimentos do plano de metas e do II Plano Nacional de Desenvolvimento³ – um fluxo de incentivos em nível nacional que teria efeitos significativos no Extremo Sul da Bahia. É nesse momento que, tendo em vista as excelentes condições edafoclimáticas e o crucial financiamento e a participação acionária do Sistema BNDES (JORGE, 1992, p. 136), o plantio de eucalipto ganhou maior notoriedade na microrregião, que hoje é uma das mais produtivas do mundo. O principal destino da sua produção é a indústria de papel, capitaneada na Bahia por duas grandes multinacionais de referência global.

Uma dessas indústrias está localizada justamente no município de análise desse estudo: Mucuri. Trata-se da Suzano Papel e Celulose, uma das maiores empresas do mundo no setor. Foi criada no ano de 1987, com o nome de Bahia Sul Celulose S.A., e tinha como sócias a Cia. Suzano Papel e Celulose e a Cia. Vale do Rio Doce. Segundo Jorge (1992, p. 135), as “[...] atividades florestais na área de Mucuri (Ba) começaram em meados da década de setenta, quando a CVRD plantou, até 1978, cerca de 35 mil ha de eucaliptos”. Em 1992 se iniciou a produção de celulose, e, em 1993, a produção de papel. Ressalta-se que o processo de formação da Bahia Sul Celulose S.A. se encaixava “[...] no protótipo de ‘projeto ideal’ para o setor, na década de noventa”, quando “a política de incentivos fiscais estabeleceu condições privilegiadas para a integração vertical das empresas e para a montagem da base florestal dos futuros empreendimentos” (JORGE, 1992, p. 64). Havia também presença estatal no desenvolvimento tecnológico nacional, em particular dos órgãos de pesquisa mantidos ou associados ao governo, que, no setor de papel e celulose, esteve centrado no “aprimoramento do processo produtivo” (JORGE, 1992, 68-69).

Em 2004, a Cia. Suzano Papel e Celulose realizou a compra de todas as ações ordinárias, assumindo completamente a propriedade da empresa, passando a se chamar Suzano Papel e Celulose S.A. Atualmente, diversos municípios do Extremo Sul fazem parte do seu complexo de negócios, ofertando à empresa o eucalipto necessário para a sua produção industrial (Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas).

³ O “desenvolvimento da indústria de papel e celulose no Brasil” foi marcado, nesse período, pela presença significativa do Estado, com financiamentos e renúncias fiscais (entre outros aspectos), sendo um elemento-chave para compreender os processos de integração vertical e consolidação de líderes de grande porte no setor. O Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC), por exemplo, elaborado no contexto do II PND, visava “[...] tornar o Brasil autossuficiente na produção de papel e, além de garantir o suprimento do mercado interno de celulose, gerar excedentes em escala para exportação [...]”, com uma disposição que pareceu indicar inclusive o uso de “vários artifícios escusos” (ROCHA, 2002, p. 5-6). Ver também Jorge (1992, p. 27, 34, 36-37, 40) e Monteiro (1981, p. 35) a respeito.

Considera-se, nesse sentido, que a presença e o desenvolvimento da economia de base florestal⁴ no Extremo Sul da Bahia são elementos centrais para se compreender, entre outras variáveis, a situação de pobreza e vulnerabilidade social relativamente menores em Mucuri. Pensar tal situação de maneira articulada à hegemonia dessa economia requer, por sua vez, localizá-la na estrutura econômica do território baiano, “[...] globalizada, concentrada espacialmente, setorialmente e socialmente [...]”, além de apresentar “[...] uma grande desigualdade social e regional [...]” e estar às margens das dinâmicas de investimentos, usualmente concentradas na Região Sudeste. O território de identidade Extremo Sul da Bahia forma parte de um dos “[...] pilares de sustentação do padrão periférico e complementar [...]” baiano, caracterizado “[...] pela integração ao agronegócio brasileiro e mundial” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014, p. 167-168).

Nos vários textos que compõem esta análise, portanto, pretende-se compartilhar informações sobre a formação da agroindústria de base florestal monocultora em Mucuri e entorno, buscando relacionar a situação de menor pobreza relativa desse município às dinâmicas socioeconômicas da agroindústria e suas interações com a rede urbana ao seu redor. Nesse sentido, destaca-se especialmente a cidade de Teixeira de Freitas, de maior expressividade populacional na região e atrelada a um outro pilar do padrão periférico e complementar, ligado à constituição de centros urbanos a partir da “formação de uma rede de transporte rodoviário”, no caso a BR-101 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2014, p. 168-169), e “ao dinamismo do setor de comércio e serviços” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2015, p. 212). Consideram-se, dessa maneira, quais seriam os elementos que sustentam ou colocam em risco esses menores índices de pobreza relativa no município, em particular aqueles ligados aos ciclos econômicos, às desigualdades e à pobreza na microrregião.

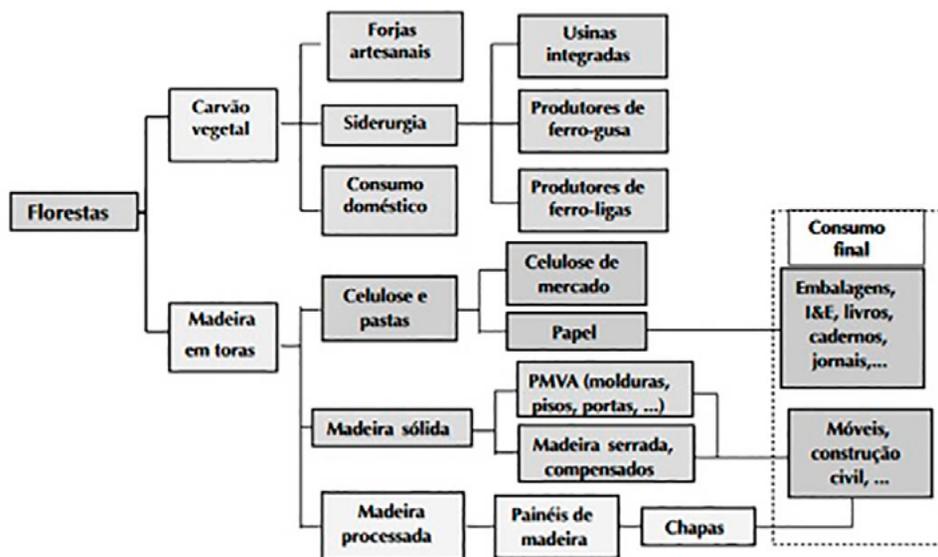
COMPLEXO INDUSTRIAL DE PAPEL E CELULOSE: CARACTERÍSTICAS, PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO E REPERCUSSÕES SOCIAIS

Como anteriormente mencionado, o estabelecimento das atividades do complexo de papel e celulose esteve inserido em um contexto histórico de políticas estatais voltadas ao desenvolvimento do setor de celulose na região, com vistas à autossuficiência nacional e à exportação. Nesse sentido, para compreender as condições de seu estabelecimento e desenvolvimento no Extremo Sul baiano, é fundamental considerar as características desse complexo, como a sua intensidade em capitais e energia, o uso extensivo do território – com fortes impactos ambientais e paisagísticos –, a baixa intensidade de geração relativa de emprego, sua tendência à verticalização produtiva e sua demanda por infraestrutura de transporte para escoamento da produção, como rodovias e portos (ROCHA, 2002, p. 13).

⁴ Entre estes segmentos, destaque para celulose, celulose solúvel e papel, além de serrados, madeira tratada, móveis, carvão vegetal, biomassa e resíduos florestais, que alimentam, principalmente, o agronegócio e a indústria de bioenergia.

As fábricas relacionadas ao complexo de papel e celulose são parte das atividades que estruturaram espacial e historicamente a região do Extremo Sul da Bahia desde o final do século XX. O complexo de papel e celulose é composto pelas atividades florestais dedicadas ao plantio e extração de madeira (eucalipto ou pinus) e pelas atividades de processamento dessa madeira para diferentes finalidades, entre elas toras para produção de papel e celulose e a geração de energia (carvão vegetal, licor negro). Além da produção direcionada para papel e celulose, essa economia florestal também envolve outros destinos para a madeira, como na produção de móveis e painéis. A seguir, a figura abaixo apresenta um diagrama da cadeia produtiva relacionada aos produtos florestais, retirada do Panorama Setorial: Setor Florestal, Celulose e Papel.

Figura 15
Diagrama da cadeia produtiva de produtos florestais



Fonte: Dores e outros (2007).

A produção florestal do Extremo Sul está concentrada nos produtos de papel e celulose. A Suzano Papel e Celulose, principal empresa do setor na microrregião, tem em seu portfólio de produtos “[...] papel ‘imprimir e escrever’ revestido e não revestido, papel cartão, papel tissue, celulose de mercado e celulose fluff”, sendo que a Unidade Mucuri produz celulose de mercado e papéis tissue e de imprimir e escrever (SUZANO PAPEL E CELULOSE, 2018, 2019a).

Em nível internacional, o setor de papel e celulose tem passado por processos de reestruturação competitiva, no período recente, conforme aponta Oliveira (2014, p. 40).

A análise da atuação das principais empresas transnacionais do setor de papel e celulose demonstra o processo de reestruturação

efetuado a partir dos anos 2000, no sentido de reduzir o número de funcionários sem afetar o volume de vendas, realizado a partir de fusões de grandes empresas de âmbito global e da incorporação de novas tecnologias capazes de aumentar a produtividade e a economia de escala.

A introdução desse complexo agroindustrial trouxe transformações econômicas expressivas para o município de Mucuri e vizinhos produtores de eucalipto. A produção ganhou expressividade, e o estado chegou a alcançar a marca de segundo maior produtor de papel e celulose do país, voltado para atender o mercado externo (ALMEIDA *et al.*, 2008; SOUZA; OLIVEIRA, 2002). Somada a isso, a expansão dessas atividades florestais e agroindustriais proporcionou uma inserção altamente competitiva da região do Extremo Sul no círculo dinâmico do mercado mundial do setor, trazendo crescimento econômico para Mucuri e região.

Na Tabela 13, apresentam-se dados sobre valor adicionado e PIB no Extremo Sul da Bahia. Note-se a expressiva participação de Mucuri no valor adicionado na indústria do território de identidade, com R\$ 1,19 bilhão, representando pouco mais de 70% do total do território, bem como entre as atividades econômicas do município – com a indústria representando aproximadamente 60% do PIB de Mucuri, calculado em R\$ 1,99 bilhão em 2016. Por sua vez, também é marcante a presença dos serviços no valor adicionado de Teixeira de Freitas, com R\$ 1,23 bilhão, o que representa pouco mais de 45% do valor adicionado de serviços do território de identidade e aproximadamente 55% do PIB do município.

Tabela 13
Valor adicionado, PIB e PIB per capita a preços correntes – Bahia/TI Extremo Sul/Municípios – 2016

Região Geográfica	Valor adicionado (R\$ milhões)			PIB (R\$ milhões)	PIB per capita (R\$)
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Bahia	16.534	54.082	111.066	258.649	16.931
TI Extremo Sul	1.180	1.694	2.692	7.592	16.461
Alcobaça	80	12	79	260	11.150
Caravelas	167	23	111	392	17.321
Ibirapuã	73	41	49	209	23.739
Itamaraju	172	90	320	839	12.459
Itanhém	75	12	63	219	10.668
Jucuruçu	43	4	15	97	9.622
Lajedão	28	3	12	59	14.585
Medeiros Neto	80	42	95	303	12.864
Mucuri	99	1.195	387	1.992	47.891
Nova Viçosa	66	42	189	470	10.764
Prado	149	27	128	417	14.230
Teixeira de Freitas	112	198	1.232	2.256	14.113
Vereda	38	4	12	81	12.198

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a).

Nota: Em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Entretanto, a chegada dessa atividade se refletiu não apenas em convergências, mas também em conflitos em relação a outras atividades econômicas também presentes na região, como o turismo (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995) e a prática da agricultura familiar.

Alguns estudos mostram que os pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral perderam suas condições de produção em relação à chegada do eucalipto na região. Duas situações são colocadas neste contexto: a primeira está ligada à venda de grandes fazendas para as multinacionais do eucalipto, o que colabora com o desemprego do vaqueiro, do capataz, do gerente da fazenda e de todas as pessoas que vivem dentro de uma estrutura rural. Uma outra situação é a que mostra a fragilidade e, por fim, a “rendição” de médios e pequenos agricultores, que, cercados pelas florestas de eucalipto e, não raros com dívidas expressivas, não conseguem resistir ao assédio econômico dessas empresas, então, passam a produzir “matéria-prima para a grande empresa, fazenda, plantation, fábrica, agroindústria. Pode inclusive estar obtendo assistência técnica, créditos e preços mínimos garantidos pela grande empresa” (IANNI, 2002 *apud* CERQUEIRA NETO; SILVA, 2008, p. 100).

Tudo isso mostra a característica extensiva do processo de ocupação de terras necessário para a produção da matéria-prima da indústria de papel e celulose. Os plantios de eucalipto voltados para essa produção demandam grandes áreas de terra, resultando em extensas propriedades. Parcela desse processo se expressa na menor participação da agricultura familiar na área total dos estabelecimentos rurais em grande parte dos municípios do Extremo Sul, além da tendência de aumento da monocultura na região. Nesse contexto, destaca-se o caso de Mucuri, que apresentou menor participação, segundo o Censo Agropecuário (2006).

Tabela 14
Participação da agricultura familiar e não familiar no total da área dos estabelecimentos –
Municípios do Extremo Sul – 2006

Municípios	Agricultura	
	Familiar	Não Familiar
Alcobaça	41,6	58,4
Caravelas	10,8	89,2
Ibirapuã	30,2	69,8
Itamaraju	15,2	84,8
Itanhém	40,2	59,8
Jucuruçu	34,7	65,3
Lajedão	15	85
Medeiros Neto	15,2	84,8
Mucuri	10	90
Nova Viçosa	9	91
Prado	14,7	85,3
Teixeira de Freitas	15,7	84,3
Vereda	21,7	78,3

Fonte: Censo Agropecuário (2006).

Um ponto importante que contribui para compreender a lógica do funcionamento desse tipo de indústria e, conseqüentemente, suas repercussões socioeconômicas em Mucuri está na própria natureza da atividade agroindustrial de papel e celulose abrigada no município. A fábrica de Mucuri, altamente modernizada, abriga, em maior parte, um conjunto de empregados altamente qualificados para trabalhar em suas instalações. O perfil industrial intensivo em tecnologia, além de fazer com que a demanda sobre o trabalho não seja tão expressiva, implica a seleção de mão de obra especializada, grande parte de origem externa ao município. Com a fusão entre a Suzano Papel e Celulose S.A. e a Fibria Celulose S.A., anunciada em diferentes momentos entre 2018 e 2019 (SUZANO PAPEL E CELULOSE, 2019b), é possível imaginar que esse perfil de tecnologia intensiva e emprego não intensivo seja mantido ou aprofundado.

Nesse sentido, a atividade agroindustrial de papel e celulose é pouco atrativa em termos de fluxos migratórios de trabalhadores, visto que a sua estrutura enxuta não permite a realização de contratações de grandes números de pessoas, principalmente aquelas com menor remuneração e baixa qualificação. Com isso, em Mucuri permanecem aqueles funcionários qualificados e bem remunerados da indústria e uma porção de residentes tradicionais, desenvolvendo atividades econômicas mais tímidas, como comércio, serviços, turismo e pesca. As atividades de comércio e serviços desenvolvidos ali representam parte das demandas dessas pessoas, sendo que “[...] alguns estudos mostram que os pequenos agricultores e trabalhadores rurais em geral perderam suas condições de produção em relação à chegada do eucalipto na região” (CERQUEIRA NETO; SILVA, 2008, p. 100). Segundo os dados da Suzano Papel e Celulose S. A., 2.788 pessoas estiveram ocupadas diretamente na atividade (maciço florestal e fábrica), apresentando também 3.186 empregos diretos terceirizados (informação verbal)⁵. Esses empregos estão distribuídos nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, além de outros municípios do norte do Espírito Santo.

Tabela 15
Número de trabalhadores diretos da Suzano Papel e Celulose – Brasil – 2018

Municípios	Empregos Diretos
Alcobaça (BA)	48
Caravelas (BA)	101
Conceição da Barra (ES)	40
Mucuri (BA)	1.069
Nanuque (MG)	1
Nova Viçosa (BA)	381
Pedro Canário (ES)	161
São Mateus (ES)	356
Teixeira de Freitas (BA)	631
Total	2.788

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Informações obtidas por Joice Grave Barreto na base RH da Suzano Papel e Celulose, fornecidas em entrevista.

⁵ Informações fornecidas por Joice Grave Barreto em entrevista concedida a Edgard Porto, em Salvador, em 18 de outubro de 2018.

Ainda segundo a empresa, estima-se a existência de 15 mil empregos indiretos criados a partir das suas atividades. É importante enfatizar a expressividade dos empregos terceirizados nesse segmento de atividade, em que, sob “[...] pretexto de reduzir custos, um amplo processo de terceirização toma conta de inúmeras atividades, tais como: extração de madeira, vigilância, operação ‘mata formigas’, viveiros de mudas, alimentação, transporte, etc.” (TOLEDO, 1994 *apud* ROCHA, 2002, p. 9).

Todos esses elementos compõem um conjunto de informações que podem colaborar para compreender quais processos podem estar relacionados com a menor presença de pobreza relativa em Mucuri. Acredita-se que a natureza da principal atividade econômica do município, juntamente com a configuração da rede de cidades do Extremo Sul (quesito que está mais bem explorado no Painel Rede de Cidades), é um elemento importante para compreender esse processo. Por ser uma atividade econômica altamente tecnicizada, ainda que seja do ramo industrial, dispensa grandes contingentes de trabalhadores, contribuindo para uma menor atração de pessoas com menor renda demandando emprego. O alto grau de instrução exigido nos empregos do ramo também é um fator que reforça esse padrão, fazendo com que a atração de pessoas para o município aconteça de maneira mais “contida”. A desarticulação e até mesmo a migração de pequenos produtores agrícolas também podem ser fatores que tenham contribuído para espantar populações mais pobres para fora do município, as quais buscam novas oportunidades de trabalho e vida em outros locais.

Em síntese, a maior oferta de empregos qualificados em Mucuri, com faixas de rendimentos mais elevadas, a não atração de migrantes e a sedução da cidade de Teixeira de Freitas, aliadas aos investimentos da empresa em serviços de apoio, elevaram os indicadores utilizados nos cálculos de pobreza e realçaram a importância de Mucuri entre os municípios baianos nesse aspecto.

REDE DE CIDADES E O PAPEL DE TEIXEIRA DE FREITAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO DE PAPEL E CELULOSE NO EXTREMO SUL

Um elemento importante a ser enfatizado que pode contribuir para a compreensão da especificidade da pobreza em Mucuri corresponde à configuração da rede de influência de cidades na região do Extremo Sul. Dentro dessa rede, a presença do município de Teixeira de Freitas pode ter influenciado na dinâmica menos incisiva de pobreza em Mucuri, tendo em vista a vizinhança entre ambos. Teixeira de Freitas se caracteriza por ser um município de maior porte, e isso pode ter sido fundamental para evitar o surgimento dos efeitos urbanos típicos de uma cidade grande industrial em Mucuri.

Teixeira de Freitas atualmente concentra parte significativa da economia do Extremo Sul, predominando na oferta de bens, serviços e empregos, atendendo às diversas demandas da região. Acredita-se que essa característica pode ter colaborado para amenizar os impactos típicos da industrialização sobre Mucuri, principalmente aqueles relacionados com a expansão

da pobreza e o crescimento desordenado da população e da cidade. Por ser uma cidade mais estruturada, com maior grau de diversificação econômica, e por concentrar grande parcela dos serviços essenciais à população – como hospitais, escolas e serviços públicos –, Teixeira de Freitas pode ter absorvido parte dos efeitos da implantação da fábrica de papel e celulose em Mucuri, na medida em que passou a atender a determinadas demandas tipicamente urbanas oriundas desse município. O levantamento e a sistematização das informações pesquisadas e apresentadas ao longo do texto podem contribuir para essa compreensão.

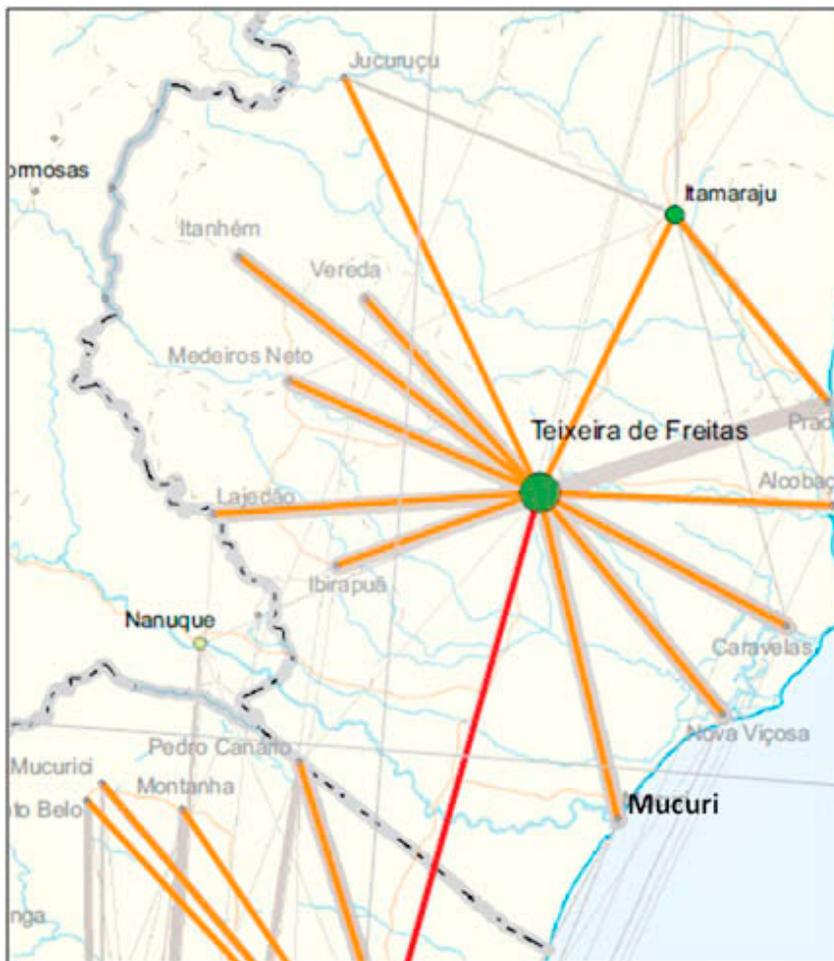
O estudo *Regiões de Influência das Cidades*, elaborado pelo IBGE, traz informações relevantes para a compreensão da dinâmica regional do Extremo Sul, observando especificamente a relação entre as cidades de Mucuri e Teixeira de Freitas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). Esse estudo tem por objetivo analisar a rede urbana do Brasil, identificando e classificando hierarquicamente as principais cidades do país e, conseqüentemente, as redes que elas formam com outros centros urbanos do território nacional. Alguns dos principais elementos identificadores do grau de centralidade ou potencial de polarização de uma cidade são aqueles relacionados com a presença de centros de gestão, como órgãos federais e estaduais, dentro de suas áreas, além de sedes e/ou filiais de empresas que exerçam funções de gestão empresarial. Somadas a isso, a oferta de serviços como saúde, educação, ligações aéreas, áreas de cobertura de televisão, ensino superior, atividades comerciais e de serviços diversificados, bancos e a presença de domínios de internet também são elementos cruciais que identificam os diversos graus de centralidade de cada centro urbano. Uma maior ou menor intensidade da presença desses elementos diferencia e hierarquiza esses centros, identificando uns mais importantes que outros.

A identificação da rede de influências de cada uma dessas cidades, com os seus diversos graus de centralidade, é feita através do mapeamento da interação entre elas. Assim, por meio das informações de fluxos, tanto materiais quanto imateriais, entre as cidades, é possível identificar quais delas formam redes de influências. Quanto maior é o grau de centralidade da cidade, maior a sua capacidade de gerar redes e, portanto, se tornar polo para outras cidades menores na hierarquia das centralidades.

No caso do território do Extremo Sul, Mucuri aparece como uma cidade que apresenta o nível de centralidade mais baixo⁶ (o menor na escala da hierarquia). Essa cidade faz parte de uma pequena rede polarizada por Teixeira de Freitas. Tal polarização indica uma maior centralidade, fruto de uma predominância maior de fluxos de origem de Mucuri e outros municípios próximos em direção a Teixeira de Freitas, em função de sua maior oferta de serviços públicos e privados, de gestão e bancários, e melhores condições de infraestrutura de transportes e de telecomunicações.

⁶ As cidades podem ser classificadas de acordo com a seguinte hierarquia, na ordem: grande metrópole nacional, metrópole nacional, metrópole, capitais sub-regionais A, B e C, centros sub-regionais A, B e C, centros de zona A e B, centro local. O município de Mucuri foi classificado como um centro local e está diretamente interligado ao município de Teixeira de Freitas, classificado como um centro sub-regional A. Mais informações estão disponíveis no estudo *Regiões de Influência das Cidades 2007* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Figura 16
Rede de influência da cidade de Teixeira de Freitas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008).

Teixeira de Freitas atualmente corresponde ao município com maior destaque do Extremo Sul. De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, esse município apresenta o maior contingente populacional do território de identidade, com uma população de 138,3 mil pessoas (33% de toda a população da região) e com estimativa de alcance de 158 mil para o ano de 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a). Entre os anos de 2000 e 2010, o município apresentou a maior taxa de crescimento populacional do Extremo Sul (28,7%).

Nesse contexto, Mucuri teve uma taxa de crescimento populacional muito próxima à de Teixeira de Freitas (28,4%) entre os anos de 2000 e 2010, sendo que sua população saiu de 28 mil para 36 mil habitantes nesse período. Apesar de ter exibido a segunda maior taxa de

crescimento da região, Mucuri ainda possui uma pequena população. Em termos absolutos, Teixeira de Freitas expandiu muito mais a sua população quando comparado com Mucuri, apesar de ser um município que já apresentava maior porte populacional.

A relação de Mucuri com a rede de influência de Teixeira de Freitas é um elemento importante para a compreensão da manifestação específica da sua pobreza. O maior porte urbano e econômico de Teixeira de Freitas, sua função de polo regional e, conseqüentemente, a sua capacidade de centralização dos fluxos de pessoas, serviços e produtos são elementos que podem ter auxiliado na implantação da agroindústria de papel e celulose em Mucuri. Desde o início das atividades em agroindústria até os dias de hoje, Teixeira de Freitas oferece uma maior infraestrutura, tanto para ofertar serviços auxiliares e abrigar parte dos fornecedores relacionados à atividade da fábrica quanto para oferecer melhores condições de moradia aos novos trabalhadores desse negócio, com mais amplo acesso a escolas, hospitais, serviços bancários e administração pública. Essa centralidade pode ter contribuído para atrair parte do contingente de pessoas relacionadas com as atividades desse agronegócio, fazendo com que Mucuri não absorvesse em seus limites todas as repercussões dessa nova atividade no local, em termos de expansão da população. O maior porte de Teixeira de Freitas pode ter assimilado parte desses efeitos, contribuindo para que a expansão da cidade de Mucuri acontecesse de maneira mais controlada. Mais informações do ponto de vista da economia dessas cidades serão apresentadas adiante, com o intuito de buscar compreender esse processo.

Tabela 16
População residente e taxa de crescimento populacional – Extremo Sul /Municípios do TI – 2000/2010

Território/Município	2000		2010		Tx Crescimento 2000-2010 (%)
	População	Part. (%)	População	Part. (%)	
Extremo Sul	372.170	100	416.859	100	12
Teixeira de Freitas	107.486	28,9	138.341	33,2	29
Mucuri	28.062	7,5	36.026	8,6	28
Outros	236.622	64	242.492	58	2,5

Fonte: Censo Demográfico (2000, 2010).

A RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE MUCURI E TEIXEIRA DE FREITAS E A SUA CONSEQUENTE DINÂMICA ESPECIAL DA POBREZA

Em termos de dinâmica econômica, é possível perceber transformações no Extremo Sul, indicando um fortalecimento do município de Teixeira de Freitas e reforçando a sua já robusta estrutura econômica dentro da região nos três setores (agropecuária, indústria e serviços) entre os anos 2000 e 2017. Nesse período é possível também identificar o fortalecimento da economia em Mucuri, principalmente nas atividades industriais e de serviços. Acredita-se que parte da dinâmica expansiva de Teixeira de Freitas possa estar relacionada com a expansão das atividades industriais de papel e celulose no município de Mucuri. Isso por conta do maior porte da cidade de Teixeira de Freitas e de sua maior capacidade de atender

às demandas de parte dos trabalhadores da fábrica, além do fato de abrigar parcela dos fornecedores relacionados com essa indústria. Alguns dados seguintes sobre economia e população nos municípios do Extremo Sul apontam pistas que podem colaborar para uma melhor compreensão desse raciocínio.

Dentre os setores econômicos do Extremo Sul, aquele que mais apresentou destaque em 2016 foi o de serviços, com uma participação de 38% do valor adicionado do território, seguido da indústria (24%) e da agropecuária (17%), segundo os dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). É importante destacar que, entre os anos de 2002 e 2016, a participação do setor agropecuário despencou 14 pontos percentuais, ao passo que o setor de serviços cresceu 13 pontos no mesmo período. A atividade econômica do Extremo Sul está basicamente concentrada nos municípios de Teixeira de Freitas e Mucuri. Juntos, eles correspondem a 56% do PIB do território de identidade, que é composto por 13 municípios.

Tabela 17
Participação dos principais municípios do produto interno bruto – TI Extremo Sul – 2016 (%)

Municípios	% PIB
Teixeira de Freitas	29,71
Mucuri	26,23
Itamaraju	11,04
Nova Viçosa	6,19
Prado	5,49
Outros	21,34
Extremo Sul	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

É possível notar algumas diferenciações entre Mucuri e Teixeira de Freitas do ponto de vista do valor agregado, as quais foram reforçadas ao longo dos anos. Em 2002, Mucuri apresentava uma predominância da atividade industrial em sua economia (62%), seguida da agricultura (20%), de serviços (13%) e da administração pública (5%). Já Teixeira de Freitas exibia uma economia predominantemente voltada para serviços, com 52%, seguida da administração pública (20%), indústria (17%) e agropecuária (10%). No ano de 2016, é possível identificar um reforço de cada uma dessas estruturas dentro dos municípios. Mucuri fortaleceu ainda mais a sua atividade industrial, assim como Teixeira de Freitas reforçou a predominância dos serviços em sua economia. Houve também um incremento das atividades de serviços no município de Mucuri, mas isso não foi suficiente para retirar o caráter industrial de sua estrutura econômica.

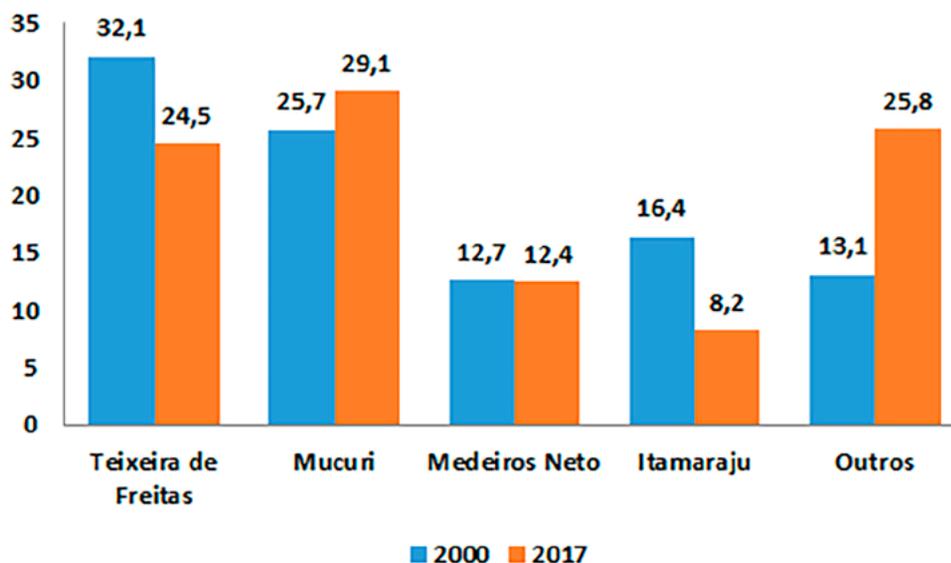
Tabela 18
Participação dos setores da economia no total do valor adicionado – Municípios de Mucuri e Teixeira de Freitas – 2002-2016 (%)

Municípios	Agropecuária		Indústria		Serviço		APU	
	2002	2016	2002	2016	2002	2016	2002	2016
Teixeira de Freitas	19,5	5,4	62,4	65,2	13,3	21,1	4,8	8,3
Mucuri	10,4	5,6	16,9	9,8	51,7	61,2	21	23,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019).

Dentro da indústria do Extremo Sul, os segmentos que mais se destacam são a indústria de transformação e a construção civil, representando, respectivamente, 73% e 24% dos empregos do setor em 2017 (BRASIL, 2019). No caso de Mucuri, desde o ano 2000, a dinâmica industrial já se fazia presente, crescendo nos últimos anos. Segundo os dados da RAIS, entre 2000 e 2017, os empregos formais da indústria em Mucuri saíram de 1.256 para 1.973, representando 23% do setor industrial do Extremo Sul em 2017. Desses empregos, 90% estão concentrados na produção de papel e celulose. Atualmente, Mucuri concentra 99,7% dos empregos desse segmento no Extremo Sul. No interior da indústria de transformação, Mucuri aumentou sua importância dentro dos empregos na região entre esses dois anos, como pode ser visto no gráfico seguinte.

Gráfico 4
Participação dos municípios nos empregos da indústria de transformação – Extremo Sul – 2000/2017 (%)

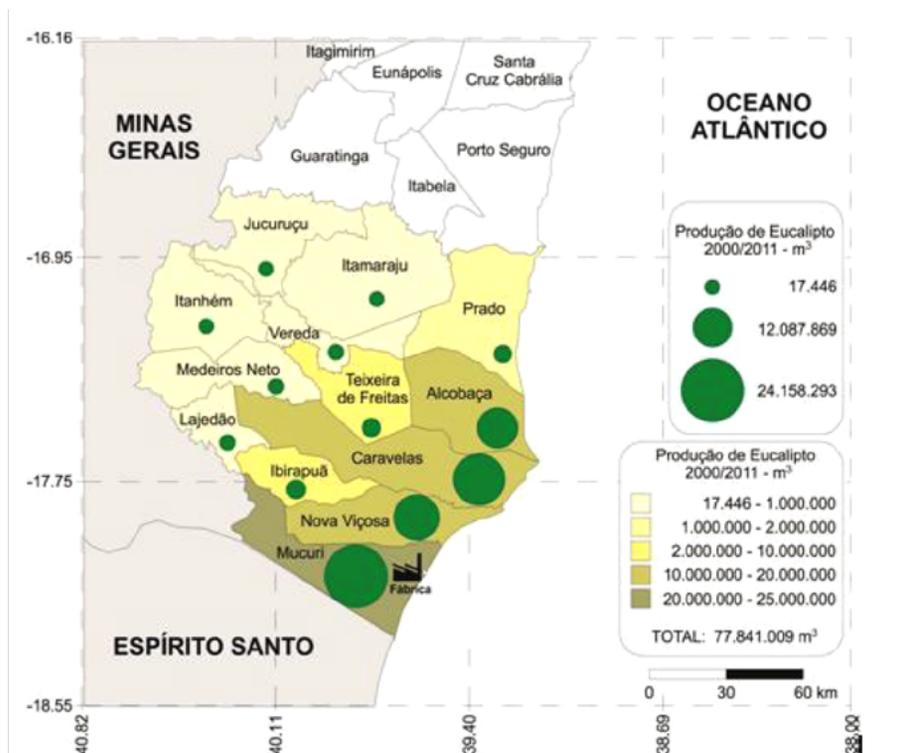


Fonte: Brasil (2019).

O crescimento da indústria em Mucuri, em função da atividade de produção de papel e celulose, fez com que o município se tornasse o principal produtor da indústria de transformação no Extremo Sul, ultrapassando a participação de Teixeira de Freitas. Entretanto, apesar dessa perda

de participação, Teixeira de Freitas expandiu de forma significativa o número de empregados, diversificando seus segmentos durante esses anos. Mucuri concentra a produção de papel e celulose do Extremo Sul e também a de eucalipto, o que justifica sua importância para esse segmento e para a indústria da região como um todo.

Figura 17
Produção de eucalipto Território da Suzano Papel e Celulose – Unidade Mucuri – 2000/2011



Fonte: Oliveira (2014).

Quando se analisa a indústria de transformação de Teixeira de Freitas, nota-se que o segmento de alimentos e bebidas apresenta expressiva predominância, com 33% de participação nos empregos do setor, seguido do segmento de produtos minerais não metálicos (15%). Teixeira de Freitas também é o principal produtor de alimentos e bebidas do Extremo Sul. Nesse município, a produção de papel e celulose representa apenas 0,3% dos empregos na indústria de transformação (BRASIL, 2019). É importante enfatizar o grau maior de diversidade da indústria de transformação desse município, tendo em vista seu maior porte, representando diversas demandas comuns a centros urbanos mais robustos. Já quando se analisa os dados da indústria de transformação em Mucuri, torna-se possível observar um reforço do seu perfil industrial específico de papel e celulose.

Tais atividades evidenciam um caráter muito mais urbano da economia de Teixeira de Freitas, reflexo do aumento da sua população e do rebatimento econômico de atividades específicas em municípios vizinhos, tendo em vista que esse município serve como centro de oferta dos principais serviços e comércio da região. É importante enfatizar que isso não significa afirmar que não houve crescimento das atividades urbanas em Mucuri, tal como é possível identificar em Teixeira de Freitas. O aumento populacional de Mucuri também repercutiu na expansão dessas atividades. A evolução da população urbana nesse município traz indícios desse processo, como pode ser visto na Tabela 19.

Tabela 19				
Evolução da população urbana e rural – Mucuri – 1970/2010				
Ano	População de Mucuri		Tx. De crescimento	
	Qtd.	Part. (%) no total da população do município	Período	%
1970	2.262	13,5	-	-
1980	2.827	18,7	1970 - 1980	25
1991	4.810	27,3	1980 - 1991	70
2000	18.685	66,6	1991 - 2000	288
2010	27.492	76,3	2000 - 2010	47

Fonte: Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Analisando-se os dados de emprego da construção civil, nota-se que grande parte dessa atividade está concentrada novamente em Teixeira de Freitas. No ano 2000, houve uma intensificação desses empregos também em Mucuri, muito provavelmente em função da construção da fábrica. Em 2017, esse quadro se transformou com o reforço desse segmento em Teixeira de Freitas e no município de Itamaraju, como pode ser visto na Tabela 20. A relevância dessa atividade em Mucuri despencou de maneira expressiva. Tal informação reforça a ideia do fortalecimento das funções urbanas de Teixeira de Freitas, tendo em vista a sua concentração na construção de habitações e estabelecimentos ao longo dos anos, ao passo que Mucuri reduziu seu desempenho nessa atividade.

Tabela 20		
Participação dos principais municípios nos empregos da construção civil da região – Extremo Sul – 2000/2017 (%)		
Município	2000	2017
Teixeira de Freitas	50,2	56,4
Mucuri	39,9	9
Itamaraju	2,5	27
Outros	7,4	7,6

Fonte: Brasil (2019).

Somado a isso, ao se observar a oferta de serviços no Extremo Sul para o ano de 2017, nota-se uma concentração em três municípios: Teixeira de Freitas (45%), Itamaraju (12%) e Mucuri (12%). Analisando-se a composição desse setor para o mesmo ano, identifica-se uma concentração significativa no segmento da administração pública (40,1%) e no comércio varejista e de

atacado (32,6%). O município de Teixeira de Freitas é o que mais oferta em cada um desses segmentos, como pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21
Participação dos principais municípios no total da ocupação dos segmentos de comércio e administração – Extremo Sul – 2017 (%)

Município	Comércio	Adm. Pública
Teixeira de Freitas	57,3	49,3
Itamaraju	14,5	11
Mucuri	6,9	28,8
Outros	21,4	10,9
Total	100	100

Fonte: Brasil (2019).

Nesse sentido, é possível verificar a expressividade de Teixeira de Freitas na oferta de atividades nos segmentos de perfil tipicamente urbano. Essa relevância implica a atração de um contingente de pessoas em busca dessa oferta diversa e melhor estruturada, estimulando o crescimento da cidade e reforçando a sua função de polo regional. Tal papel pode ter sido um elemento fundamental para a absorção de parte de demandas e pessoas relacionadas com a dinâmica da indústria de papel e celulose em Mucuri e também de possíveis outras atividades econômicas desenvolvidas na região.

Um outro elemento que ilustra esse raciocínio está no desenvolvimento da infraestrutura de transportes no Extremo Sul. Tal como foi apresentado anteriormente, os investimentos estatais, inclusive em rodovias, foram elementos cruciais para o desenvolvimento e povoamento do Extremo Sul. A construção da BR-101 pode ser vista como fator indispensável para compreender o rápido crescimento de cidades mais distantes do litoral. Teixeira de Freitas é o exemplo mais emblemático dessa dinâmica, tendo em vista que se desenvolveu a partir da construção dessa rodovia, ao atrair fluxos econômicos e de pessoas de Minas Gerais e Espírito Santo. Diante desse contexto, Teixeira de Freitas torna-se, para Mucuri, uma cidade que serve como uma centralidade comercial e que, ao mesmo tempo, oferece suporte ao tráfego de passagem (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1995).

Com base nesse conjunto de informações, é possível observar indícios prováveis de repercussões econômicas positivas da introdução e operacionalização da fábrica de papel e celulose para o Extremo Sul. Entretanto, há um caráter específico dessa repercussão que pode ser resumido da seguinte maneira: parte dos efeitos da construção e operação da fábrica de Mucuri pode ter sido direcionada para o fortalecimento de outros municípios próximos, com maior porte de cidade e, portanto, mais infraestrutura e oferta de comércio e serviços, a exemplo de Teixeira de Freitas. Um primeiro quesito que contribui para a explicação desse processo corresponde à própria natureza da atividade econômica de produção de papel e celulose. Tal indústria se caracteriza pelo alto nível de mecanização do processo produtivo, o que implica uma quantidade relativa de empregos menor em função do seu porte de faturamento e ocupação de área.

Além disso, a silvicultura relacionada a essa produção tem como característica a necessidade de uso de grandes extensões de terras para a plantação do eucalipto, resultando em expulsão de moradias de pequenas propriedades e geração de latifúndios voltados para o cultivo da matéria-prima da fábrica. Todo o processo de extração e preparação da madeira para a produção de papel também traz como característica a intensidade em tecnologia e a expressiva mecanização dos processos. Esses elementos podem ter contribuído para uma expansão controlada de Mucuri como centro urbano. O caráter da principal atividade econômica desenvolvida ali não cria atração massiva de pessoas para o local, tal como acontece em outras atividades industriais, mais intensivas em força de trabalho. Isso pode ter contribuído para um menor desenvolvimento dos problemas típicos dos maiores centros urbanos, a exemplo de uma propagação da pobreza.

O controlado grau de geração de empregos não cria grande expectativa capaz de atrair novos moradores e gerar, conseqüentemente, uma cidade de grande porte. Essa limitada atração implica um menor contingente de pessoas buscando trabalho no município, principalmente aquelas que procuram empregos de menor qualificação e que, portanto, são mais pobres. Tendo em vista o alto grau de mecanização da produção de papel e celulose em Mucuri, grande parte dos empregos gerados pela fábrica é caracterizada por um perfil de maior nível de qualificação, que, em muitos casos, é atendido por profissionais externos, vindos da Região Sudeste, principalmente. Observando-se os dados do Censo Demográfico, identifica-se que, dentre os residentes de Mucuri, a quantidade de pessoas não naturais da Bahia aumentou entre os anos de 1991 e 2000, estabilizando-se até 2010. Esse contingente pode estar diretamente relacionado com as atividades industriais desenvolvidas no município.

Tabela 22
Proporção da população natural e não natural no município de Mucuri – Extremo Sul – 1991/2010

Território/Município	1991		2000	2010	
	% Pop. Não natural do município	% Pop. Não natural da UF	% Pop. Não natural do município	% Pop. Não natural do município	% Pop. Não natural da UF
Bahia					
Alcobaça					
Caravelas	12,8	5,6	27,8	27,8	10,8
Mucuri	33	19,6	52,1	52,9	31,7
Nova Viçosa	37,8	23,3	39,3	44,8	23,7
Teixeira de Freitas	61,8	23,9	56,6	55	20,7

Fonte: Censo Demográfico (1991, 2000, 2010).

Entretanto, isso não significa afirmar que Mucuri não se expandiu, tendo em vista que sua população cresceu juntamente com as atividades econômicas locais, como se viu anteriormente. O importante é enfatizar que, apesar dessa expansão, Mucuri pode não ter adquirido os problemas comuns às cidades em que a atividade industrial é a principal, principalmente aqueles relacionados às questões urbanas, como o crescimento desordenado da população e a multiplicação da pobreza.

Assim, é provável que parte das novas demandas oriundas dos trabalhadores diretos e indiretos da fábrica de Mucuri, principalmente aquelas referentes a serviços (públicos e privados, de saúde, educação e de administração) e comércio, podem estar sendo atendidas por municípios próximos, com maior porte, como é o caso de Teixeira de Freitas. Isso explica o crescimento tímido ou mesmo redução dessas atividades em Mucuri e seu reforço em Teixeira de Freitas. Além disso, a diversidade da atividade econômica de Teixeira de Freitas chama a atenção de um maior contingente de pessoas em busca de empregos, principalmente aqueles de menor nível de qualificação, atraindo, portanto, perfis mais empobrecidos de população e oriundos de municípios próprios da Bahia e não de outros estados do país.

Por fim, diante dessas informações e reflexões, pode-se perceber que Mucuri desenvolve uma dinâmica especial de pobreza a partir de um processo de desenvolvimento distinto das demais localidades apresentadas nesse estudo (Mancha Sudoeste e Mancha Valente). A sua principal origem foi a introdução de uma grande fábrica, fortemente atrelada aos processos globais de negócios e de mercado. Através da sua implantação e da interação desse município com os demais vizinhos, principalmente Teixeira de Freitas, configurou-se um padrão de desenvolvimento específico, capaz de tornar Mucuri um espaço com menor pobreza relativa na Bahia. Nesse caso, não é marcante a presença de processos sociais internos nas transformações socioeconômicas que possam ter contribuído para atribuir essa especificidade da pobreza em Mucuri, tal como aconteceu nas demais manchas, nas quais elementos de educação, formação sociopolítica e influências institucionais moldaram um padrão de desenvolvimento. Na situação de Mucuri, o estímulo parece ter sido predominantemente econômico, atrelado a uma indústria de grande porte e com ampla articulação ao mercado global capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ONDE CHEGAMOS

Realçamos aqui alguns aspectos considerados principais que formataram os três casos apresentados nesta publicação, numa perspectiva conclusiva, para eventuais outros estudos mais aprofundados.

No entorno dos sete municípios com menor presença relativa de pobreza, foram formadas duas “manchas” de caráter/recorte regional com fortes indicativos de comportamentos sociais diferenciados: a Mancha Sudoeste, que abrange cinco municípios com menor pobreza (Caculé, Ibiassucê, Rio de Contas, Jussiape e Abaíra), e a Mancha Valente, na qual há apenas um município com menor pobreza (Valente). No entorno do município de Mucuri – um dos sete municípios com menor pobreza, localizado no extremo sul da Bahia – não foi formada nenhuma mancha com comportamento diferenciado (o potencial recorte regional seria o conjunto de municípios no seu entorno com certas características homogêneas na produção).

Para se firmar a compreensão de como a formação histórica moldou ou determinou o processo de desenvolvimento dos cinco municípios que integram a Mancha Sudoeste, há indícios de que as condições sociais mostradas pelos indicadores do Censo Demográfico de 2010, notadamente sobre o comportamento das pessoas de tal mancha, de forma diferenciada de outras regiões da Bahia, podem ter sido influenciadas pelo processo de ensino; esse, dentro dos princípios pedagógicos e investimentos liderados pelo educador Anísio Teixeira e outros, desde a década de 1920 até 1960/70.

A isso também estão associadas as ações que a Igreja Católica desenvolveu concomitantemente na região durante todo o século XX. Tais processos históricos podem ser identificados até hoje pela manutenção da ascendência cultural regional exercida pela cidade de Caetitê, embora suas áreas de influência tenham sido alteradas.

São comportamentos que podem ter se reproduzido durante muitas décadas, embora perdendo força gradativamente, pela redução dos estímulos do início do século XX e por influências recentes de forças externas, facilitadas pelos meios de comunicação, que tendem a promover hábitos homogeneizados socialmente em escala nacional e mundial.

Os modelos de gestão da educação e os métodos de ensino das últimas décadas, voltados para especializações e a fragmentação do conhecimento, medidos pelos indicadores convencionais de educação, mostram que o desempenho da região não difere dos obtidos por outras áreas da Bahia.

Apesar das estratégias de desenvolvimento regional montadas desde as primeiras décadas do século XX, utilizando ideias modernistas, não houve um desempenho das atividades econômicas capaz de contribuir com a elevação da renda, nem processos que pudessem interferir na cultura, ao ponto de explicar o comportamento social diferenciado da região. Entretanto, essas ideias podem explicar o desenvolvimento de alguns municípios isolados, mas somente a continuidade dos estudos poderá confirmar isso.

Assim, tais considerações carecem de maiores informações e geração de novos conhecimentos, a partir de interpretação multidisciplinar e do incremento a novas reflexões. As questões ligadas às ações da Igreja e da “escola nova”, responsáveis pelo desenvolvimento diferenciado da Mancha Sudoeste, podem ter criado o ambiente para que cinco dos seus municípios se apresentem com relativamente menor presença de pobreza.

Se isso ficar comprovado, não se pode assegurar que as condições históricas de conformação de um “modelo mental” coletivo e territorializado poderiam se repetir nos dias atuais. Por igual, não se tem como comprovar que os estímulos ao consumo de determinadas mercadorias, a atração de fiéis para as distintas religiões, os procedimentos de ensino da escola formal atual e a circulação intensiva de informações pelas redes sociais sejam capazes de criar modelos mentais; e, se sim, se seriam padrões globalizantes ou territorializáveis. Por isso, faz-se necessária uma reflexão sobre possíveis estímulos à discussão acerca de comportamentos sociais coletivos territorializados, diferenciados, por meio de políticas públicas, com a utilização de instrumental de tecnologia da informação e do conhecimento.

Em Valente e municípios vizinhos (onde se identificou a formação da aqui denominada Mancha Valente), pelo quanto já fundamentado e referenciado teoricamente no capítulo que trata de tal região, a força de uma educação informal sociorreligiosa, sedimentada na década de 70 do século XX por agentes religiosos católicos italianos, refletiu-se na formação de comportamentos diferenciados de politização e organização de base de pequenos agricultores e suas famílias. Esses valores se instrumentalizaram por meio de atividades como as reuniões das comunidades eclesiais de base (CEBs), os círculos bíblicos, os mutirões e o Movimento de Evangelização Rural (MER).

Na década seguinte, tal processo se fortaleceu quando o país assistia aos movimentos sociais pleiteando a redemocratização. Embora os padres/freiras italianos/as fossem deixando progressivamente a Paróquia Sagrada Família a partir dos anos 1980 (sendo substituídos por outros representantes católicos/as), os valores por eles/elas disseminados encontraram eco nas atividades de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) e diversos segmentos da sociedade civil organizada. O ponto de convergência em suas pautas era a melhoria da qualidade de vida da população menos favorecida, representada especialmente pelos homens e mulheres do campo, em suas necessidades/desafios e problemas históricos, como a pobreza, a seca, a falta de saneamento básico, a concentração de renda (em detrimento da situação da maioria desfavorecida), etc.

A confluência de frentes diversificadas de atuação pelo social na Mancha Valente, além de fortalecer/influenciar vetores como a educação formal e as relações familiares numa perspectiva socialmente mais inclusiva, refletiu-se na formação de uma cultura associativista. Assim, os comportamentos pautados pela solidariedade/sustentabilidade demandaram o surgimento de formas cooperativadas de produção, para que a distribuição dos bens e serviços relacionados ao sisal e a outros produtos/investimentos se desse de maneira mais justa entre os pequenos agricultores e suas famílias. Por tal razão, nos trabalhos científicos acessados sobre a região sisaleira para o estudo/projeto 7 Municípios, tendo em vista a menor pobreza detectada na Mancha Valente a partir de uma abordagem multidimensional, as missões de entidades como o MOC e a APAEB são destacadas, referenciadas.

A Mancha Valente tem grande parte da sua economia agrícola/industrial centrada na produção do sisal, cujos processos produtivos concorrem para a geração de valor na economia e englobam a produção *in natura*, o beneficiamento e a transformação final em produtos destinados aos mercados nacional e externo.

A organização social e a forma de distribuição de renda, em interação com outras dimensões, como saúde, educação, demografia e moradia, apontam para indicadores positivos nos municípios integrantes da Mancha, com destaque para o de Valente. A agricultura familiar com feição cooperativista, ao possibilitar o acesso dos pequenos agricultores ao mercado e a novas formas de produzir (tecnicamente orientados), é um dos exemplos pelos quais se compreende a feição econômica diferenciada da Mancha em relação a outras regiões.

Localizado na divisa com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e reconhecido pela sua principal atividade econômica atual – a agroindústria de papel e celulose –, o município de Mucuri, como vimos, integra a região do Extremo Sul do estado, que tem como forte característica a propensão ao cultivo do eucalipto, atribuindo uma vantagem comparativa para a indústria de papel e celulose.

Tendo em vista as excelentes condições edafoclimáticas, o plantio de eucalipto ganhou maior notoriedade em tal região, que é hoje uma das mais produtivas do mundo. O principal destino da sua produção é a indústria de papel, capitaneada na Bahia por duas grandes multinacionais de referência global, umas delas localizada em Mucuri – a Suzano Papel e Celulose. Isso reforça a constatação de menor pobreza em Mucuri, embora outros municípios do Extremo Sul (Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas) façam parte do seu complexo de negócios, ofertando à empresa o eucalipto necessário para a sua produção industrial.

Percebe-se em Mucuri a permanência de funcionários qualificados e bem remunerados da referida indústria, com suas famílias, sendo que uma porção de residentes tradicionais desenvolvem atividades econômicas mais tímidas, como comércio, serviços, turismo e pesca.

Quanto à configuração da rede de cidades na região do Extremo Sul, a proximidade do município de Teixeira de Freitas pode ter influenciado a dinâmica menos incisiva de pobreza em

Mucuri. Por conta do maior porte, Teixeira de Freitas concentra atualmente parte significativa do fluxo de migrantes, atividades de comércio e serviços e empregos de menor qualificação e menor salário. Isso contribui para que Mucuri seja menos cogitado para a migração de pessoas, principalmente as de menor renda.

Mucuri destaca-se compondo o conjunto dos sete municípios com menor condição de pobreza por apresentar um forte desempenho do fator renda no conjunto dos demais que compõem a análise que identificou esses municípios. Além da dimensão da renda, que tem um peso expressivo para classificá-lo como um caso especial, outros fatores – saúde, moradia, educação e demografia – são essenciais para que a pobreza relativa seja menos acentuada em Mucuri do que nos demais municípios do estado.

Não é possível identificar, de forma significativa, processos endógenos de transformação educacional, política ou socioeconômica que possam ter contribuído para a especificidade da pobreza em Mucuri, tal como se deu nas Manchas Sudoeste e Valente. Ali, elementos de educação, formação sociopolítica e influências institucionais moldaram um padrão de desenvolvimento (distinto em cada Mancha), influenciando a configuração da pobreza nos demais seis municípios identificados.

Em comparação com os seus vizinhos imediatos pertencentes à Bahia, Mucuri destaca-se por ser o único inserido no grupo dos sete municípios com menor incidência de pobreza relativa do estado. O estímulo foi especificamente econômico, atrelado a uma indústria de grande porte e com ampla articulação com o mercado global e associado às dinâmicas socioeconômicas da rede de cidades em seu entorno.

Se forem tomados como referência alguns aspectos inerentes a processos de desenvolvimento regional, como ideias-força de caráter ideológico que conduzem os processos estruturantes (incentivos em políticas públicas, investimentos privados, gestão regional das atividades socioeconômicas, educação formal e informal como fator de formação cultural), podem-se identificar pontos convergentes entre estes três casos aqui apresentados, com resultados bastante diferenciados nos sete municípios e três regiões em questão.

As ideias-força estão aqui entendidas como aquelas que sustentaram discursos durante longo tempo e tiveram reflexos importantes no desenvolvimento regional. Daí, pode-se compreender que, em cada uma das três territorialidades, um discurso eficiente foi utilizado e preponderou sobre todos os outros, mas cada discurso teve um conteúdo ou atravessamento ideológico diferenciado e, por conseguinte, gerou alguns resultados distintos. Mas, apesar das diferenciações, todos esses processos foram capazes de criar uma situação convergente do ponto de vista de uma menor presença de pobreza relativa.

Tais ideias tiveram origem em países desenvolvidos da Europa, com participação de alguns da América do Norte, e foram introduzidas no Brasil em ciclos de desenvolvimento distintos na escala global, utilizadas em regiões diferentes, para produzir mercadorias diferenciadas.

Na Mancha Sudoeste, prevaleceu o discurso da “modernidade” (século XVIII, Iluminismo francês), utilizado no processo de desenvolvimento industrial a partir do século XIX. Nos conteúdos emanados das lideranças locais, estava o processo de produção em larga escala de cunho fordista, que demandava tecnologia e sistemas de transportes avançados, dos quais se esperava a “capacidade” de inserção da região no mundo desenvolvido. Estava também presente a concepção de que seriam exigidas ações de formação de mão de obra para adaptar lavradores (saídos da mineração e das atividades agrícolas tradicionais) aos processos avançados de produção. O sentido de diferenciação de classes convivia com o de inclusão, pela necessidade de pessoal qualificado para as novas tarefas.

As iniciativas do processo de desenvolvimento da Mancha Sudoeste foram praticadas pelas lideranças locais a partir de discursos mundiais estratégicos para alcançar espaços políticos nos âmbitos regional e nacional. Isso resultou em acúmulos de força durante décadas para manter a gestão dos negócios e atrair os possíveis investimentos estatais em políticas regionais, como a presença forte do DNOCS na implantação de políticas de irrigação e preparação para a produção, que incluía os pequenos agricultores e uma melhor repartição das terras.

Embora compreendendo as divergências, essas lideranças políticas e religiosas convergiram no discurso da educação para a vida como fator fundamental do desenvolvimento, reforçando projetos educacionais que previam a inclusão de filhos de famílias pobres das áreas urbanas e rurais, com forte presença dos princípios do educador Anísio Teixeira. Tal projeto ganhou força no início do século XX e alcançou êxito até os anos de 1960. Os resultados podem ser sentidos até os dias atuais no comportamento social diferenciado na região.

Na Mancha Valente, as ideias-força identificadas nasceram nos enfrentamentos político-ideológicos do período da Guerra Fria, que ganharam força após a Segunda Guerra Mundial. As visões de desenvolvimento estavam baseadas especialmente nos escritos de Antônio Gramsci, os quais tiveram força de disseminação nas décadas de 1950 e 1960, depois de publicados os *Cadernos do Cárcere*.

Na América Latina, essa visão crítico-transformadora se disseminou, dentre outras formas, por meio da Teologia da Libertação, repercutindo-se na Mancha Valente após os primeiros anos da década de 1960, com a chegada de padres e freiras italianos/as na região. As ideias de trabalhos de base, organização e politização social de pequenos agricultores, via educação voltada para a superação das suas condições de pobreza, ganharam força nesse contexto, em Valente e municípios vizinhos, durante a ditadura militar. Os ensinamentos de Paulo Freire, que também se inspirou na visão gramsciana, adquiriram realismo pela via das ações de base desenvolvidas por esses agentes religiosos, durante cerca de uma década, em pontos específicos da Diocese de Feira de Santana (à qual os municípios da Mancha Valente pertenciam à época).

Essa movimentação e a disseminação de ideias contribuíram para o fortalecimento do sindicalismo e o surgimento de associações e cooperativas voltadas para a melhoria das condições de vida da população local mais pobre. Outras lideranças civis souberam, com

capacidade criativa, muito esforço e persistência, irradiar tais pensamentos para trabalhar com a produção e beneficiamento do sisal, tornando seus produtos mais competitivos e alcançando o mercado internacional, mesmo em condições difíceis de produção.

Pode-se afirmar que as lideranças de uma produção cooperativada construíram, com seus próprios esforços, as condições para a realização dos negócios, e conformaram as bases para as reivindicações, a muito custo, de investimentos públicos em elementos de infraestrutura de educação e saúde. A gestão dos negócios durante todas essas décadas até os dias de hoje foi o resultado da construção coletiva que demandava um processo contínuo de aprendizagem, de avaliação e de redirecionamentos necessários.

Além disso, é importante enfatizar que o sistema de educação dessa região estava intimamente vinculado ao processo produtivo. A escola agrícola, pedagogia e alternância, associada a processos de educação para a ação política, foi um elemento crucial para a formação e consolidação de comportamentos diferenciados pela via da educação informal. Esse processo foi sendo construído e se consolidando nas décadas de 1980 e 1990, e seus resultados foram medidos a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010.

Com base nisso, pode-se deduzir que os sinais de menor pobreza relativa identificados nas Manchas Sudoeste e Valente podem ter como uma das causas a presença de um comportamento sociocultural diferenciado do restante da Bahia. Mas é importante registrar que, ideologicamente, a educação apresentou perfis distintos, do ponto de vista de valores disseminados e de motivações para a tomada de decisões em variados aspectos sociais e econômicos.

Já no caso de Mucuri, como vimos, ocorreu o forte investimento de uma empresa de porte mundial lá instalada, competitiva internacionalmente, que desenvolve seus produtos a partir de procedimentos intensivos em tecnologia e que abrange uma vasta territorialidade, anteriormente pouco povoada. Os empregos gerados por uma atividade econômica com essas características e o elevado grau de integração ao mercado mundial trouxeram como impacto a incorporação, no município e em seu território, de valores e visões de mundo e sociedade alinhados com as ideias de produção e gestão típicas do ambiente dos negócios privados, além de gerar impactos também do ponto de vista da ocupação territorial. Diante desse contexto, coube ao Estado a função de promover políticas públicas para o incentivo a esse negócio e realizar investimentos em uma infraestrutura viária que oferecesse suporte a tal produção.

Do ponto de vista da educação e da cultura, Mucuri e região compartilham comportamentos, visões de mundo e costumes que refletem a origem dos seus moradores, os quais, em boa parte, vieram de outras regiões do Brasil (com elevadas remunerações). Além disso, influências são percebidas por trabalhadores de origem local (com menor remuneração), os quais foram treinados para atuar em novas funções e atender às demandas do até então novo

empreendimento. Nesse sentido, toda a educação de Mucuri e região é voltada para a formação profissional que atenda à principal atividade econômica: agroindústria de papel e celulose.

Mesmo Mucuri não conformando uma mancha, compreende-se a importância metodológica de reconhecer as possíveis características do comportamento das pessoas com processos produtivos dessa natureza (predominantemente empresarial), em comparação ao comportamento socialmente revelado nas Manchas Sudoeste e Valente.

Por meio dos estudos e análises decorrentes do Projeto 7 Municípios, surgem subsídios para se pensar políticas públicas de desenvolvimento local e regional no estado da Bahia, a partir de alguns eixos ou constatações:

1. É necessário compreender que as realidades regionais na Bahia são muito diferenciadas, e as políticas devem evitar a formulação de ações genéricas e, portanto, pautar projetos, ações e planos adequados às condições locais (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017);
2. É preciso estimular a convergência na construção coletiva de ideias-força regionais, a partir da identificação de aspectos estruturantes que compreendam os processos de desenvolvimento de forma articulada, do ponto de vista social, econômico e político;
3. É relevante a perspectiva de que as lideranças locais reflitam e atuem de forma aderente à realidade, com construções capazes de formar diálogos permanentes com a sua comunidade;
4. É indispensável que esse processo possa ser estimulado por longo período de tempo e que tenha a capacidade de se consolidar social e culturalmente em cada região;
5. É muito importante o papel da educação formal e informal para a formação/consolidação de comportamentos que tendem a gerar um ambiente socioeconômico com menos violência e maior capacidade de aprendizagem, repercutindo em menor número relativo de pobreza multidimensional.

Compreender os processos diferenciados de desenvolvimento como capazes de oferecer situações menos críticas de carência material nessas três regiões oferece um rico subsídio para a discussão sobre o fenômeno da pobreza, em função de um conjunto de importantes fatores envolvidos. Esses podem servir para criar novas políticas públicas e, ao mesmo tempo, avaliar as que estão sendo implementadas ou monitoradas atualmente.

O Projeto 7 Municípios representa o resultado, em permanente construção, de uma importante etapa dos estudos multidimensionais sobre a pobreza, cujos variados elementos sociocomportamentais de cunho regional detectados abrem novas possibilidades investigativas. Esse aprendizado permite a construção de um caminho metodológico novo com o objetivo de identificar como esses processos distintos de formação histórico-regional (cultural, educacional, econômica, etc.) criaram e criam condições menos agressivas de pobreza associadas a comportamentos sociais e de que forma tudo isso interage diante do estado atual das coisas.

Tem-se a compreensão de que os processos econômicos, na fase atual da mundialização, ganharam uma grande dinâmica em função da elevada rotatividade da produção e da circulação das mercadorias. Como consequência, é possível perceber que tal panorama também já vem se expressando através de alterações nas relações e comportamentos sociais.

As mídias e redes sociais vêm influenciando de forma significativa decisões pessoais e governamentais sobre questões relevantes e expressivas da sociedade, estimulando milhares de pessoas a alterarem (ou não) suas condutas em curtíssimos prazos. Nesse sentido, os rumos do Projeto 7 Municípios implicam buscar compreender de que maneira essas novas e fluidas influências se repercutem da sociedade, principalmente do ponto de vista dos comportamentos, hábitos e costumes coletivos ou regionais.

Com base nisso, é impossível dissociar o tema da educação (formal ou informal, como forte fator de desenvolvimento regional em pelo menos duas das três regiões pesquisadas) da questão da circulação intensa de informações e conhecimentos nas redes sociais em escala mundial. É evidente que tal tema é complexo, tanto em suas características metodológicas do ensino formal quanto nas dinâmicas da denominada educação informal. Mas não é possível deixar de considerar que os canais das redes na internet estão fortemente atuando nos dois casos e influenciando-os.

Tendo em vista a identificação de que as ideias-força utilizadas nas três regiões tiveram origem em distintas formações teóricas e político-ideológicas externas, as quais se propagaram por todo o mundo há alguns séculos, é possível refletirmos sobre os novos meios pelas quais novas ideias têm se propagado atualmente e levantarmos algumas questões para estimularem a formação de novos estudos:

1. O que chamamos de ideias-força teriam, hoje, a mesma capacidade de influência e transformação que tiveram no passado, considerando-se a atualidade marcada pela tendência de homogeneização dos comportamentos em escala mundial via redes?
2. O atual contexto globalizado ou etapa da mundialização seria uma barreira significativa para a reprodução de experiências semelhantes às desses três locais estudados em outros pontos do país e do mundo?
3. Essas três regiões (Mancha Sudoeste, Mancha Valente e Mucuri) se apresentam com condições diferenciadas e seriam mais resistentes às possíveis influências de novas ideias-força que circulam de forma implícita nas redes sociais?

Outro aspecto que suscita novas investigações é a hipótese de que diferenciações na ação do Estado em cada uma das três regiões podem ter repercutido em sentimentos também diferenciados de segurança social ou formação de redes de apoio com comportamentos e níveis de politização/engajamento diversificados. Isso também se aplica em relação ao trabalho de ONGs, que, a exemplo do MOC e da APAEB na Mancha Valente, tiveram e têm incontestáveis repercussões até o presente. Identificar esses impactos/sentimentos pode contribuir para demonstrar os reflexos dos papéis diferenciados de institucionalidades, como

governos, empresas ou organizações não governamentais, na constituição do ambiente regional diferenciado a transmitir/sedimentar sensações de segurança e melhor qualidade de vida às pessoas de tais locais.

Um exemplo relevante de como o comportamento pode contribuir para conformações sociais mais harmoniosas e com menor situação de carência e precariedade está nos estudos desenvolvidos pelo PNUD para o Brasil em 2009/2010 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010). Do ponto de vista da questão da gravidez na adolescência, problema que atinge de forma significativa sociedades mais pobres, o estudo conclui:

Comparado com mães mais maduras e do mesmo status socioeconômico, as mães adolescentes tendem a ser menos afetuosas e a usar práticas de disciplina mais severas, sinalizando deficiente suporte emocional no desenvolvimento da criança. Por sua vez, estas crianças têm maior probabilidade de abandono escolar, incidência de depressão e risco de ser mãe ou pai na adolescência. [...] Os domicílios chefiados por mulheres são geralmente mais pobres do que aqueles chefiados por homens, e as condições de vida dos membros desses domicílios são muito mais restritas. [...] O desenvolvimento humano e a promoção dos valores de vida dependem fortemente do clima familiar gerado na interação entre pais e filhos assim como do exercício de práticas parentais positivas. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 115-117, 120).

Grande parte das variáveis e dos resultados identificados na pesquisa do PNUD também foi encontrada nas pesquisas para este projeto, especialmente quanto às Manchas Sudoeste e Valente. Nesse sentido, é possível que as relações de natureza afetivo-familiar e níveis de solidariedade social, nessas duas manchas, tenham importância significativa na qualidade de vida da população desses locais. Ao serem mais positivas, essas relações contribuem para a conformação de melhores condições de estabilidade do ambiente familiar – capazes, portanto, de se reproduzirem para as gerações seguintes. Os estudos do PNUD também recomendam, entre outros aspectos, que sejam reforçadas as relações parentais como forma de reduzir a violência social e melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos.

Diante disso, parece ganhar importância, para a compreensão da questão da pobreza e do desenvolvimento social, o reconhecimento das características reais constatadas via pesquisa de campo, do ponto de vista dos valores, normas e outros comportamentos coletivos diferenciados entre as regiões estudadas, compreendendo como os seus resultados podem estar associados à sua formação regional.

Tendo em vista a continuidade das pesquisas e dos subsídios para se pensar políticas públicas no estado da Bahia, é possível aventar algumas hipóteses e correlações para estimular novos estudos relacionados à Mancha Sudoeste, à Mancha Valente e a Mucuri:

1. A eventual correlação entre os níveis de pobreza e violência sugere que, nas regiões estudadas (que se revelaram com menos privações e mais desenvolvimento), haveria comportamentos mais respeitosos e solidários permeando as relações;
2. A possibilidade de se aprofundarem os estudos para que seja confirmado (ou não) se tais regiões formaram comportamentos peculiares socialmente homogêneos em graus variáveis, a ponto de isso haver colaborado para os resultados positivos de menor pobreza sob um olhar multidimensional;
3. A hipótese de, em havendo comportamentos mais coesos ou homogêneos nestas três regiões, os valores nelas sedimentados seriam mais sólidos e mais resistentes a interferências externas ou possíveis mudanças repentinas;
4. A sensação de segurança, quanto a poder contar com uma rede de apoio ou suporte social, seria maior nas pessoas que residem nestas regiões com menor pobreza, revelando que elas se sentiriam emocionalmente mais seguras para acionarem entes/instâncias governamentais e não governamentais no amparo a suas necessidades e demandas;
5. As interações familiares (papéis, suportes, dinâmicas, sistema de valores, conduta social dos pais, etc.), em tais regiões com menor pobreza, seriam mais participativas, menos hierarquizadas e, portanto, com maior afeto, diálogo e solidariedade decorrente dos estilos e práticas parentais;
6. A viabilidade de serem pensadas e formuladas políticas públicas para regiões baianas com índices elevados de pobreza, partindo-se de uma perspectiva comparativa com o que se constatou na Mancha Sudoeste, na mancha Valente e em Mucuri (por processos e comportamentos socialmente distintos);
7. O comportamento coletivo peculiar e a dinâmica sociocultural diferenciada (numa determinada região, a exemplo das estudadas por este projeto) como elementos ou subsídios relevantes para, compreendendo melhor algumas características dos seus processos complexos de formação social, proporem-se ideias e ações de melhoria da qualidade de vida de populações mais pobres em pontos específicos do estado da Bahia;
8. O valor da colaboração de todas as pessoas interessadas nestas temáticas (estudantes, pesquisadores, servidores, gestores, empresários, etc.) para o aprofundamento das pesquisas e a geração de resultados que possam minimizar ou reduzir a pobreza em regiões onde ela ainda se apresenta elevada.

Ante o exposto, a partir de “onde chegamos” nestas considerações finais – em verdade, pontos de partida para outros desdobramentos –, a SEI espera contar com as livres colaborações de todos/as que continuam acessando os estudos, as pesquisas e os demais conteúdos técnico-científicos que a Autarquia produz em benefício da sociedade e, por igual, espera que tenham gostado do Projeto 7 Municípios veiculado na Plataforma SEIColab, aqui adaptado e disponibilizado no formato de livro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia—uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 8., 2007, Recife. *Anais* [...]. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

AGUIAR, Lielva Azevedo. “*Agora um pouco da política sertaneja*”: a trajetória da família Teixeira no Alto Sertão da Bahia (Caetité, 1885-1924). 2011. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

ALMEIDA, Thiara Messias de *et al.* Reorganização socioeconômica no extremo sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 5-18, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a01v20n2>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão. Tecnologia e relações sociais de produção no setor sisaleiro nordestino. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 368-381, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/656/523>. Acesso em: 22 jan. 2019.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão; LIMA, Antonio Renan Moreira. *Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro*. Fortaleza: BNB, 2005. (Série Documentos do ETENE, 4). Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/188/1/2005_SDET_04.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

ALVES, Solange Dias de Santana. *A igreja católica na Bahia: fé e política*. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

ANSELIN, Luc. Local indicators of spatial association-LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

AQUINO, Maurício. A criação da Diocese de Botucatu e a ação romanizadora de seu primeiro bispo, D. Lúcio Antunes de Sousa (1909-1923). In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 10., 2008, Assis. *Anais* [...]. Assis: ABHR, 2008. Disponível em: http://www.abhr.org.br/?page_id=57. Acesso em: 10 jul. 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA. *Relatório anual 2002*. Valente: APAEB, 2003.

BAHIA. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – CODETERs. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: seção 1, Salvador, ano 99, n. 21.605, p. 6-8, 30 dez. 2014.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2006. 37 p. (Texto para discussão, 1227). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf. Acesso em: 11 mar. 2019.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador*. Petrópolis: Vozes, 1972.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Bacia do Rio de Contas*: estudo de viabilidade: aspectos socioeconômicos e financeiros. Brasília: DNOCS, 1968a.

BRASIL. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Estudo de viabilidade técnico-econômica de aproveitamento hidroagrícola e hidroenergético da bacia do Rio de Contas*. Brasília: DNOCS, 1968b.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 8 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*: 2017. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Matriz de informação social*. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 13 jul. 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Censos Agropecuários e a política agrícola no Brasil: 1920-2006. In: SENRA, Nelson de Castro (coord.). *O Censo entra em campo: O IBGE e a história dos recenseamentos agropecuários*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 233-255.

CARVALHO NETO, José Emygdio de; FANTINI, Livia Gomes. *Projeto Conexão Local: APAEB – Associação Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira*. Valente: FGV, 2005. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/cl_2005_apueb.pdf. Acesso em: 8 fev. 2019.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 55-68, 2012. Disponível em: www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74252/77895. Acesso em: 20 mar. 2019.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008. Disponível em: www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Eucaliptiza%e7ao.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

CITINO, Adriana Gilioli. *Contribuições da doutrina social católica ao mundo do trabalho: Brasil 1937-1967*. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CODES, Ana Luisa Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: IPEA, 2008. 29 p. (Texto para discussão, 1332). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf. Acesso em: 14 mar. 2019.

COELHO NETO, Agripino Souza. A formação de redes de organizações sociais no espaço sisaleiro da Bahia: processos, escalas e temporalidades. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2014. p. 258-277. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9627992-A-formacao-de-redes-de-organizacoes-sociais-no-espaco-sisaleiro-da-bahia-processos-escalas-e-temporalidades.html>. Acesso em: 5 jan. 2019.

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira*. Salvador: CAR, 1994. 66 p. (Cadernos CAR, 4).
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Serra Geral: PDRS Serra Geral*. Salvador: CAR, 2007. 338 f.
- CONSELHO NACIONAL DE TRANSPORTES. *Plano de viação: evolução histórica (1808 – 1973)*. Brasília: CNT, 1974.
- CRUZ, Myrt Thânia de Souza. *A Chapada Diamantina e a convivência do semiárido: ameaças de desarticulação e dissolução de comunidades locais*. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica São Paulo, São Paulo, 2006.
- DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Juazeiro*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p. 399-423, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/bs5jZQ5rzcXdxtQJ7X5GXbN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- DORES, Adely Maria Branquinho das et al. Panorama setorial: setor florestal, celulose e papel. In: TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel (org.). *Perspectivas do investimento 2007/2010*. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. p. 107-134.
- DOURADO, Jose Aparecido Lima; MESQUITA, Helena Angélica de. Projeto de irrigação do vale do rio Brumado e o processo de (di?)lapidação da agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA). In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1977.
- DUSSEL, Enrique. *Historia de la filosofia latinoamericana y filosofia de la liberación*. Bogotá: Nueva América, 1994.
- EDUCAÇÃO & PARTICIPAÇÃO. *Movimento de Organização Comunitária (MOC)*. Feira de Santana: Itaú Social, 1995. Prêmio Itaú – Unicef. Disponível em: <https://educacaoeparticipacao.org.br/instituicoes-premio/movimento-de-organizacao-comunitaria-moc/>. Acesso em: 9 dez. 2018.
- ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS: territórios de identidade. Salvador: SEI, v. 4, n. 1, 2013.
- FERREIRA, Divanice da Paixão; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. As redes sociais no município de Valente-Bahia: instrumentos de articulação social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: CONTRADIÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1., 2012, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.seted.ufba.br/modulos/submissao/Upload/44050.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- FERREIRA, Simone Raquel Batista. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FRANTZ, Walter. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA., 2002, Ijuí. *Anais [...]*. Ijuí: Unijuí, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FREIXO, Alessandra Alexandre. Do sertão dos tócos ao território do sisal: rumo à invenção de uma região e uma vocação. *Revista Geografares*, Vitória, n. 8, 2010a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1287/969>. Acesso em: 8 jan. 2019.

FREIXO, Alessandra Alexandre. Da “fazenda” a “comunidade”: espaços-tempos que se enraizaram na região sisaleira da Bahia. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 18, n. 18, p. 87-106, 2009.

FREIXO, Alessandra Alexandre. *Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente*. 2010. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2010.tese_.alessandra_alexandre_freixo.pdf. Acesso em: 20 out. 2018.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA. *Enquadramento do arranjo produtivo do sisal*. Salvador: FAPESB, 2002.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA. *Histórico*. Disponível em: http://www.fundacaoapaeb.org.br/portal2/?page_id=1929. Acesso em: 21 jan. 2019.

GIUDICE, Dante Severo; SOUZA, Rosemeri Melo e. As cidades da mineração na Chapada Diamantina – Bahia. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, ano 20, n. 1, p. 199-215, 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/download/5857/4864>. Acesso em: 8 jun. 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. Rumo ao vale das Catanduvas: andanças, paisagens e percepções nos caminhos do interior baiano nas décadas de 1910 e 1920. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, p. 2011 – 231, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5857/4864>. Acesso em: 5 jun. 2017.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. *Um painel de cangalhas e bicicletas: os descaminhos da modernidade no Alto Sertão da Bahia (Caetité 1910-1930)*. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

GULDBERG, Horácio Cerutti. *Filosofia de la liberación latinoamericana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa da população 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=16985&t=downloads>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal 2016*: Tabela 1613 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>. Acesso em: 22 nov. 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2016*: Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: 4 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IOKOI, Zilda Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1996.

- JACQUES, Elidecir Rodrigues; GONÇALVES, Flávio de Oliveira. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 489-509, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n2/0104-0618-ecos-25-02-00489.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2018.
- JESUS, Jeovane Santos de. *Agentes religiosos católicos (1962-1985) na diocese de Feira de Santana-Ba*. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2016._jesus_jeovane_santos_de._agentes_religiosos_e_catolicos_na_diocese_de_feira_de_santana._1962-1985.pdf. Acesso em: 21 set. 2018.
- JORGE, Maurício Otávio Mendonça. *Emergência e consolidação do “padrão eucalipto” na indústria brasileira de celulose de mercado*. 1992. 166 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285781. Acesso em: 20 mar. 2019.
- LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. *Anais* [...]. Marília: UNESP, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6725333-O-associativismo-como-alternativa-de-desenvolvimento-local-e-sustentabilidade-social.html>. Acesso em: 20 out. 2018.
- LIMA, Maurício Castro. Salvador antiga e o automóvel - 1871 a 1959. In: LIMA, Maurício Castro. *Old Races*. Salvador, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://oldraces.blogspot.com.br/2014/04/salvador-antiga-e-o-automovel-1871-1959.htm>. Acesso em: 18 set. 2017.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales; ABRAMOVAY, Ricardo. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 107-119, fev. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100009&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 set. 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. México: ERA, 1973.
- MARQUES, Nonato. O sisal na Bahia. In: CONVENÇÃO REGIONAL DO SISAL, 5., 1978, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: [s. n.], 1978.
- MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n50/v20n50a10.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. A Igreja Popular na cidade de Conceição do Coité (1989-1996). *Revista Crítica Histórica*, Maceió, ano 7, n. 14, p. 1-14, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.28998/rchv17n14.2016.0006>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. Igreja, relações de poder e conflito no Território do Sisal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: USP, 2011. p. 1-14. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313031491_ARQUIVO_Artigo-SNH2011-SP\(1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313031491_ARQUIVO_Artigo-SNH2011-SP(1).pdf). Acesso em: 8 set. 2018.
- MIRANDA, Cristian Barreto de. *Rebulição no coreto: conflito entre padres e políticos em Conceição do Coité (1989-2000)*. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18774>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental no Brasil: 1960-1980*. São Paulo: USP, 1981.
- MORAN, Patrick Alfred Pierce. Notes on continuous stochastic phenomena. *Biometrika*, [s. l.], v. 37, n. 1/2, p. 17-23, Jun. 1950.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *MOC 50 anos*. Feira de Santana, 5 jun. 2017. Disponível em: <http://moc.org.br/50-anos/historia>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *MOC celebrará seus 55 anos de história, de trabalho, resistência e de lutas*. Feira de Santana, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.moc.org.br/publicacao/geral/3634/moc-celebrara-seus-55-anos-de-historia-de-trabalho-resistencia-e-de-lutas>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *Sobre*. Disponível em: <https://www.moc.org.br/sobre>. Acesso em: 1 jul. 2022.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. *Tem início o projeto Comunicação Pelos Direitos na Região Sisaleira*. Feira de Santana, 27 out. 2009. Disponível em: <http://www.moc.org.br/publicacao/geral/272/tem-inicio-o-projeto-comunicacao-pelos-direitos-na-regiao-sisaleira>. Acesso em: 5 nov. 2018.

MUSEU DA PESSOA. *História: todos por todos*: Ismael Ferreira de Oliveira. São Paulo, 25 jul. 2005. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/todos-por-todos-46806>. Acesso em: 18 set. 2017

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. *A APAEB/Valente e os "sisaleiros": trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Faculdade de História, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014a. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/wp-content/uploads/2019/04/Cassiano-Ferreira-Nascimento.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. Os trabalhadores rurais de Valente e a "tomada do sindicato" (1971-1975). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: POLÍTICA, ÉTICA E CONHECIMENTO, 12., 2014, Teresina. Anais [...]. Teresina: UFPI, 2014b. Disponível em: http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1398646265_ARQUIVO_CassianoNascimento.NacionaldaABHO.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. A convivência com o semi-árido e as transformações socioprodutivas na região do sisal-Bahia: por uma perspectiva territorial do desenvolvimento rural. *Campo-Território*: revista de Geografia Agrária, Campina Grande, v. 3, n. 6, p. 22-44, ago. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11869/6945>. Acesso em: 28 nov. 2018.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Capital social e desenvolvimento sustentável no Sertão baiano*: a experiência de Organização dos Pequenos Agricultores no Município de Valente. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=490860>. Acesso em: 29 nov. 2018.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. *Conviver o sertão*: origem e evolução do capital social em Valente-BA. São Paulo: Annablume, 2003.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. *A norma dos "bons costumes" e as resistências femininas nas obras de João Gumes (Alto Sertão Baiano – 1897 a 1930)*. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma*: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphic, 1997.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira et al. *Avaliação de uma caminhada de luta e resistência*. Valente: APAEB, 2000.

OLIVEIRA, Ismael Ferreira de. *Produção familiar na região semiárida*: limites e possibilidades. Valente: APAEB, 2002. Mimeografado.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de. *Território do agronegócio*: expansão dos monocultivos do eucalipto e da produção de celulose na Bahia. 2014. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: www.monografias.ufs.br/bitstream/riufs/5599/1/JACSON_TAVARES_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

OLIVEIRA, S. C. C. G; DWORAK, Cristóvão. Caetité das Romarias. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. Caetité: Eduneb, 2013.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Trabalho escravo, laços de família e liberdade no alto sertão na Bahia: Caetité (1830-1860)*. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

PARISSE, Tandja Andréa. *A sociedade civil no contexto da ditadura: a experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC, na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979)*. 2001. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Faculdade de História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.

PARÓQUIA Sagrada Família - 50 anos. Valente: [s. n.], 27 ago. 2017. 1 vídeo (45 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lljOOo8kP8Q&t=1731s>. Acesso em: 8 nov. 2018.

PINA, Patricia K. C.; SILVA, Zezito R. Dom Manuel Raymundo de Mello (1915-1925): a territorialização da fé católica. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. Caetité: Eduneb, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano Brasil 2009/2010: valores e desenvolvimento humano*. Brasília: PNUD, 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ONGestao/relatorio-do-desenvolvimento-humano-brasil-20092010>. Acesso em: 8 out. 2018.

REIS, Joseni Pereira Meira. *Instâncias formativas, modos e condições de participação nas culturas do escrito: o caso de João Gumes (Caetité- BA, 1897-1928)*. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

REIS, Joseni Pereira Meira; NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto S. Vivências e práticas do catolicismo em Caetité: um tropel anunciou que os missionários já iam descendo a ladeira. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. Caetité: Eduneb, 2013.

REISDORFER, Vitor Kochhann. *Introdução ao cooperativismo*. Santa Maria: UFSM, 2014. Disponível em: http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/primeira_etapa/arte_introduc_cooperativismo.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. A Igreja: espaço sagrado reorganizador do mundo. *Cadernos CERU*, São Paulo, n. 17, p. 1-16, 2006.

ROCHA, Georges Souto. Problemas políticos, sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos energo-intensivos: o caso da indústria de celulose e papel no Extremo Sul da Bahia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. *Anais* [...]. Indaiatuba: ANPPAS, 2002. Disponível em: anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/energia/Georges%20Souto%20Rocha.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

RODRIGUES, G. P. R. A presença e atuação da Igreja junto à sociedade. In: MARQUES, Zélia Malheiros; FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novaes. *100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia*. Caetité: Eduneb, 2013.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco: trechos de um diário de viagem e a Chapada Diamantina (1879-1880)*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1905.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. *Trabalho familiar e fruticultura no perímetro irrigado de Livramento do Brumado – BA*. 2013. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

- SANCHES, Nanci Patrícia Lima; SANCHES, Andreia Lima. Exploração aurífera na Bahia oitocentista: decadência, desordem social e desgaste ambiental. Rio de Contas e Jacobina 1832/1870. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: PODER, CULTURA E DIVERSIDADE, 3., 2006, Caetité. *Anais* [...]. Caetité: ANPUH, 2006. Disponível em: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/nanci_patricia_lima_sanches.pdf. Acesso em: 18 set. 2017
- SANTOS, Carliane Teixeira. *Garimpendo a formação do espaço urbano de Brejinho das Ametistas*. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Bahia, Caetité, 2012.
- SANTOS, Edinusia Moreira C.; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araujo da. *Gente ajudando gente: o tecido associativista do Território do Sisal*. Feira de Santana: UEFS, 2011.
- SANTOS, Edinusia Moreira C.; COELHO NETO, Agripino Souza; SILVA, Onildo Araujo da. De região sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no semiárido baiano. *Geo Textos*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 131-151, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472/10293>. Acesso em: 20 out. 2018.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. A APAEB e a (re) organização no semi-árido da Bahia. *Humanas*, Feira de Santana, ano 1, n. 1, jan./jun. 2002a.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. *Associativismo e desenvolvimento: o caso da Região Sisaleira da Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2010.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. *Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento*. 2007. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. Autonomia e desenvolvimento regional: o caso da APAEB na Região Sisaleira da Bahia-Brasil. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 47, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/47/Revista_sitientibus_47.pdf. Acesso em: 22 jan. 2018.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. *Reorganização espacial e desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia: o papel da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente*. 2002. 92 f. Dissertação (Mestrado de Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002b.
- SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da. Sisal na Bahia-Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4215/rm2017.e16029>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- SANTOS, Fabiano Nascimento. O processo de romanização no alvorecer do século XX em Caetité- BA: entre disputas e consolidação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA ABHR, 2., 2016, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: UFSC, 2016.
- SANTOS, Helena Lima. *Caetité: pequenina e ilustre*. Brumado: Tribuna do Sertão, 1976. 48 p.
- SANTOS, Mateus Bonfim Oliveira dos. *Alternativas para a região sisaleira: o caso APAEB-Valente*. 1999. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11954>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Léguas tirana: sociedade e economia no alto sertão da Bahia: Caetité, 1890-1930*. 2014. 334 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SANTOS, Paulo Henrique Duque. Manifestações modernizadoras no alto sertão baiano – Caetité (1910-1920). In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, 6., 2010, Aracaju. *Anais* [...]. Aracaju: UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadepoder/6snepc/GT6/GT6-PAULO.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017

- SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Vilbégina Monteiro dos. A construção de uma comunidade imaginada do sisal. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19154.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 39, p. 87-108, set./dez. 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_6_Semeraro.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 39, p. 87-108, set./dez. 2017. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_39_art_6_Semeraro.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.
- SILVA, Cássio Murilo Dias da. O impulso bíblico no Concílio: a Bíblia na igreja depois da Dei Verbum. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 36, n. 151, p. 25-53, mar. 2006.
- SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. *Teologia da libertação: revolução e reação interiorizadas na Igreja*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/924.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- SILVA, Zezito Rodrigues. Trabalho, cultura e sobrevivência no alto sertão da Bahia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4., 2008, Vitória da Conquista. *Anais* [...]. Vitória da Conquista: ANPUH BA, 2008.
- SOUSA, Elane Joise Sales de. *Ocupação e uso do solo pela cultura do Agave sisalana no Território de Identidade do Sisal: semiárido da Bahia*. 2015. Dissertação (Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/pgsolos/images/DISSERTA%C3%87%C3%95ES/2015/Disserta%C3%A7%C3%A3o_SQE_-_Elane_Joise_Sales_de_Sousa.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.
- SOUZA, Mauricio Severo de. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 48-62, jul./dez. 2013.
- SOUZA, Roberta Lourenço de; OLIVEIRA, Meire Jane Lima de. Desempenho da indústria de papel e celulose de mercado: Brasil e Bahia 1999/2001. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 92, p. 19-29, jan. 2002. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cep/c&p_92.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Celulose e turismo: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1995. 132 p. (Série estudos e pesquisas, 28).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003a. v. 1. (Série estudos e pesquisas, 60). Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_60vol01.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003b. v. 2. (Série estudos e pesquisas, 60). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_60vol02.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991 - 2000)*. Salvador: SEI, 2008. 273 p. (Série estudos e pesquisas, 79).
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Manchas de pobreza e desenvolvimento regional na Bahia*. Salvador: SEI, 2017. 109 p. (Série estudos e pesquisas, 101). Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_101.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.

- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Perfil dos territórios de identidade da Bahia*. Salvador: SEI, 2015. v. 1. 255 p. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/perfil_dos_territorios/ptib_vol_01.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais*. Salvador: SEI, 2014. 193 p. (Série estudos e pesquisas, 97). Disponível em: www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_97.zip. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Apresentação institucional*: 3T18. São Paulo: Suzano Papel e Celulose, 2018. Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/download_center/suzano/pt/c068a358-50ff-4e71-ab3b-8b21d2b87553.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas*. São Paulo: Suzano Papel e Celulose, 2019a. Disponível em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/informacoes-financeiras/central-de-resultados/default.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SUZANO PAPEL E CELULOSE. *Fato relevante*. São Paulo, 28 fev. 2019b. Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_news_pt/fatos-relevantes/668208.02.28-Fato-Relevante-Convocacao-Incorporacao_PT-e-EN.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.
- TEIXEIRA, Fernanda Benício. *Análise da fruticultura irrigada como segmento dinâmico no desenvolvimento socioeconômico do município de Livramento de Nossa Senhora – BA*. 2005. 70 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- TOLEDO, Yuly Ivete Miazaki de. *Comportamento do emprego na silvicultura paulista*. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/comportamento-do-emprego-na-silvicultura-paulista.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. *Associativismo*. Santa Maria: Incubadora Social, 2015. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacao-cartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- VELLOSO, Tatiana Ribeiro. *A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas*. 2000. 119 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/9857/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.
- VERDE, Maria Cristina Lima. *APAEB Valente: desenvolvimento sustentável da Região Sisaleira: Valente-Bahia: estudo de caso*. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/estudoapaeb.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales de; PINTO, Luiz A. Costa. *Uma pesquisa sobre vida social no estado da Bahia*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2017. 72 p.
- ZORZO, Francisco Antônio. Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850 – 1950). *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 22, p. 99 – 115, jan./jun. 2000.

APÊNDICE A

Lista de vídeos do Projeto 7 Municípios disponíveis: Rodadas de Discussão e entrevistas com colaboradores(as)

1. Entrevista com a professora Maria Rita, em 15/05/2019. https://www.youtube.com/watch?v=f_Cdo7WIO7w
2. Entrevista com a professora Ednusia Moreira da UEFS, em 22/05/2019. https://www.youtube.com/watch?v=f_Cdo7WIO7w
3. Entrevista com o professor Jorge Nery e o professor Naidison Baptista sobre o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em 09/07/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=f63W5StGbXk> Entrevista com o diretor de Comunicação da SICOOB, Ranúcio Cunha, em 06/09/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=zs2O-K1r-ME>
4. Entrevista com a professora Lúcia de Fátima da UNEB de Teixeira de Freitas, em 18/10/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=wrSW5olp4Wc>
5. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 12/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Bolsa Família e Analfabetismo. https://www.youtube.com/watch?v=-d023CBcDR0&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=1
6. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, 13/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Agricultura Familiar. https://www.youtube.com/watch?v=Xi3W6847QD4&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=2
7. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 14/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Rendimentos. https://www.youtube.com/watch?v=hchhuSD8g_4&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=3
8. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 15/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Analfabetismo na agricultura familiar e Índice de Gini. https://www.youtube.com/watch?v=bUHArcJRmU&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=29

9. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 15/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – A pobreza nos 7 Municípios. https://www.youtube.com/watch?v=WMMz6kR5iJI&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=28
10. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 19/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – O deslocamento do desenvolvimento. https://www.youtube.com/watch?v=vwdMU8nK5qg&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=27
11. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 22/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Totalidade, Transversalidade e Historicidade. https://www.youtube.com/watch?v=1NVssGTknXs&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=26
12. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 26/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Economia, Educação e Cultura. https://www.youtube.com/watch?v=IBoVAbJ59bM&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=25
13. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 26/03/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios – Natureza multidimensional, processos de desenvolvimento. https://www.youtube.com/watch?v=5lixFkEtmAg&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=24
14. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 02/04/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Mancha Azul e Desenvolvimento (Ciclo da Mineração). https://www.youtube.com/watch?v=JjaCTq9mKbo&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=23
15. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 02/04/2018. 2ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Ações em infraestrutura e educação.. https://www.youtube.com/watch?v=_M9y-Qi7WKQ&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=22
16. Entrevista com as professoras Jaci Menezes e Fernanda Matos da UNEB, em 11/04/2018. 4ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios. https://www.youtube.com/watch?v=c7Lc0xVQh24&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=21
17. Entrevista com Edmundo Figueiroa da SEI e Cesar Vaz da UCSAL, em 11/04/2018. 2ª rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Forças Políticas Locais. https://www.youtube.com/watch?v=BRwmCRzccoA&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=20

18. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 23/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Local X Global https://www.youtube.com/watch?v=goV43LCtfyk&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=14
19. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 19/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Os Painéis Estudados https://www.youtube.com/watch?v=BN58TCoHFzY&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=15
20. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 18/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Modelo Mental https://www.youtube.com/watch?v=LpsVp2bVdus&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=16
21. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 18/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Excedente Econômico https://www.youtube.com/watch?v=zWEWJoFqiiY&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=17
22. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 16/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - APL na Mancha Azul. https://www.youtube.com/watch?v=e6xJoFT57RU&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=18
23. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 12/04/2018. 3ª Rodada e Discussão Projeto 7 Municípios - A Necessidade de Análise Multidisciplinar, https://www.youtube.com/watch?v=LIZeHXloQcU&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=19
24. Entrevista com a professora Anete Ivo da UFBA/UCSAL, em 17/05/2018. 5ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Escola Família Agrícola. https://www.youtube.com/watch?v=bIZvCRwTNU0&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=7
25. Entrevista com a professora Anete Ivo da UFBA/UCSAL, em 11/05/2018. 5ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios. https://www.youtube.com/watch?v=2DX1uyT-7hg&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=9
26. Entrevista com a professora Anete Ivo da UFBA/UCSAL em 28/05/2018. 5ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Movimento Escola Nova. https://www.youtube.com/watch?v=8QbMhUVoS_8&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=6
27. Entrevista com as professoras Jaci Menezes e Fernanda Matos da UNEB sobre a presença marcante da Igreja, em 24/04/2018. https://www.youtube.com/watch?v=_3K60-tNmNU&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=13

28. Entrevista com as professoras Jaci Menezes e Fernanda Matos da UNEB, em 02/05/2018. 4ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Religiosidade Cultura e Educação. https://www.youtube.com/watch?v=AHwTJgzJxwM&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=10
29. Entrevista com as professoras Jaci Menezes e Fernanda Matos da UNEB, em 15/05/2018. 4ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - A Organização das Instituições Religiosas em Caetité. https://www.youtube.com/watch?v=SS3lhj_mzi4&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=8
30. Entrevista com a professora Anete Ivo da UFBA, em 17/05/2018. <https://www.youtube.com/watch?v=bIZvCRwTNU0>
31. Entrevista com o professor Almerico Bionde, em 29/05/2018. 6ª Rodada de Discussão 7 Municípios. <https://www.youtube.com/watch?v=C-qsyqBHhlw>
32. Entrevista com a professora Nadia Fialho da UNEB, em 30/05/2018. 7ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios. <https://www.youtube.com/watch?v=kiFXNIZZ-sg>
33. Entrevista com o professor Jorge Antonio da UFRB, em 18/04/2018. <https://www.youtube.com/watch?v=c7ZqtupT5Rk>
34. Entrevista com o professor Humberto Miranda da UNICAMP, em 26/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - Os Arranjos Produtivos Locais. https://www.youtube.com/watch?v=UxTZvE3XI5Q&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=11
35. Entrevista com o professor Humberto Miranda da UNICAMP, em 25/04/2018. 3ª Rodada de Discussão Projeto 7 Municípios - A Influência da Globalização. https://www.youtube.com/watch?v=MBKYBHDH1Tw&list=PLT4Ebvkmvle3Xij8W_Q0SKlwtJgZn30vC&index=12
36. Entrevista com o professor Agripino S. Neto da UNEB Serrinha, em 29/05/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=f-2vZq91mLo>
37. Entrevista com Ismael Ferreira da APAEB, em 13/06/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=mUKqKe24HTg>

APÊNDICE B

VISITAS E EVENTOS REALIZADOS NAS MANCHAS SUDOESTE E VALENTE

Quando um projeto de caráter regional é disponibilizado na Plataforma de Estudos Colaborativos SEIColab, a equipe da Diretoria de Estudos da SEI procura organizar visitas e devolutivas às comunidades estudadas sob a forma de rodas de conversa, seminários e outros encontros ou eventos que promovam o amplo e transparente diálogo social a respeito dos resultados e perspectivas dos projetos. Em outras palavras, trata-se de dialogar com a sociedade civil amplamente representada e os poderes públicos para saber se as direções, percepções e conclusões dos principais aspectos estudados coincidem com o olhar e o sentir local.

Quanto ao Projeto 7 Municípios, optamos por realizar tais expedições nas Manchas Sudoeste e Valente e foram momentos extremamente proveitosos, como se verá a seguir, com muitas representações e setores envolvidos, dialogando e mutuamente fortalecendo os conhecimentos partilhados.

O estudo sobre Mucuri, embora igualmente relevante, revelou um processo bem distinto e de menor complexidade pelo seu caráter exógeno. Sobre ele, após a disponibilização dos textos na plataforma, a nossa equipe dialogou com a professora da UNEB de Teixeira de Freitas Lúcia de Fátima Oliveira de Jesus¹, a quem agradecemos a parceria colaborativa e os esclarecimentos complementares, que nos confirmaram o que estudamos e disponibilizamos a respeito da menor pobreza relativa pontual no referido município, em torno do qual não se formou mancha.

A seguir, disponibilizamos as notícias que veiculamos na Plataforma SEIColab sobre as nossas visitas e eventos realizados na Mancha Sudoeste e na Mancha Valente com algumas imagens dos eventos.

¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wrSW5olp4Wc>

MAIS DE 200 PESSOAS PARTICIPARAM DO SEMINÁRIO “DESENVOLVIMENTO, CULTURA E IDENTIDADES DO ALTO SERTÃO DA BAHIA”²

Aconteceu, nos dias 13 e 14 de junho de 2018, na cidade de Caetité/BA, o Seminário “Desenvolvimento, Cultura e Identidades do Alto Sertão da Bahia”.

O evento teve o objetivo de discutir o Projeto 7 Municípios, realizado pela DIREST, buscando avaliar o trabalho e a sua continuidade.

Organizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) juntamente com a Fundação Pedro Calmon (FPC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VI – Caetité-BA) e Fundação Anísio Teixeira, o evento reuniu mais de 200 pessoas, entre elas gestores, especialistas, professores, pesquisadores e representantes da comunidade local que discutiram o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região do Alto Sertão baiano.

O evento iniciou com a Rodada de Conversa que aconteceu no dia 13, na Casa Anísio Teixeira, e tratou da dinâmica regional na perspectiva dos aspectos mais relevantes referentes ao comportamento social e os seus reflexos no processo de desenvolvimento. Nesta ocasião, participaram diversos representantes da comunidade local e de órgãos da administração pública, bem como especialistas no tema. Houve ainda uma apresentação de teatro e uma confraternização no final do encontro.

Na mesa de abertura do Seminário ocorrida no dia 13 na Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus VI/Caetité), foi apresentado o Projeto 7 Municípios e ela contou com a presença de Edgard Porto (SEI), Marinalva Fernandes (UNEB-Caetité), Maria Eliane Andrade (UNEB-Caetité), Jairo Nascimento de Carvalho (Uneb-Caetité), Jaqueline Teixeira (Vice-Prefeita de Caetité), Maria Auxiliadora Ledo (Casa Anísio Teixeira), Valdicley Vilas Boas (Fundação Pedro Calmon) e Fernanda Matos (Secretaria de Educação de Caetité).

No dia 14, duas Mesas compostas pelo Prof. Valdemiro Conceição Junior (UESB), Prof. Paulo Duque (UNEB), Edgard Porto (SEI), Prof. Zezito Rodrigues (UNEB/Caetité), Prof. Marcos Profeta (UNEB) e Prof^a Fernanda Matos (Secretaria de Educação de Caetité) discutiram os processos de desenvolvimento socioeconômico da região e o papel da educação e da cultura na formação regional e na contemporaneidade.

Concomitantemente, a SEI presenteou a comunidade local com diversas publicações com temas correlatos, que foram recebidos com entusiasmo, principalmente pelos estudantes da Universidade.

O evento foi finalizado com uma mesa de colaboradores para a próxima fase do Projeto, que teve a presença de Zezito Rodrigues (UNEB), Nivaldo Dutra (UNEB-Caetité), Paulo Duque (UNEB), Valdemiro Conceição (UESB), Maria Virgínia Dazzani (UFBA), Maria de

² Notícia disponível em: <https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/?p=2325>

Fátima Novaes Pires (UFBA), Aline Virgílio (SEI), Maria Eliane Andrade (UNEB-Caetité), Fernanda Matos (Secretaria de Educação de Caetité), Maria Auxiliadora Ledo (Casa Anísio Teixeira), Valdicley Vilas Boas (Fundação Pedro Calmon), Marinalva Fernandes (UNEB-Caetité), Zélia Malheiro (UNEB/IEAT), e Maria Goreth Nery (UNEB-Caetité) e Teresinha Carvalho (UNEB).

Vale destacar que o evento foi amplamente divulgado nas rádios locais e teve cobertura da área de comunicação da Prefeitura de Caetité.

Confira algumas imagens dos referidos eventos realizados na Mancha Sudoeste:



Figura 1



Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6



Figura 7



Figura 8



Figura 9

RODA DE CONVERSA E SEMINÁRIO EM VALENTE SUSCITAM REFLEXÕES IMPORTANTES PARA UM MAIOR DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO³

Nos dias 18 e 19 de julho de 2019, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e a Secretaria do Planejamento (SEPLAN) realizaram, na Casa da Cultura de Valente-BA, uma roda de conversa e um seminário com o apoio da Fundação APAEB e do Codes Sisal, para ampliarem as reflexões, debates e colaborações em torno do Projeto 7 Municípios, a partir de cujos estudos, Valente ficou entre os sete municípios baianos com menor presença relativa de pobreza.

Como o processo diferenciado do desenvolvimento valentense reflete, diretamente, uma educação e uma politização de base envolvendo pequenos agricultores e suas famílias desde o final da década de 60 do século XX, houve também reflexos positivos disso em outros municípios do entorno, cada qual com suas peculiaridades/processos específicos dentro

³ Notícia disponível em: <https://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/?p=2443>

do mesmo contexto educacional, sociocultural e econômico amplamente visto: Conceição do Coité, São Domingos, Nova Fátima, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Ichu e Candeal. Por isso, assim como na região Sudoeste se formou o que identificamos como Mancha Sudoeste (a mais destacada em termos de menor presença relativa de pobreza na Bahia), Valente e os demais municípios próximos em situação intermediária estão identificados como Mancha Valente, cujo conteúdo detalhado pode ser acessado facilmente clicando sobre cada painel do seguinte link: http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/?page_id=2224.

Na tarde do dia 18, a roda de conversa reuniu representantes de instituições públicas e privadas, educadores, empresários, lideranças de movimentos sociais, servidores públicos com atuação regional, a equipe da SEI e da SEPLAN para dialogarem sobre as contribuições dos estudos que geraram o Projeto 7 Municípios, sobre como se chegou à Mancha Valente e sobre como Valente, em especial, destacou-se como integrante do chamado grupo A, figurando entre os sete municípios baianos com menor presença relativa de pobreza. Após apresentação musical de Enézio de Deus, servidor público membro da equipe técnica da SEI, Jorgete Costa deu as boas vindas aos presentes como então Diretora Geral da SEI e, na sequência, José Barreto, então Diretor de Planejamento Territorial da SEPLAN, ali representando o secretário da pasta Walter Pinheiro.

Após as falas de representações da Fundação APAEB e do poder público local, o Diretor de Estudos da SEI Edgard Porto explanou sobre os principais aspectos dos processos que levaram à formação de manchas diferenciadas com maior e menor presença relativa de pobreza, fez uma perspectiva analítico-comparativa entre elas e situou Valente e região nas constatações. A partir de alguns questionamentos-chave, representantes de entidades públicas e privadas, dos movimentos sociais e de setores privados manifestaram-se sobre as questões e fizeram outras colaborações devidamente registradas pela equipe da plataforma SEIColab, para aprimoramento dos estudos, do próprio conteúdo e de futuras pesquisas/desdobramentos.

Entre os presentes, estiveram representadas, por exemplo, entidades/setores como o MOC, APAEB, Fundação APAEB, Codes Sisal, SICCOB COOPERE, MUC, FATRES, Cooperafis, Secretaria de Assistência Social de Conceição do Coité, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Conceição do Coité, Secretaria de Agricultura de Valente, Banco do Nordeste, Secretaria de Educação de Valente, Conselho Municipal de Educação de Valente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Retirolândia, SESAB, Núcleo Territorial de Educação 04 (NTE-04), FMB e ALBA.

Na sexta-feira pela manhã, dia 19, o auditório da Casa da Cultura sediou o seminário aberto a toda comunidade, no qual estiveram presentes, além das mesmas e outras representações do dia anterior, estudantes, professores/as, agentes políticos, empresários, servidores públicos, lideranças de movimentos sociais e outros cidadãos de Valente e municípios como Conceição do Coité, Serrinha, Valente, São Domingos, Riachão do Jacuípe, Retirolândia e Salvador. Também estiverem presentes, com representações, entidades/setores como SINTRAF, Fundação APAEB, Codes Sisal, MOC, APAEB, SICCOB COOPERE, MUC, UNEB, FATRES, Cooperafis, Secretaria

de Educação, Cultura e Esporte de Conceição do Coité, Banco do Nordeste, Secretaria de Educação de Valente, Conselho Municipal de Educação de Valente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Retiroândia, Núcleo Territorial de Educação 04 (NTE-04), entre outras.

O seminário foi iniciado com apresentações culturais de Ezequiel Santiago (música), Enézio de Deus (música) e Bianca Nascimento (poesia) seguidas das boas vindas por parte da então Diretora Geral da SEI Jorgete Costa, do então Diretor de Planejamento Territorial da SEPLAN José Barreto, do representante do poder público local Sr. Gabriel Mota e do representante da Fundação APAEB Luiz Aldo Araújo.

Após o Diretor de Estudos da SEI Edgard Porto explanar sobre o Projeto 7 Municípios, as pesquisas que conduziram às manchas de menor presença relativa de pobreza e os processos que marcam tais municípios e suas regiões, os técnicos Eletice Rangel (Coordenadora de Estudos Socioeconômicos da DIREST/SEI) e Enézio de Deus (EPPGG/SAEB em atividade na SEI) explanaram a respeito de como o estudo sobre a Mancha Valente ficou estruturado em três painéis (Agentes Religiosos; Educação e Associativismo; Economia e Cooperativismo) e sobre as abordagens quantitativa e qualitativa que nortearam não somente a interpretação dos dados oficiais, mas o seu confronto com o que pesquisadores de diversas universidades produziram, ao longo de anos, a respeito de Valente e região.

Após tais explicações técnicas, os debates foram iniciados, diversas representações e cidadãos/ãs presentes tomaram a palavra para colaborar na plenária, a exemplo do então prefeito de Conceição do Coité Francisco de Assis, da professora Valdenora Macedo, da professora Adriana Araújo (diretora do CEEP Semiárido), de Ismael Ferreira (APAEB), do Dr. Luiz Delfino, do sr. José Melquiades, do professor Lucas Miranda, da professora Maura Miranda (CME/NTE-04), do professor Jorge Nery (MOC), do professor Jean Santos (UNEB/Serrinha), do sr. Ezequiel Santiago (MUC/FATRES), dentre outros/as presentes.

A SEI e a SEPLAN agradecem muito a receptividade do povo valentense e de outras cidades presentes, na certeza de que os debates travados na roda de conversa e no seminário fomentaram não somente reflexões muito proveitosas “in loco”, mas agregaram novas perspectivas à continuidade do Projeto 7 Municípios e a outros projetos que, em breve, serão também parte da Plataforma de Estudos Colaborativos SEIColab. Pelos princípios que a norteiam, dentre os quais o da transparência e o da cientificidade, qualquer pessoa pode colaborar enviando sugestões, críticas, contrapontos e agregar novos olhares às informações, o que será analisado pelo nosso corpo técnico antes da inserção definitiva. Quem já é cadastrado faz o login e quem não é se cadastra facilmente (clique em “cadastre-se”): [http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/wp-login.php?](http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/7municipios/wp-login.php)

A plataforma SEIColab possui canal no YouTube, Fanpage e perfil no Instagram. Nesse (@seicolab), a nossa equipe vem postando, diariamente, novidades e informações. Acessem e sigam: <https://www.instagram.com/seicolab/>

Confira algumas imagens dos referidos eventos realizados na Mancha Valente:



Figura 1



Figura 11



Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO

ISBN 978-85-8121-016-2



9 788581 21016 2